António Alçada Baptista

CONVERSAS COM MARCELLO CAETANO

Lisboa - 1973

INTRODUÇÃO

"Vous avez beau de ne pas vous occuper de la politique. Elle s'occupera quand même de vous..."
MONTALEMBERT

Quando uma editora de Lisboa me perguntou se podia propor o meu nome ao Presidente do Conselho para uma série de entrevistas sobre a política portuguesa, aceitei sem demorar muito a minha resposta. Creio que de qualquer modo teria aceite, pelo muito que me preocupa a dimensão do Poder Político quando concretamente vivido e assumido, mas acontece, neste caso especial, que o homem com quem me davam a oportunidade de conversar sobre o Poder e o seu uso nesta sociedade em que estou fatal mas interessadamente empenhado é uma pessoa que muito respeito e admiro e para quem as divergências ideológicas que mantemos nunca foram obstáculo a uma relação e a um diálogo que muito prezo e muito desejo manter. A sua pronta aceitação tem também um significado que não quero deixar de registar: conhecedor da minha pessoa e da minha maneira de pensar, sabia de antemão que não ia fazer um livro apologético para uso duma propaganda fácil. Nem eu o saberia fazer, nem acho que o Professor Marcello Caetano o mereceria, pois tenho firmemente para mim que só a verdade e não a propaganda pode estar à altura dum diálogo humano. Os povos compreenderam

já, à custa de muita desilusão, que quando lhes procuram vender "Super-homens" começam a ter razões para desconfiar e que é preferível terem que se encontrar com um "homem", com as qualidades e os defeitos que a complexa marca humana inevitavelmente traz. Tudo o que assim não seja, creio que faz parte de maus hábitos que seria necessário corrigir.

A política e a História. Não sei se um dia a História deixará de ser escrita pela política, mas sei que, ainda por muitos e muitos anos, assim sucederá: datas de batalhas e decisões de chefes continuarão a ser os marcos que vão fazendo o traço da História, enquanto os povos se vão deixando conduzir ou se mantêm alheios e indiferentes à construção da sua liberdade ou da sua opressão.

No princípio, para mim, o Poder era também um Mito: iam-me contando o curso da História nos feitos de "homens excepcionais" que de alguma maneira incarnavam o próprio Bem ou o Mal. Nas conversas de meu avô António ia conhecendo as coisas da Grécia e de Roma, as conquistas de Alexandre e a morte dos Gracos, César e Napoleão. Por ele soube que já na velha Pérsia, misturados entre o dia-a-dia dos cidadãos do Império, passeavam disfarçados e atentos "os olhos e os ouvidos do Rei".

Quando eu era menino, a política que me rodeava eram as histórias de Mussolini e de Hitler — os Bons —, as histórias de Estaline — o grande Mau — e os pequenos maus que eram os vários que pululavam à volta das democracias europeias. A Monarquia era para os meus mais próximos a panaceia que iria resolver de imediato todos os problemas da política portuguesa e a história

da nossa desgraça tinha começado precisamente no dia 5 de Outubro de 1910. Afonso Costa era a mais recente incarnação do Diabo e, por graça de Deus e milagre directo da virgem de Fátima, no dia 28 de Maio de 1926 as forças do Bem tinham tomado conta dos destinos eternos da grei nacional. Ao lado, em Espanha, desencadeara-se uma nova Cruzada do Bem contra o Mal e, entre orações em que fervorosamente me empenhava para forçar a vitória, ia-me dando conta da sua eficácia num extenso mapa da Península onde me assinalavam, com bandeirinhas de ouro e de sangue, o avanço constante das forças do Bem.

À maneira que ia crescendo, as "aventuras" da política continuavam a povoar o meu espírito e, insensivelmente, entre a ingenuidade e a angústia, ia passando da história para a Filosofia os preocupantes problemas do governo dos povos. Primeiro, com atitude crítica, julguei por procuração os teóricos malévolos da Revolução Francesa e, mais tarde, a partir da "vontade do povo" expressa pelo sufrágio universal, comecei a construir o edifício sublime da felicidade humana e a reconstrução possível dum novo paraíso terreal. Tive delírios socialistas. A Revolução Russa vinha completar pela Justiça o que a Revolução Francesa garantira de Liberdade: os esquemas estavam construídos, faltava vencer a imensa barreira dos interesses criados para fazer um mundo de paz e concórdia universais.

Indiferente a tudo isto o "acontecimento" acontecia: a Hungria de 56, o relatório Krustchev, leituras de Victor Serge, assassinato de Trotsky, Edgar Morin: Autocritique, Henri Lefebvre: La somme et le reste, os processos de Moscovo, Orwel a denunciar a actuação do partido comunista durante a guerra de Espanha, a morte de Estaline e todo o enigma do Poder na Rússia Soviética, a situação da

Europa Oriental e o que aí restava do "excelso direito de autodeterminação dos povos".

Entre o acerto da teoria e a força irrecusável do "acontecimento", vivi, com perplexidade ou amargura, esta coisa que me parecia simples: a maneira dos homens viverem uns com os outros, na liberdade, na justiça e na paz.

Entretanto seguia a minha pequena história pessoal, com o quotidiano referido aos quadros de comportamento que me tinham fornecido – do religioso ao político, do ético ao social – e com a cabeça armazenada de várias teorias e de sábias construções, onde a razão pontificava como mãe e mestra desse universo imaginário.

Demorei a fazer o encontro destes dois mundos herméticos e uma manhã dei-me conta de que os homens se perdem ou se salvam não exactamente por aquilo que pensam mas mais precisamente por aquilo que fazem e que, na análise do comportamento e do testemunho, é bem escassa a medida da razão. Reparei que as várias igrejas, ao darem-se piedosas e bem intencionadas teorias e piedosas e bem intencionadas regras de moral, se tinham esquecido da grande riqueza que possuíam e que talvez merecesse mais ser transmitida: o apelo a viver a vida dum Deus que se fizera homem e que terminara a sua experiência humana na amarga queixa ao Pai porque O tinha abandonado, e a tragédia exemplar do testemunho dos seus santos: aqueles que à regra, à forma, à teoria e ao rito tinham preferido viver um difícil testemunho. É que o espírito do homem é necessariamente um espírito incarnado.

O Poder está exactamente nesta tensão trágica provocada pela necessidade de informar a acção humana com a racionalidade da ideologia e a complexidade e a ambiguidade da concreta história das acções humanas,

marcadas pela nossa condição de praticar o bem e o mal. Creio assim que à volta do Poder está um problema específico que se mantém independente dos contextos sócio-económicos que as sociedades vão atravessando. Os problemas do Poder nas sociedades capitalistas não diferem, na sua essência profunda, dos problemas do Poder nas sociedades socialistas, porque em qualquer delas se mantém a decisão humana e a sua inevitável capacidade de perversão.

Ao longo dos tempos, duas linhas de análise foram seguindo separadas, indiferentes à necessidade de encarar este todo. Por um lado, uma reflexão sobre o poder político através da sua racionalidade, com Aristóteles, Rousseau e Hegel; por outro, uma reflexão sobre a capacidade de violência e de mentira do Poder: a crítica platónica do tirano, Maquiavel e a apologia do príncipe e a crítica marxista da alienação política.

Debalde tentaremos explicar fenómenos do Poder político se nos rodearmos exclusivamente de um destes instrumentos de reflexão: como explicar a sucessão de Estaline? Marx ou Hegel? Rousseau ou Freud? Diria que temos que voltar aos grandes trágicos: à velha Grécia de Sófocles ou ao mundo inesgotável de Shakespeare; a leitura de Macbeth pode neste caso elucidar-nos melhor do que o mais completo tratado dos teóricos do Poder.

Eu sei que estas considerações podem parecer pretenciosas perante a força dos concretos apelos das circunstâncias que o mundo e a vida portuguesa atravessam. Os homens não estão tão preocupados com a explicitação destas estratosféricas meditações sobre o Poder e o seu uso como o "mundo" intelectual duma minoria tem a tentação de generalizar à ansiedade comum. Eu sei: a força explosiva dos acontecimentos concretos da exis-

tência histórica contemporânea anula, sem qualquer complacência, a necessária reflexão sobre os valores: a premência dos factos veio criar a contrária tentação: que eles e só eles devem merecer dos governantes a sua preocupação e o seu zelo. Que interessa dissertar sobre a Justiça perante os morticínios do Biafra e do Paquistão Oriental? Que têm que ver as teorias com a interminável guerra do Vietname ou com a ameaça constante que a situação do Médio Oriente representa para a paz? Acresce ainda que assistimos a uma vida internacional onde de todo em todo as ideologias se varreram e em que, na mais completa naturalidade, o Vaticano, Portugal e a China Popular auxiliaram o Biafra contra a Inglaterra e a Rússia. A China Comunista concerta-se com os Estados Unidos perante a ameaça da Rússia Soviética; esta aproxima-se da Europa, seriamente preocupada com a ascensão da China, a potência decisiva e operante nos quadros da vida internacional. Em Portugal, o que verdadeiramente preocupa os portugueses nas suas aspirações colectivas são coisas bem mais simples e mais comezinhas: o trabalho e a sua suficiente remuneração, a casa onde cada um possa ir vivendo um quotidiano não necessariamente referido a grandes especulações. Querem escolas onde possam educar os seus filhos e querem que não falte carne nos talhos nem hortaliça na praça. Querem ordem nas ruas e garantida a defesa da sua propriedade. Querem a segurança na velhice e na invalidez. Na doença, exigem ser pronta e eficazmente socorridos.

Não tenhamos grandes ilusões sobre a grandeza e a excelência das aspirações colectivas dos povos. Sou capaz de aceitar que será possível modificar e enobrecer as concretas motivações duma existência comum, mas tenho que reconhecer, com certa mágoa, que, neste momento, e talvez com alguma razão, os homens na

sua dimensão colectiva pouco mais desejam do que viver em paz, com o suficiente para ir cumprindo uma vida que de modo nenhum está referida à extraordinária capacidade de responder ao grande apelo de generosidade e criação que me recuso a deixar de ver, ainda que subterrâneo e escondido, no fundo do coração de cada homem.

Que resulta daqui? Que o processo das sociedades modernas, e especificamente nesta nossa concreta sociedade, é o de se transferirem para os governos o maior número de encargos, ficando para o cidadão a obrigação dos impostos e até dessa, gostosamente, se desejariam libertar. Os governos procuram ir ao encontro desse tipo de aspirações e dão-se conta da sua maior ou menor aceitação pelas colectividades na medida em que se desafiam para ir substituindo cada um no cumprimento das várias tarefas colectivas e ousam até, com a indiferença ou o aplauso dos governados, impor-lhes como os seus filhos devem ser educados, proibir-lhes ou permitir-lhes a entrada nos cinemas, planificar-lhes o trabalho e os próprios tempos livres: o processo do mundo moderno é o de uma cada vez maior demissão das pessoas no cumprimento de deveres que pareceriam naturais e inalienáveis e até na formulação e satisfação das suas mais íntimas e recônditas aspirações. Os governos recebem gostosamente este encargo, uns, porque acham que é assim que estão realizando o bem comum, outros, porque desse modo garantem melhor a conservação do poder, pela orientação e pelo domínio dessas mesmas aspirações.

É aqui que a Tecnocracia se insere e é aqui que ela vem colher o seu enorme poder de sedução. Uma concepção científica e técnica da planificação do trabalho e da mão-de-obra é o que melhor parece responder

ao direito que cada um tem de trabalhar; o urbanismo e a técnica da construção respondem "cientificamente" ao desejo do "lar, doce lar". A planificação da acção educativa é o meio para dar a todos a escola desejada e as várias economias, da planificação e fomento industrial ao aumento do produto nacional bruto e do rendimento per-capita, são a garantia mais eficaz de levar a carne aos talhos e a hortaliça aos lugares. Assim, insensivelmente, somos tentados a aceitar que há "especialistas" de Governo de Povos, capazes de se desempenharem capazmente em nome da ciência e da técnica, que farão sobre os problemas das sociedades exactíssimos cálculos, exactíssimas e adequadíssimas soluções.

Mas não. Enquanto a técnica é um elemento indispensável na alteração programada e científica das estruturas sociais, uma concepção tecnocrática global, não inserida na problemática profunda do Poder, pode ser um reforço poderosíssimo no equipamento científico e programado do Poder político ao serviço do Poder económico ou, — o que a longo prazo traria graves consequências —, pode ajudar a que uma forma de tirania vá buscar à eficácia governativa o seu fundamento e a sua legitimidade.

Em certo momento da vida vamo-nos dando conta de que as matérias que tinham ocupado a nossa reflexão se tinham concentrado afinal sobre o sector intermediário da existência: o campo antropológico-histórico-sociológico-político, o campo da verificação empírica; mas que, acima e abaixo desse campo de reflexão, fica um nebuloso mas indestrutível "resto", onde a percepção já não tem possibilidade de acesso. É nesse "resto" que está a parte metafísica das filosofias, a parte poética das literaturas, a parte secreta, não mensurável, da existência.

Nesse "resto" estão afinal as perguntas para que não encontramos resposta e é por isso que ele é vivido muito mais nas nossas angústias do que nas nossas reflexões: é aí que as religiões, a mística e a metafísica põem as suas grandes interrogações. É que as nossas preocupações tinham esquecido afinal uma importantíssima parte do real: a reflexão horizontal sobre o científico, o antropológico, o histórico, o sociológico, o económico e o político tem necessidade de ser a cada instante verticalmente atravessada pela interrogação e pelo mistério. No fundo do homem permanece a força indominada do enigma: a realidade é qualquer coisa de mais complexo do que o empírico-racionalista onde tínhamos fechado as nossas preocupações: o amor e o ódio, a violência e a paz, a verdade e a astúcia, o fantástico poder do sentimento, a interrogação profunda do mistério, continuam como compostos integrantes do real com um carácter simultaneamente inicial, essencial e subterrâneo.

Parece-me ser necessário ainda dar alguma atenção à fronteira difusa que separa a Política da Antropologia Cultural e mostrar que, ao fazê-la incidir sobre o problema do Poder, isso se pode prender com a distinção tradicional entre Estado de Direito e Estado de facto. Na verdade, não obstante a sucessiva e cada vez mais intensa reflexão sobre as formas de legitimação da designação e uso do Poder, não precisamos de ir à história antiga — o mundo contemporâneo dá-nos todos os dias exemplos — para ver que, à margem das normas consagradas de direito público, outras formas se revelam capazes, diria "mais capazes", de atingir esse fim: do golpe de estado à legitimação pela pureza do sufrágio universal damo-nos conta duma série de situações intermédias que duma ou de outra mais ou menos se aproximam. Diria

que, em todas as sociedades, as estruturas contêm na sua textura várias forças de pressão eficazes que podem determinar que a designação dos titulares do Poder esteja mais próxima de "usos, costumes, hábitos, forças e mentalidades" dos indivíduos nas suas relações de conduta dentro das suas respectivas comunidades do que de instituições que procuram realizar a concretização duma teoria do Poder e duma organização jurídica do Estado.

A América Latina, foi, durante muitos anos, exemplo dessa realidade e verificamos hoje, nos povos do terceiro mundo, que a designação do Poder está longe de se adaptar a qualquer das concepções teóricas da sua correcta formulação. Nas próprias democracias ocidentais, elementos estranhos e perturbadores da aplicação fria do Direito Político, com a concomitante orquestração emotiva e passional, influem na designação dos governantes e, quanto maiores e mais graves são os problemas que as sociedades atravessam, mais sensível se torna a actuação desses mesmos elementos, estranhos a uma rigorosa aplicação das teorias.

Também julgo que não é possível esconder que o processo da Democracia, como o processo da própria liberdade, não está de modo nenhum encerrado. Parece-me evidente ter que reconhecer que os autoritarismos contemporâneos foram quase sempre uma consequência imediata e natural dum mau uso da democracia e duma maneira degradada de viver a liberdade.

Igualmente me parece importante considerar que as reivindicações que hoje mais profundamente parecem responder aos mais prementes anseios dos cidadãos nem sempre aparecem formuladas através da liberdade mas, muito ao contrário, por formas exemplares de tirania se expressam novos apelos à salvação do mundo.

Com alguma falta de pudor, sob o nome de "democracia directa", se apresenta a proposta para viver uma nova, completa e total entrega do homem e da sua capacidade de criar, a novos catecismos e novas formas de condicionamento totalitário para o seu espírito e para o seu corpo.

De resto, o que é a liberdade?

"La liberté n'est pas un droit, c'est un devoir" – dizia Berdiaeff e dizia certo. "La liberté, pour quoi faire?" – perguntava Bernanos e perguntava bem, porque a análise da concreta corrente dos comportamentos individuais e sociais me força a reconhecer que o conceito que tomámos de liberdade, com o que de criador nos foi dando, muito de dissolução e decadência igualmente levantou. Talvez seja longo e penoso o seu caminho mas pergunto-me qual a medida em que nos é legítimo sujeitar os povos a experiências que os esgotem ou destruam. Não sei, e digo-o com alguma amargura, se a liberdade para que o homem foi feito não terá mais que ver com um sistema de concretas responsabilidades, quiçá limitadas em relação à grandeza dos nossos sonhos e anseios, mas que efectivamente melhor salvaguardam e promovem a nossa iniciativa pessoal, do que o fascínio iluminístico duma formação liberal e burguesa de conteúdo fictício, esta autonomia do homem sucessivamente retardada, empatada, dissimuladamente desencorajada, de que não resulta a viragem decidida à participação criadora mas, na melhor das hipóteses, um "hamletismo" de inteligência e de comportamento, cuja tão qualificada autonomia não encontra lugar onde se exercer e que, a coberto de "respeitáveis conflitos morais", nos deixa, com temor e tremor, a titubear a nossa adolescência até à morte.

E o que me parece mais grave é que esta dúvida, ainda que nobre e qualificada mas inteiramente ineficaz,

que elegemos como apanágio da nossa conduta e do nosso ideário de existir, e que se repercute nos vários comportamentos com algumas tristes provas da metade mais débil da nossa humana condição, vem justificar e fazer um lugar a formas de obscurantismo primário que não resistiriam ao mínimo afrontamento com a razão e a liberdade, se a maneira como as temos vivido tivesse sido factor de responsabilidade e criação. Talvez tenhamos que reconhecer que uma força social que actua quase obviamente motivada pela manutenção dos interesses criados, vem funcionar afinal como elemento de equilíbrio duma sociedade provisória e que, de certo modo, ela vai retardando um processo que, neste momento, me parece fatal, até que seja possível retomar uma unidade interior e uma razão de viver, sem as quais os homens e as sociedades não poderão subsistir.

Como os guerreiros de Tróia por sete anos continuaram um combate, sem saberem já quem era Helena e que por causa dela há sete anos se matavam.

Também gostaria de deixar bem claro que o tipo de problemas de que aqui vou tratar faz parte das minhas principais preocupações. Quando publiquei o primeiro volume da "Peregrinação Interior" anunciei como terceiro volume "Das pessoas, dos bens e dos poderes" ou "Os filhos de Maquiavel". Com o título e subtítulo queria eu deixar entendido que, na imersão do homem na sociabilidade, as constantes de astúcia e iniquidade se mantém na sua dimensão trágica e não me parece que esteja próxima uma purificação da História. Tem sido possível até hoje algum testemunho individual de santidade mas temos que aceitar que o processo da História se mantém impuro, se não criminoso, e que as guerras — o pecado mortal das comunidades — foram sempre e vão sendo

os grandes marcos que assinalam as suas várias etapas, fechando e abrindo novas eras. Talvez seja tempo de reconhecer que, na nossa passagem pelo mundo, é o rasto dos nossos defeitos que deixamos no nosso caminho: é a nossa recusa da aventura generosa, da nossa disponibilidade, é o nosso desejo de segurança, é a nossa dificuldade de criar e confiar, o que tem dado à História os seus instrumentos e o seu conteúdo. Talvez isso nos ajude a compreender a razão por que as minorias actuantes, ao procurar acelerar ou alterar os condicionamentos colectivos, foram criando estruturas cada vez mais atrofiantes e opressivas para o homem. Talvez isso nos possa levar a uma reformulação do próprio fenómeno político a partir do reconhecimento de que os governos pouco mais podem fazer do que ordenar e conter estruturas que nós próprios vamos quotidianamente fabricando pois não me parece que os governantes, por mais rectas que sejam as suas consciências e por mais nobres que sejam as suas intenções, possam fazer uma sociedade livre, participada e justa se nas nossas consciências, nas nossas motivações e nos nossos comportamentos, não damos lugar à liberdade, à responsabilidade e à justiça.

Que, não obstante esta pesada contingência, tenhamos que comprometer e aventurar as nossas pessoas e as nossas consciências no pântano incontornável da História, é uma realidade de cujas verdadeiras dimensões talvez não nos tenhamos apercebido e que o artifício de irmos formulando os nosso juízos morais, fora dum contexto dum concreto compromisso, tem constituído o mais flagrante alibi para a nossa asséptica impotência.

O mundo está cheio de sofrimento não por causa daquilo que não pensámos nem por aquilo que não julgámos, mas fundamentalmente por causa daquilo que não fizemos ou pelo que fizemos mal.

Tenho para mim que a sociedade portuguesa é uma sociedade híbrida onde, concretamente, à volta da designação e do uso do Poder, elementos estranhos à aplicação fria do Direito Político actuaram sempre, com maior ou menor capacidade de pressão. Por isso, entendo há muito, que a melhor aproximação do fenómeno político nesta sociedade deve ser feita através duma prévia reflexão sobre os elementos que constituem a nossa estrutura social, as consequências que dela naturalmente decorrem e o menor ou maior poder de resistência que oferecem aos factores de mobilização e de dinamização social.

De qualquer modo, parece-me importante lembrar que os partidários das várias ideologias em curso não estão muito interessados em se interrogar sobre a legitimidade dos vários poderes quando se trata dos governos de que politicamente estão próximos.

Quero fugir à tentação do lugar comum mas julgo não exagerar se disser que atravessamos uma das mais difíceis circunstâncias que à história desta Nação algum dia foi dado viver. Aos problemas específicos da nossa política interna acrescem os que derivam da situação ultramarina, todos eles enquadrados num momento da História do mundo em que os fundamentos desta civilização em que nascemos estão a ser rudemente postos em questão. Quero acreditar que, das crises da história, sempre alguma coisa resultou de positivo, neste longo e desesperado processo da libertação do homem, mas tenho que reconhecer que os poderes têm hoje à sua disposição instrumentos de intervenção de tal modo destruidores, que isso só seria suficiente para dar ao contexto da crise contemporânea uma nova e mais preocupante dimensão.

Vou iniciar conversações com um homem a quem, nestas exactas circunstâncias, foram entregues as responsabilidades do poder. Sem entrar em contextos apocalípticos teve consciência da grandeza e do peso dos problemas que esta sociedade enfrenta e isso mesmo quis comunicar à nação.

Não é um casuísta pragmático, o que não significa que não conheça as nossas estruturas sociais e as concessões que é necessário fazer perante a pressão das suas motivações, a dimensão da sua potência e a dificuldade da sua alteração. Não é um tecnocrata, o que não significa que, pela primeira vez, em vários sectores da nossa administração, não se tenha procurado fazer um diagnóstico científico e não se tenham procurado aplicar os meios que as várias ciências das sociedades recomendam para a sua resolução. Tem uma concepção autoritária e exigente do poder, o que não significa que a sua formação pessoal não considere necessária a construção duma sociedade onde a pessoa humana não possa ser considerada uma peça que se altera ou se sacrifica conforme as exigências do que se possa chamar o "bem comum". Há na sua concepção intelectual e na sua consciência moral elementos que formam um universo ideológico que julgo incompatível com uma mera técnica do uso do poder e da manobra da sua conservação.

Creio que esta minha tentativa só pode beneficiar de poder desenvolver-se em conversas com uma pessoa cuja personalidade moral e intelectual respeito. Isso me torna possível uma aproximação que nenhuma auréola mítica perturba.

Tem-me ensinado a vida que o conhecimento pessoal das figuras de que, por suas obras, feitos ou funções, tivemos conhecimento público, é um aferidor necessário

a uma maior proximidade do real. Tive ocasião de chegar à fala com alguns "monstros sagrados" da literatura, da política, do pensamento e até da própria "santidade" e sinto que com isso fui capaz de aprender que, no fundo de cada ser humano, permanece a mesma substância capaz de o fazer roçar a cabeça pelas estrelas e de, simultaneamente, ser sensível à entrada de todas as pequeninas larvas que encontram no espírito e na sensibilidade dos homens, seu alimento e seu habitat. Algumas vezes a minha admiração aumentou, outras se confirmou. Quase sempre me foi dado reparar que é da mesma natureza humana que sai o bem e o mal.

Pareceria que o século das luzes e toda a promoção iluminística de que se fez acompanhar, iria dar à vida política um contexto científico e desapaixonado mas, ao contrário, não sei se em alguma outra época da história a "personalidade" dos seus actores teria sido mais marcante e decisiva. Creio que o "culto da personalidade" é uma expressão que o nosso tempo criou e sou obrigado a verificar que tivemos ocasião de viver uma "hagiografia política" como não sei se a vida espiritual algum dia conseguiu mobilizar. É por isso que julgo muito importante a experiência de nos aproximarmos dos governantes, — daqueles que ainda conseguem reagir contra a formação do seu próprio mito — como pessoas de qualificação humana e não sobrenatural e, nesse contexto, reflectirmos sobre o difícil mas humano, ofício de governar. Normalmente, construímos os nossos ídolos, bons ou maus, a partir da aceitação da nossa própria demissão, para eles transferindo a responsabilidade daquilo que nos recusamos a fazer ou a culpa daquilo que não fizemos ou fizemos mal. Nada se resolve com a construção dos ídolos e, ademais, tenhamos cautela: há sempre

um "rapport" Kruchtchev que nos pode vir declarar que o nosso ídolo caíu...

A sociedade portuguesa, a especificidade e a complexidade dos problemas que contém, põe à consciência bem formada dum governante problemas que ele sabe que não pode esconder nem disfarçar: sabe que as várias e clássicas instituições que definem a legitimidade de designação dos governantes e os meios de vigilância do uso do poder são também impeditivas duma acção governativa que exige rapidez de decisão e eficácia de execução, mas sabe também que os governos só se legitimam através de instituições políticas que lhes permitam manter com o povo uma cada vez mais próxima e mais profunda relação. As instituições de vigilância do uso do poder, através da representação nacional e dos meios de correcta expressão da opinião pública, podem demorar e perturbar a eficiência da acção governativa, mas constituem ainda a mais adequada garantia e a mais adequada defesa contra a capacidade de perversão do Poder aos seus mais diversos nivéis.

A atenção que tenho dado às várias ideologias e ao modo como se exprimiram na história fez-me consciencializar a imprescindível atenção que o real e a circunstância devem merecer aos governantes. Tenho que reconhecer que "a pretexto da entrada no real" muitas vezes o poder político feriu a carne e o espírito dos homens e a própria "sensibilidade" da história, onde traçou a negro a sua passagem. Por isso, não obstante as discordâncias que possa ter sobre a institucionalização da nossa vida pública e certas concretas opções da nossa acção governativa, não deixo de sentir um certo conforto por saber que as responsabilidades da nossa vida política estão nas

mãos dum homem cuja inteligência e cuja acção estão insertas num universo cultural qualificado e são servidas por uma exigente e rigorosa consciência moral.

Nunca procurei o poder, e, sem falsa modéstia, não encontro em mim qualidades para o ter. Talvez por isso Deus me tenha poupado ao encargo pesado de ter dele alguma vez, nas minhas mãos, a mais pequena parcela. Tenho consciência que isso me dá hoje a comodidade e o "luxo" de fazer de aprendiz de humanista ao escrever estas considerações e ao formular as perguntas que tenciono propor. Quero ter a lealdade de confessar que, se neste momento da história nacional eu tivesse que assumir a responsabilidade das grandes decisões políticas e o risco das grandes opções, não sei exactamente aquilo que deveria fazer. Talvez caiba aqui a pergunta que Sófocles pôs na boca de Creonte:

"Será possível conhecer bem a alma, os sentimentos, os princípios dum homem qualquer se ele nunca te apareceu no exercício do Poder, governando e ditando leis?".

Lisboa, Janeiro de 1972.

ANTÓNIO ALÇADA BAPTISTA

– I –

Foi ali, na Faculdade de Direito, num dia de Outubro de 1947, que conheci o Professor Marcello Caetano. Esbracejava eu com o meu segundo ano e ensinava-me Direito Administrativo. Eu tinha vindo da província: província da Beira-Baixa, concelho da Covilhã, onde a sombra da Universidade de Coimbra se impunha com mais imponência e vigor que a própria sombra da serra, se bem que a mais alta do país. Naquele tempo e lugar, um "lente" estava logo abaixo do Deus da Sabedoria, como um Bispo estava logo a seguir ao Deus da Religião.

Cheguei e conheci-"Os". Não que eu tivesse com isso alguma desilusão. A ingenuidade cobria-me ainda como fato de todos os dias e era também tão grande a minha ignorância sobre aquele novo universo do saber que tudo aceitava, candidamente, como se fosse certo, verdadeiro e importante. Submetia-me naturalmente àquele pequeno mundo de super-homens, com a inteligência a transbordar por esse país além: eram eles os chamados e os escolhidos para os postos transcendentes da governação e eram eles que desempenhavam funções que exigiam iniciáticos saberes, na gestão das grandes economias, que não andariam sem aqueles

homens ao leme. Escreviam livros. Eram eruditos e contavam-se coisas sobre o imenso talento de cada um.

Tudo isso aceitava então. Sinto que é hoje muito difícil imaginar o que era a Universidade. No entanto, creio que pouco mais mudou do que a casa – o que não é nada – e a nossa atitude interior – o que me parece muito. Coisas do tempo, do esforço que é preciso fazer para realizar como, em vinte anos, as coisas puderam mudar. Porque vivemos, dia-a-dia, em dias que parecem iguais: em cada um deles, disfarçadamente, assim como em cada manhã um pouco do nosso cabelo está mais branco, também, duma maneira irreprimível, vamos sendo empurrados para o indecifrável tecto do tempo.

A minha Universidade era a tal universidade paternalista: éramos quase todos "rapazes obedientes" e a nossa rara rebeldia era vivida sem barulho, num mundo que não mostrava a sua face. Estávamos naquele Campo de Santana em "instalações provisórias", que definitivamente aceitávamos, e não me lembro de ter assistido a grandes exigências ou a grandes reivindicações.

Como é que esta geração "afrontava" as instituições e o mundo seria motivo de alguma reflexão. O certo é que a vida de estudante universitário era ainda reflexo dum mundo rural, pacífico e acomodado, onde as "velhas virtudes cristãs" disfarçavam uma mistura de coisas dignas e indignas, que tinham ao mesmo tempo que ver com o respeito devido às pessoas e com a cobardia de as enfrentar. De qualquer modo, não havia violências visíveis.

Também não posso deixar de confessar que, durante aqueles cinco anos, não me foi dado aperceber que a "massa estudantil" fosse qualquer coisa capaz de dar aos povos motivos de "confiança e esperança no futuro",

como se dizia a sério, nos discursos de circunstância quando havia que evocar os velhos mitos vitorianos, e como se diz ainda, quando se trata de construir os novos mitos. A retórica era já um certo pão de cada dia ao alcance das várias bolsas de valores: por ela já então se diziam os sins, por ela já alguns poucos esboçavam os seus tímidos nãos.

Se analisarmos concretamente o que por ali se passava não me parece que haja razões para ficarmos especialmente confiantes: as motivações subjacentes à nossa presença na faculdade nem sequer tinham que ver com a "tal apetência do homem para se elevar pelo conhecimento e pela cultura"; ali se andava, quase exclusivamente à procura dum diploma, que se sabia ser o santo e a senha de entrada para profissões melhor remuneradas. As grandes preocupações vividas talvez encontrassem melhor resposta na leitura dos jornais desportivos do que nos vários documentos da cultura.

A maioria era assim: talvez aí se localizasse já aquilo a que agora se chama a "maioria silenciosa" – um nome inofensivo e que se julgou adequado para exprimir qualquer coisa de muito complexo e que não está ainda suficientemente estudado: uma estranha simbiose de mediocridade e bom senso, de conformismo e experiência, por onde as almas menores dão largas à sua pequenez e as almas maiores exprimem talvez o seu desencanto e que constitui, no fundo, o lastro que vai poupando à pesada nau da história alguns dos seus já muitos sobressaltos.

Havia isso. Depois, os dois ou três bons estudantes de cada curso e mais os quatro ou cinco que viviam então a nostalgia das coisas importantes e graves, aqueles para quem o problema da salvação da alma e o da grande e insaciável fome de justiça constituíam muito

seriamente a sua razão de estar no mundo. Por ali andavam, com as suas ansiedades ambulantes pelos cafés dos bairros residenciais, a falar literatura e a trocar livros, atolados em angústias metafísicas e existenciais, que desembocavam na imensa tragédia dum mundo que necessariamente tinham que salvar. No fundo, não sei se não seriam estas minorias, com os seus propósitos. pesados e convictos, com as suas intenções generosas, que criavam sobre a generalidade da juventude o grande mito da sua generosidade e do seu inconformismo sadio.

Doloroso era depois assistir ao espectáculo duma lenta mas contínua debandada, que talvez se possa chamar envelhecimento: o retomar dos caminhos que os outros já há muito vinham trilhando: a partida para o conformismo, para a instalação, para a conquista daquele mesmo mundo que antigamente tinham recusado: a entrada dum licenciado numa estrutura acabava por ser a presença dum instrumento mais qualificado de intervenção, a robustecer, a dar uma tonalidade mais científica ao mesmo mundo onde já todos tínhamos nascido. Não sei o que será a juventude de hoje: a do meu tempo, creio que era mais ou menos isto.

Era neste quadro que todos íamos vivendo e nele, com esta predisposição cândida, aceitávamos os nossos professores. Comigo, que por mim posso falar, aconteceu assim e só mais tarde, quando melhor se me vincaram os contornos do mundo, reparei onde ficavam os "Lentes": eram como nós, inteiramente mortais. Uns mais inteligentes, outros mais sabedores, outros mais humanos, outros a fazer o que podiam e eram capazes, mas que não mereciam, como ninguém merece, que lhes arranjássemos um mundo especial onde não coubesse a nossa humana pequenez.

Entre todos os mais, não vou dizer que Marcello Caetano era o melhor professor que tive, porque me não foi

dado tempo nem senti necessidade de organizar esse concurso, mas, quando todo um corpo de alunos se dispunha a dar, unilateral e indiferentemente a todos os seus professores, uma atitude de respeito e consideração, creio que era muito mérito o daqueles que correspondiam a essa nossa gratuita predisposição: Marcello Caetano era dos professores que faziam com que esse nosso respeito tivesse sentido. E não creio que fosse o seu trato imediato que me fez impor a sua personalidade: hoje penso que era talvez uma consciência que constantemente se me foi revelando duma grande solidez intelectual que vinha do rigor e da austeridade que punha na missão de ensinar e na disponibilidade que oferecia a quem quisesse saber.

"Todas as quintas-feiras, ao meio-dia, estarei na Biblioteca, à disposição dos senhores que queiram tirar alguma dúvida ou aprofundar mais algum dos assuntos que forem tratados na aula" – anunciou, no dia em que começou o curso.

No entanto, quase ninguém tinha dúvidas. Não porque fôssemos todos muito inteligentes mas porque estávamos ainda tão afastados daquele micro-universo do saber que nem dúvidas éramos capazes de ter. E então comecei a reparar que, em cada quinta-feira que passava, na sala da Biblioteca, aquele professor ia ficando mais só. Foi quando me pus a ver se arranjava alguma "dúvida". Um dia, com a coragem que consegui reunir no meio da minha muita timidez, avancei para a Biblioteca para expor aquelas "dúvidas", que tanto trabalho me deram a encontrar.

Só agora tomei consciência que aquelas três perguntas patetas que um dia lhe fui fazer à Biblioteca não eram dúvidas, não: era uma homenagem que um aluno, então muito provinciano e muito sentimental, ia fazer à disponibilidade incompreendida dum seu professor.

Depois, o tempo passou. De formado passei a recém-formado, o que é ainda muito pior: hoje vejo que, como muitos outros, fiz uma entrada na vida sem saber exactamente o que ela era. Por ali andei, umas vezes com o meu atrevimento, outras com a minha timidez, por essa nova parte do mundo que então se me abria, onde tudo me parecia simples, claro e aplicável, onde, no meu entender de então, quer os fracassos próprios quer os fracassos comuns, não tinham outra origem do que a pobreza dos meus instrumentos de conhecimento, que não conseguira ainda apurar. Eu não me apercebera então da complexidade desta textura, sobrecarregada de questões e contradições, onde coisas importantes do saber iluminístico não eram aplicáveis ou onde a aplicação do saber iluminístico nada vinha resolver.

Entretanto, entre a Universidade e a vida pública, continuavam a aparecer nos jornais notícias da intervenção do Professor Marcello Caetano no dia-a-dia nacional e, no célebre discurso de Coimbra, escandalizou esta nossa pequena aldeia política com ideias a que não estávamos habituados. Fiz então um artigo, com perguntas "solenes" e "jurídicas" que envolviam críticas que julgava muito pertinentes perante as concepções do meu antigo professor. A censura cortou o artigo e hoje, tenho que reconhecer, que não foi precisamente nesse dia que ela cometeu um grande atentado contra a inteligência nacional...

Com os anos que foram seguindo fui sentindo, na minha própria pele, esta estranha capacidade que o tempo tem de matar em entusiasmo e generosidade de superfície o que vai compensando, numa zona mais profunda, em exigência e distância. Diria que o entusiasmo e a generosidade deixam a sensibilidade imediata para procurar dentro de nós a sua sede essencial:

para o mundo duma certa exigência interior onde os compromissos que nos são pedidos pela nossa coerência não podem ser resolvidos com teorias e palavras.

Foi talvez nessa fase da minha vida que melhor me dei conta do nosso entendimento. Eu mantinha o mesmo respeito pela sua inteligência e pelo rigor com que ia definindo as suas opções intelectuais. Da sua parte recebia uma constante compreensão pelas posições que tomava, com uma condição porém: era visível a sua recusa – uma recusa que vinha da própria sensibilidade – por qualquer espécie de verbalismo ou por outra forma de facilidade. Uma conversa sua exigia uma contínua chamada ao esforço, ao conhecimento exacto dos assuntos sobre que se falava. Sobretudo, era possível com o Professor Marcello Caetano o que raras vezes me foi dado conseguir com os chamados políticos da "direita": uma linguagem. Amigo de alguns, capaz de me encontrar com eles no plano humano duma concreta situação, tive sempre alguma dificuldade em acertar um vocabulário político e tinha que fazer algum esforço de memória à procura de terminologias, razões e problemas que o tempo, há muito, cobrira de escombros e pó. Sentia-me bastante ridículo, com conversas medievais, a discutir, na boa hipótese, se o poder vinha de Deus ou dos homens, sempre à espera que entrasse pela porta o Doutor João das Regras com outros "letrados de o reyno", para participar naturalmente na nossa discussão. A esses deixei ficar a amizade, mas parei com exercícios de retorno ao passado, por não fazerem parte das minhas preocupações. Ao contrário, o Professor Marcello Caetano desde sempre usou comigo a linguagem de quem se move com familiaridade no mundo cultural contemporâneo, o que não quer dizer que tenha por ele qualquer fascínio especial. Uma certa e segura concepção do

homem e da cultura fá-lo aproximar das coisas novas com mais cepticismo e crítica do que com entusiasmo e confiança. Esta sua atitude, junta com um cuidado conhecimento dos vários "dossiers" ideológicos (quando se fala de Marcuse nota-se que leu Marcuse; falar de António Sérgio, pressupõe descer à sua biblioteca, pegar nos Ensaios e ver as suas anotações e sublinhados), traduz uma segurança no vocabulário da reflexão e do conhecimento que só encontrei em alguns intelectuais da chamada "esquerda", no tempo em que isso exactamente a caracterizava. Ainda que escandalize, adianto afirmar que me parece a sua família intelectual mais próxima de António Sérgio, Ezequiel de Campos e outros elementos da Seara Nova, do que do irrealismo romântico do Integralismo Lusitano a que, pessoalmente, esteve ligado. E reparei ainda que o que daqueles o separava, na aproximação das ideologias, era a sua falta de ingenuidade, a sua incapacidade de vibrar com palavras e ideias – tais como "liberdade", "igualdade", "democracia", – essas mesmas palavras que, não obstante o seu carácter mítico ou talvez por causa dele, davam aos homens da Seara Nova toda a sua capacidade de sedução. Essas mesmas palavras aparecem, na linguagem deste meu professor, analisadas com uma frieza que lhes retira todo o contexto mítico-romântico, com o qual entusiasmaram a minha juventude e que à minha maturidade são capazes de formular novas interrogações.

É a esta forma de análise que eu chamo o "saber frio": um saber igualmente afastado da complacência distanciada dos aristocratas da cultura e da indignação tempestuosa dos "boy-scouts" das ideologias. Uma sabedoria capaz de distinguir, para lá da rotina da vida quotidiana, os dados constantes da comédia humana; a rivalidade infantil dos homens na procura dos seus

interesses, da satisfação da sua vaidade e das suas glórias, a sua insatisfação na insaciável conquista das coisas que, por não valerem a pena, logo que saciadas se esgotam e exigem novas conquistas.

Tenho verificado que esta forma de "saber frio" dá origem a uma espécie rara de conservador: o conservador qualificado, aquele que acha que há coisas importantes a conservar. Daí uma consequência amarga e que não deve ser fácil de suportar: a que vem do compromisso na defesa de valores que por si só se entendem como necessários e estimáveis, independentemente do contexto das pessoas e dos interesses que, normalmente, acabam por se aproveitar dessa defesa.

É nesse contexto que coisas como "ordem", "autoridade", "disciplina", aparecem com a maior importância para a conservação duma sociedade e, por isso, a elas são naturalmente mais sensíveis aqueles que concretamente detêm as responsabilidades do poder.

Penso neste "saber frio" e não sei, sinceramente, o que dele devo dizer. Ainda me comove o pensamento apaixonado e ingénuo dos ingénuos profetas das mansardas, mas reconheço que, quando o azar nosso e da história por qualquer razão lhes entregou o poder, sobressaltado acordou o mundo, logo no dia seguinte, com o mando pelas mãos de quem não conhece o que é saber frio nem quente, e os ingénuos a recomeçarem ingénuas interrogações sobre a maneira e a razão como tudo aquilo se perdeu. Tudo isso ainda me comove: em menino, vejo que estava sempre ao lado dos defensores das causas perdidas e lembro-me de ter sofrido o meu bocadinho quando tomei consciência que Dom Quixote era um personagem que se não podia levar a sério e de quem se devia troçar. Sei que o mundo é para todos estes ingénuos extremamente cruel mas persistir

na ingenuidade é, no fundo, ser capaz de manter uma infinita capacidade de confiança no homem, mesmo quando ele de todo em todo a não merece. Talvez o "saber ingénuo" seja próprio dos santos; dos políticos decerto que não.

Penso no Professor Marcello Caetano e não posso esconder que sinto nele, para além de todo o seu "saber frio", a persistência duma certa nostalgia duma liberdade que talvez fosse possível viver na ordem, na disciplina, no respeito pela autoridade...

Digamos que, possivelmente, eu não estou inteiramente curado da minha ingenuidade.

– II –

O primeiro encontro que tivemos, já com a preocupação deste livro, foi ali no Linhó, num sábado com um pouco de sol. Cheguei. Ao portão estava um homem fardado de azul. Eu disse quem era.

– O Senhor Presidente está ali ao pé da casa.

Entrei: estava a conversar com o jardineiro.

O escritor panegirista poderia começar exactamente assim:

"Ali no Linhó, numa casa modesta exposta a todos os olhares, rodeada dum muro baixo e sem qualquer guarda especial, estava, na sua simplicidade, conversando com o jardineiro, o Homem a quem, neste momento, estão entregues as grandes responsabilidades da Política Portuguesa".

Sinto que esta frase, independentemente do seu próprio tom enfático, é rigorosamente verdadeira, mas tenho que reconhecer também que ela não vem a propósito deste homem, nem desta sociedade, nem deste livro e, já agora, acho também que ela nada tem que ver comigo. Tenho para mim que vivemos numa sociedade tranquila e serena onde, há muitos anos, o exercício de governar não é das profissões mais perigosas. Homens

que pela natureza das suas funções, ou pelo zelo com que as exercem, pareceria que podiam suscitar ódios especiais, passeiam tranquilamente pelas ruas, tomam quotidianamente o eléctrico, na mesma paragem, à mesma hora. Há muitos anos que as explosões da nossa subversão, ou pelo desejo dum destino fasto ou pela preocupação dos seus manipuladores, não têm morto ninguém. Os governantes têm aqui aquele mínimo de segurança de que naturalmente se rodeiam os governantes de qualquer país, pois há sempre que ter em conta os actos avulsos dos que gostariam de passar à história e não encontram outra maneira de o fazer.

Não quero com isto dizer que o Governo tem o aplauso unânime dos governados: sei que uma força complexa procura, sempre que lhe é possível, as ocasiões para manifestar a sua denúncia e a sua recusa de colaboração às várias propostas governativas. No entanto, não posso deixar de confessar que isso não tem hoje para mim o significado que já teve: hoje, interrogo-me muito, e não só no que à política portuguesa diz respeito mas no que a toda a vida pública europeia se refere, sobre o significado e a natureza das tensões que se criaram entre o Poder e aqueles que dizem opor-se-lhe. Durante muito tempo julguei possível transpor para a vida colectiva o esquema sobre o qual naturalmente construíra o diálogo humano: a confiança na própria condição de dialogar, a preocupação da igualdade dos meios do nosso encontro, a atenção crítica, mas generosa, às razões do adversário, a colaboração interessada na procura duma verdade comum. Nesse contexto imaginava eu ser possível viver, quase com harmonia, as necessárias contradições da sociedade e isso era ao mesmo tempo para mim um sintoma de saúde mental, um meio de descoberta e uma condição de aperfeiçoa-

mento pessoal e colectivo. Foi por essa altura que, por razões da minha consciência de que não vejo motivos para rejeitar, tive ocasião de fazer algumas intervenções na vida política portuguesa, porque julguei ser essa a forma adequada para manifestar o meu afastamento dum universo, a que por nascimento e educação estava naturalmente ligado, mas que estava em desacordo com princípios de moral pessoal e colectiva que essas mesmas origens me tinham dado também.

Eu gostaria de me julgar um liberal e um democrata, mas sou obrigado a reconhecer que poucos estão interessados no liberalismo e na democracia. Vejo é que uma estranha neurose colectiva se apoderou da expressão do afrontamento poder-sociedade, que inquinou toda esta relação com pesados elementos de competição, violência, astúcia e ódio, com os quais me não posso identificar porque a tudo isso vejo subjacente uma tremenda vocação totalitária que se apoderou dos homens e da qual nada pode vir de criador. Não sou da oposição. Por aí passei alguns anos, aí pude conhecer e lidar com algumas pessoas cujo valor intelectual e moral fui levado a respeitar. Aí criei algumas amizades que ainda conservo. Mas essa minha passagem chegaria também para me convencer, se não estivesse convencido já, que não é possível dividir os portugueses entre os "bons" e os "maus". Vejo é que um Estado Moderno é cada vez mais um imenso e diversificado aparelho, tanto melhor quanto melhor reflecte as inevitáveis incoerências e as inevitáveis contradições da própria sociedade, e que o bem comum não pode ser realizado através da aplicação dum rigoroso e compacto modelo social a impor aos povos.

Talvez tenhamos que passar um dia por essa inexorável prisão, mas julgo que ainda se podem encontrar zonas onde é possível dar uma colaboração de homem

livre, sem que a nossa consciência seja com isso afectada. Sei que algumas vezes se criaram situações que impediram a sociedade portuguesa dos resultados da inteligência e do trabalho de alguns dos seus melhores filhos. Sei e lamento-o, mas isso não me pode levar a concluir que a vida política, como a vida em geral, seja uma espécie de "tudo ou nada", e que teríamos de aceitar ou rejeitar em bloco uma realidade tão diversificada e tão complexa como é uma estrutura político-social. Acresce que também tenho reparado que este pretexto de recusa, este "não enquadramento no modelo ideológico que construímos", se é nalguns casos uma razão muito respeitável, em muitos outros me apareceu como um alibi "dignificante" e cómodo para nos eximirmos ao risco do compromisso. A psicologia social dirá um dia que "viver à direita e pensar à esquerda" foi uma descoberta do nosso tempo que conteve a neurose da condição contraditória em que muitos vivemos. É neste contexto que, hoje, prefiro as responsabilidades daquilo que não foi feito porque outros me impediram de o fazer, às que me ,riam daquilo que não foi feito porque eu me recusei.

Por toda esta ordem de razões acho necessário dizer que não é um homem da oposição o que neste momento se aproxima do Presidente do Conselho e que ele recebe com a mesma afabilidade com que Marcello Caetano me recebia quando eu era um homem da oposição

Começámos a passear a pé, pela cerca da casa, e quis saber de mim e da minha vida e só depois dalgum tempo de conversa pessoal comecei a falar neste meu trabalho. De resto, eu tinha planeado este encontro para combinar um método que propus assim: enviaria a introdução e o esquema geral do livro e, posteriormente, dois ou três dias antes de cada encontro, man-

daria as perguntas que, dentro do esquema proposto, naturalmente me ocorreria fazer. Depois seguiria o texto definitivo para corrigir ou explicar melhor aquilo que lhe atribuira.

Foi a passear no jardim que, já naquele dia, saímos destas questões de método para lhe ouvir considerações que talvez se dirigissem à minha suposta preocupação de "intelectualizar" coisas e situações a que a corrente da vida vinha dar outro conteúdo e contexto.

– "Lidar com pessoas é que, essencialmente, constitui a política e isso é muito diferente das construções que intelectualmente estamos sempre tentados a fazer. Os homens comuns têm preocupações muito diferentes daquelas que o nosso idealismo gosta de lhes atribuir. Quem não conhece bem as pessoas e as coisas que as movem e determinam não pode fazer política. É evidente que há pessoas boas e bem intencionadas, que procuram pautar a sua vida por certos princípios. mas não são essas que fazem a realidade política com que, diariamente, temos que lidar. Os homens são naturalmente motivados pelos seus interesses, pelas suas ambições".

(Se não fosse o receio de revelar "intelectualite" eu aqui teria dito que Marx achava que era a parte má da história que fazia a história, mas contive a citação).

"É nisso, infelizmente, que temos constantemente que meter as mãos. Parte-se do ideal, mas na vida corrente o que conta são as necessidades quotidianas. E isso não acontece só na política. Acontece em tudo: no próprio amor, nascido nos entusiasmos e nos arrebatamentos da paixão, mas que, na experiência do tempo, tem sempre que ver com a outra face da vida: tratar dos filhos, ouvi-los chorar de noite, mudar-lhes as fraldas: o arrebatamento idealista dos primeiros tempos desemboca num pequeno

mundo, sem grandeza e sem glória, que não é possível afastar mais."

Eu concordei, mas acrescentei que a realidade não é imutável e que não devemos ficar com uma complacência total perante o que sabemos que não é bom e que talvez possamos transformar.

– *"Eu não lhe quero dizer que não devamos procurar valores e referir-lhes a nossa acção. Quero chamar-lhe a atenção para o que é isto de tratar com os homens, para o tempo que isso nos ocupa, para a fatalidade que é a precisão de ter sempre nas nossas mãos a realidade. Em política não pode haver distracções nem experiências incontroláveis."*

E acrescentou:

– *"Depois, e ainda no que à realidade diz respeito, repare que um governante não chega ao poder para lhe ser entregue uma folha de papel branco onde escreva o que quiser. Não: recebe uma determinada estrutura histórica, política, social, um conjunto de hábitos, de costumes, de maneiras de viver e é a partir daí que ele tem de governar e é a partir daí que a sua acção se torna complexa".*

Nesse momento interrompi:

– *"De qualquer modo, acho que a reflexão sobre o poder e a sua legitimidade é um problema que não podemos esconder. É talvez a ponta donde podemos partir para tentar esclarecer essa complexidade".*

— *"Decerto. Mas para já importa assentar nas circunstâncias particulares do momento em que vamos pensar o problema. Antigamente havia vários poderes sociais eficazes: os pais tinham poder, a escola, a Igreja, tudo isso tinha poderes que facilitavam por um lado e limitavam por outro o poder dos Governos. Hoje, não. Em todas essas instituições a autoridade está sendo posta em questão e cada vez é menos exercida. Assistimos a uma demissão total das várias formas de autoridade social. Se às sociedades faltasse, neste momento, o poder político, o que é que lhes poderia acontecer? Não tenho sobre isso qualquer espécie de ilusão: uma sociedade não pode subsistir sem autoridade".*

Entrámos ainda num dos seus temas favoritos: a história. Isto porque eu tinha falado na geração de setenta, na experiência de Oliveira Martins, na ditadura de João Franco, nesta nossa constante de deixarmos aos "práticos" os problemas do governo. Tentei fazer um pequeno inventário de goradas experiências qualificadas de governantes além de Oliveira Martins: a contribuição da Seara Nova, no Ministério de Álvaro de Castro, com António Sérgio e Azevedo Gomes, os trinta dias de Ezequiel de Campos, no Governo de José Domingues dos Santos.

— *"Isso são bons exemplos do que lhe estou a dizer. Mas entendamo-nos: quando se fala na "ditadura" de João Franco, não se esqueça que há vários tipos de ditadores. Há os que usam a autoridade porque gostam e os que a usam porque não têm outro remédio. João Franco e o próprio D. Carlos não eram ditadores por doutrina. Faziam parte do que se poderia chamar a aristocracia liberal do Século XIX e foi a força das circunstâncias que os levou a uma tímida violação da Carta Consti-*

tucional. Quanto àquilo a que você chamou as experiências "qualificadas" de governação, são exemplos claros do que há pouco lhe dizia: a dificuldade que têm os intelectuais em enfrentar as estruturas que se movem à volta da política. Oliveira Martins, em 1892, preocupado com a renovação da política mediante a aplicação das ideias do "socialismo de Estado" ou "catedrático", não reparou que os problemas candentes, naquele momento, eram aqueles que a crise de 1891 concretamente suscitara e foi o "prático" Dias Ferreira que teve que tomar conta da pasta da Fazenda para ministrar os remédios urgentes. É claro que hoje nos faz muita impressão: um homem como Oliveira Martins a ter que ser substituído por outro a quem você chamou um "prático": mas foi Oliveira Martins capaz de enfrentar os problemas vitais, imediatos, que estavam postos a quem tinha as responsabilidades do poder? Com António Sérgio, no Ministério da Instrução Pública, em 1924, aconteceu a mesma coisa: a sua inteligência e a sua boa fé não se aguentaram com meia dúzia de questões secundárias e capciosas que pessoas com muito menos categoria intelectual do que ele lhe levantaram no Parlamento. Quanto a Ezequiel de Campos, era um apóstolo que entrou cheio de candura no Governo e se foi embora sem ter percebido como é que se podia fazer vingar um ideário na política, espantado por não ter convertido o País com a sua pregação...".

–"Mas não terá isso que ver com as estruturas políticas em que esses homens actuavam?".

–"Em certa medida, sim, mas no fundo disso tudo está a natureza do homem que acaba sempre por se revelar. E na política aparece quase sempre assim..."

Fiquei com estas coisas na cabeça das muitas que foram ditas, naturalmente, enquanto passeávamos pelo pequeno pinhal que está na cerca da casa. Eu estava sem papel e sem lápis e a minha memória começa a ser já uma senhora de certa idade, gasta pelos anos, pelas aspirinas e pela vária farmacopeia dos complicados, como eu talvez seja. Reparei que estava frio: aquele sol de Janeiro fora-se embora e o inverno regressou, rápido, ainda antes do escurecer.

Talvez calhassem aqui umas palavras sobre a natureza, sobre esta extraordinária luz do nosso céu que as circunstâncias da política não conseguem, por enquanto, perturbar. Tudo isso daria decerto alguma literatura a condizer com escritas destas, um pouco solenes. Mas não. Sei é que voltei a Lisboa com a nossa conversa na cabeça: "... uma sociedade não subsiste sem autoridade... uma sociedade não subsiste sem autoridade..."

A verdade é que eu também penso que assim é, e que este aparelho assustadoramente crescente que hoje incarna a autoridade política, não nasceu do mau humor arbitrário dos deuses, nem da vontade dos tiranos, mas da ocupação sucessiva, "necessária" e quase sempre pacífica dos vários corpos intermédios, dos vários redutos de liberdade de que o homem se foi sucessivamente demitindo e que foi tudo isso que deu origem a estas sociedades cada vez mais coisificadas e atomizadas, onde o aparelho do Estado acaba por ser o único elemento unificador. E penso mais: penso que a nossa debilidade vital chegou a tal ponto que, ao contrário do que pensa certa propaganda libertária, o desaparecimento do Estado seria hoje, não um meio de libertação, mas a pulverização total dos átomos em que nos deixámos tornar.

Reparei então que, enquanto eu deixara ali um governante preocupado com a necessidade da autoridade e os seus "benefícios", vinha eu preocupado com os seus "malefícios". Senti que ambos estávamos a cumprir o nosso dever e que nisso é capaz de estar um pouco da riqueza e da dificuldade de viver em sociedade.

- III -

Desta vez apareci na Rua Duarte Lobo, já com papel e lápis, e o tal papelinho das perguntas que mandara dois dias antes.

Talvez estejam à espera dum cenário e ritos diferentes daqueles que encontrei. Não sei como, nas outras partes do mundo, vivem os políticos maiores. Dizem que o Presidente da Suíça vai de bicicleta para o trabalho. Mas, quem sabe quem é o Presidente da Suíça? – quase pergunta de concurso de televisão. Ninguém. Talvez os suíços. E isso é de tal modo excepcional que me disseram que ele ia de bicicleta mas não me disseram quem era.

Certo é que nos habituaram a contar com uma montagem de pequenos Kremlins, com complicados sistemas de segurança disfarçados em cenários de grandeza – qualquer coisa entre Wagner e James Bond, – que constituiriam necessárias antecâmaras aos senhores dos poderes modernos. Li há dias que o n.º 10 de Downing Street fechara para obras: havia que vestir-lhe um colete de aço para que o sono do Primeiro Ministro de Sua Majestade não fosse perturbado pelas bombas, a acrescer às insónias que lhe vinham da governação.

Os que assim julgam ficarão decepcionados. É verdade que está um polícia de azul, à porta, e que um automóvel, parado na rua com três homens dentro, certamente não estaria ali se aquela casa fosse só o que parecia: a moradia normal, num vulgar bairro residencial, com o seu pequeno jardim de relva e flores, onde vive um professor de Direito, que dali sai, pacatamente, para as aulas. Ninguém me impediu que chegasse à porta até que disse ao guarda quem era. Foi ele que tocou à campainha e uma empregada, igual às empregadas, abriu-me a porta.

Nada disto me decepcionou porque de tudo estava à espera e sempre assim acontecera nas vezes que aí tinha ido, mesmo depois que o professor de Direito se mudara para dar lugar ao Presidente do Conselho. O polícia e o automóvel eram as pequenas notas na paisagem que assinalavam aquela mudança. No mais, tudo estava igual.

Entrei e esperei uns minutos na sala, uma sala vulgar, de quem soube resistir à tentação dos que apuram as raças dos objectos pelo gosto ou pelo valor: a volúpia onde os preciosos de hoje aplicam excedentes, como se com isso qualificassem um pouco vidas, quase sempre desqualificadas. Ali, os objectos só estão ligados a funções ou sentimentos: ofertas dedicadas na prata e outras coisas de oferecer; cinzeiros, mesas e cadeiras e outras coisas de servir.

Pensei ainda se não haveria qualquer coisa de insólito: um animal doméstico, como os cães de Tito, o gato de De Gaulle, para que eu pudesse escrever:

"Dans le salon aux fauteuils de cuir, où nous allons prendre le café, Grigri est couché sur un fauteuil".

Debalde procuro "sinais exteriores de poder" – coisas ou bichos – : a casa do professor mantém-se, austera

mas banal, de quem tem uma relação com a vida através de livros e papéis e se distancia, indiferente, dos cenários poderosos.

Eu vinha ainda com a conversa anterior, a tal da autoridade necessária, e foi assim que comecei na parte que aqui interessa:

— *"A nossa conversa doutro dia fez-me ver que, antes de considerarmos as formas de legitimidade do Poder, temos uma questão que lhe é anterior e que não podemos retirar da análise dessa mesma legitimidade: é o problema da existência do próprio Poder. Creio que, se não interpreto mal o pensamento que me expôs, o Poder é condição de existência duma sociedade no tempo. Primeiro há que assegurar a sua existência. A reflexão sobre a aplicação das formas clássicas de determinar a sua legitimidade terá que vir depois".*

— *"É assim mesmo. Estamos, aliás, perante um problema actualíssimo, devido à revivescência da doutrina anarquista. Penso que os Homens, tendo de viver em sociedade, devem necessariamente renunciar ao seu arbítrio individual e aceitar formas de convivência que não podem deixar de ser reguladas por leis, asseguradas por sanções e impostas por um Poder. Mas para os anarquistas leis, sanções e poder são criações artificiais resultantes de formas viciosas de vida e que, em vez de assegurar a felicidade dos homens, a destroem. É curioso como a doutrina anarquista tem raízes profundamente religiosas. É uma forma de angelismo, pois parte da crença na bondade natural do homem. Ressoa nela a velha saudade da "idade de oiro" da Humanidade e o desejo de "regressar ao Paraíso".*

Infelizmente a natureza do homem não é angélica. Já reparou que a concepção do "pecado original", se não traduz a verdade atestada pela Bíblia, corresponde a uma "hipótese explicativa" cheia de engenho?

Ela justifica este dualismo que está no fundo da nossa natureza: como, sendo capazes de rasgos de bondade e das mais heróicas formas de generosidade, os homens ao mesmo tempo se deixam seduzir pelos interesses mais mesquinhos e tentar pelas mais vis degradações.

Quando esta realidade é vivida à escala da sociedade política, veja bem: será possível deixar à solta os maus instintos do homem? E que a maldade de uns oprima a liberdade dos outros?".

– "Sem querer contradizer nada do que lhe ouvi – eu até sou dos que acreditam no pecado original: no dos governados e no dos governantes, – acho que uma demasiada preocupação em acentuar a necessidade da autoridade e dos seus benefícios, com as consequências práticas que daí advêm, acaba por nos levar às sociedade épicas a que, normalmente, costumamos opor as sociedades decadentes. Ora eu acho que temos sido muito injustos para com as sociedades decadentes: foi nas chamadas sociedades decadentes que foram possíveis os grandes criadores, nomeadamente os grandes santos. São Francisco de Assis não teria sido possível numa sociedade épica. De resto, as sociedades épicas tendem naturalmente para a degradação totalitária que é, afinal, a mais acabada forma de decadência".

–"Não me parece que às sociedades decadentes se oponham as sociedades épicas – e estou a pensar nisto pela primeira vez. Ora vamos lá ao significado da palavra: decadente opõe-se a ascendente. Decadente

é o que cai, ascendente é o que sobe, o que está seguro de certos valores. É verdade que, muitas vezes, estas motivações criam vagas empolgantes e daí as tendências totalitárias das ideologias ascendentes. O que Spengler e outros notaram quanto ao desenvolvimento da história em ciclos tem uma certa razão de ser: de certo modo a história vai seguindo em acção e reacção, em ascendência e decadência. As ideologias e as sociedades que as incarnam têm a sua primavera de ilusões e de esperanças, o seu verão de resplendor, o seu outono em que a dúvida começa a desfolhar as certezas e, por fim, o seu inverno a acossar na frialdade dos abandonos e das apostasias as ideias envelhecidas...

Leio sempre dois ou três livros ao mesmo tempo, talvez para descansar duns para os outros. Um dos livros que estou a ler neste momento é as "Mémoires d'Outre-Tombe" e tem graça que, quando Chateaubriand fala na sua infância, na veneração e no respeito que havia por certos valores, na firmeza com que os faziam observar os pais e os educadores e no que então — no final da Restauração, em França — estava a assistir, já fazia considerações idênticas às que fazemos agora: "Tristes tempos em que ninguém se atreve a contrariar os jovens e a reprimir os seus desvarios...".

Houve uma altura em que as sociedades políticas do continente europeu julgaram encontrar a fórmula ideal de equilíbrio no modelo inglês. As instituições parlamentares britânicas, vividas, evidentemente, pelos hábitos e maneiras de ser dos ingleses, deram um modelo que atraíu muito todos os liberais europeus. A Câmara dos Comuns era um salão e os "adversários", depois de discussões animadas, iam juntos tomar muito civilizadamente o seu chá. Tirando os países nórdicos, foi muito difícil a assimilação prática desses hábitos, nomeada-

mente em Portugal. Houve sempre dificuldade em aceitar as regras desse jogo e, quando parece que isso teria acontecido, — no período do rotativismo, — o princípio estava falseado quanto ao fundo: eram dois grupos, praticamente com as mesmas ideias, que se alternavam na defesa dos mesmos interesses concretos".

— "A preocupação quase exclusiva que quer dar ao Governo de garantir à sociedade a ordem e a estabilidade traz-me alguns problemas que não quero deixar de pôr na mesa: eu, pessoalmente, até estou bastante de acordo com essa função — talvez porque espero dos homens, individualmente, as epopeias e as criações — mas tenho que reconhecer, por outro lado, que esta visão fria com que olha para uma comunidade acaba possivelmente por ser demasiado estática, sem nenhum projecto criador. Ora julgo que as sociedades evoluiram e foram-se dinamizando com elementos míticos, quiçá passionais, capazes de comprometer uma comunidade numa proposta colectiva. Não estaremos mais a criar condições de "boa administração" — ordem nas contas, nas ruas, nos espíritos, trabalho, disciplina, — e não duma vivência política e cultural dinamizadora duma comunidade?".

Fiz esta pergunta sem acreditar nela. Interrogo-me muito sobre a dinamização útil duma sociedade através dos seus elementos míticos e passionais, sobre as experiências revolucionárias, ainda que sem sangue e sem dor. Creio, como já um dia escrevi, que as revoluções contemporâneas funcionam na história como flagelos bíblicos: como consequências de tipo moral, inevitáveis perante a abdicação do homem face à sua necessária revolução interior. Mas sou obrigado a reconhecer que as sociedades estáticas, quase sempre ordenadas e tran-

quilas, caminham para a esclerose e para a morte: vejo que muitas sociedades modernas avançavam pela história com o movimento do glaciar: a pesada força da inércia que leva no seu imenso bojo o peso da morte e o peso do frio. Foi sem esconder a minha satisfação que ouvi a sua resposta:

— *"Mas isso são problemas seus, não são os problemas de quem governa. Deus me livre de pensar que não haja e que não deva haver elementos nas sociedades cuja função seja exactamente levantar problemas, criar motivações onde entrarão naturalmente elementos míticos e passionais, mas essa não pode ser a missão do Governo. Os revolucionários é que costumam começar exactamente por aí, pelas tais propostas mobilizadoras, pelos apelos míticos e passionais e acabam no mais cruel monolitismo e estatismo. Há uma coisa que eu lhe quero esclarecer desde já: não sou revolucionário. Acho que os governos têm antes uma função rectificadora dos vários elementos dinamizadores que despontam numa sociedade. São responsáveis pela evolução ordenada das sociedades, pela garantia da permanência dos valores adquiridos e, por isso mesmo, têm que enfrentar os movimentos que implicam uma alteração precipitada das suas estruturas fundamentais, no interesse da evolução das próprias sociedades. O que deram os movimentos revolucionários, logo que chegaram ao poder, poderia ser um tema de reflexão muito importante para o nosso tempo. O projecto dum Governo deve ser, fundamentalmente, um projecto de trabalho para enfrentar os desafios da sociedade a governar e isso é já uma grande, embora apagada epopeia".*

– "Não sei se não será uma grande injustiça da história, mas estou a ouvi-lo falar e a pensar, por exemplo, que certas razões que acaba de me expor seriam talvez as que o Duque d'Ávila me daria para proibir as Conferências do Casino. Independentemente dessas razões, tenho que reconhecer que não é agradável passar à história no papel de quem proibiu as Conferências do Casino...".

– "Sabe que não há nada mais perigoso do que a História... A História depende muito de quem a faz... Em rigor, o historiador devia estar impregnado do "espírito histórico", isto é, ter a escrupulosa preocupação de colocar os homens e os factos nas circunstâncias em que uns agiram e os outros se produziram. Nunca se pode considerar a acção de um homem sem ter em conta a sua circunstância...

Mas os historiadores muitas vezes são tentados a fazer história apologética, a utilizar o passado para fazer polémica com o presente ou abrir caminhos de futuro... Quando não fazem da história um gato morto para bater nas personalidades com quem não simpatizam...

O Duque d'Ávila... Já reparou que era um liberal convicto, de credo e mandamentos, que pela liberdade se sacrificara e se batera nos dias difíceis de arriscar a vida? Nenhum dos conferencistas do Casino podia apresentar folha de serviços à Liberdade que se comparasse com a do velho António José d'Ávila. Mas calhou-lhe ser chefe do governo na altura em que a Europa estava transida por uma série de acontecimentos que ao tempo pareciam apocalípticos: a revolução espanhola de 1868, a guerra franco-alemã, a queda do segundo império francês, a unificação da Itália e a Comuna de Paris... No meio pequeno da Lisboa de há um século,

podia o governo mais liberal deixar que um grupo de jovens proclamasse ideias revolucionárias? Eu não sei se é agradável ou não passar à história por ter proibido as Conferências do Casino: procuro compreender, sem tomar partido pró ou contra as ideias dos conferencistas, a situação desse velho liberal que, caso estivesse na oposição, se calhar, estaria ao lado dos homens do Casino... Não foi o agitador Clemenceau, militante indefeso do socialismo radical, e o "Tigre" dos governos da resistência e da vitória, quem, como chefe do Governo, ordenou a mais implacável repressão da manifestação dos antigos combatentes, à frente da qual vinham os inválidos em cadeiras de rodas?".

– "Vejo que, além do mais, possui uma opinião muito pessoal acerca do papel dos historiadores na elaboração da História. A História não se faz por ela própria?"

– "Não confundamos dois sentidos da palavra. Uma coisa é a História considerada como desenrolar da aventura do Homem; outra, a narração que de fragmentos dessa aventura se procura fazer, reconstituindo o passado. E é nesta narração que avulta imenso o papel de quem a faz. Umas vezes valorizando com talento figuras e factos. Outras, dando delas uma visão pessoal e até apaixonada: Lembro-me de certa vez ter escandalizado um amigo meu por dizer que não havia grande homem sem um bom biógrafo. As virtudes e as acções, enquanto não são reveladas em termos sugestivos, é como se não existissem para o público. Repare: por que motivo será a França o país de quem o mundo conheceu maior número de santos, de sábios, de heróis, de políticos... Não será por ser um país de escritores? Uma terra onde há

sempre um profissional das letras, sabendo escrever, à cata de temas para lhes imprimir o seu jeito expressivo e valorativo?

Quando sustentei com o meu amigo a discussão de que lhe falei, argumentei com este facto: será que no Céu estarão apenas os santos canonizados? E que só estes tenham sido modelos heróicos de virtudes? Claro que não. Há muitos santos na vida da Cristandade que viveram e morreram obscuramente muitos mais dos que os que estão nos altares. Só que estes tiveram quem lhes fizesse a propaganda...

Isto vem a propósito de dizermos que não basta olharmos para os actos do governo em si mesmos: é preciso procurar a explicação da acção de quem está no Poder...".

Era altura de tomar o meu papel que começava exactamente pelo problema do Poder. E comecei assim:

– "Vou pegar agora no papelinho que enviei: porque aceitou o Poder?"

– "No papel que você me mandou falava imenso no Poder. Tenho a impressão de que essa maneira de dizer exprime ainda certa maneira provinciana de ver as coisas: assumiu o Poder, chegou ao Poder, tomou as rédeas do Poder... É sugestivo... e dá a impressão de que o governante conquista efectivamente possibilidades imensas de agir sobre os destinos dos seus concidadãos...

Para mim, estar neste lugar é estar a exercer uma função. O cargo de Presidente do Conselho é qualquer coisa que está prevista na lei com um conjunto de poderes e deveres e com limites definidos na lei. A função de governar é conhecer, estudar, orientar e tomar decisões

sobre os vários assuntos que importam à vida do País. Ora, é no exercício destas funções que eu sou muito mais sensível àquilo que não posso fazer do que ao poder que tenho nas mãos. Sinto os grandes problemas que o País tem de enfrentar, para alguns tenho consciência até dos remédios possíveis mas vejo que, para muitos deles, é muito difícil aplicar soluções ou porque faltam os quadros ou o dinheiro ou as possibilidades de concretização ou ainda porque existe uma recusa de comparticipação nas coisas que não dependem só de nós. Esta é uma das formas de impotência. A outra é a que vem duma errada aplicação das soluções e das medidas que o Governo tinha previsto. Entre a decisão e a execução dá-se, muitas vezes, uma sucessiva degradação, de modo que as providências acabam por ser executadas duma forma completamente diferente daquela que tinha sido prevista e planeada. Não tenha dúvidas sobre isso: estar no poder representa muito mais o desespero pelo que se não faz do que a satisfação de realizar o que se faz. Mas a verdade é que as pessoas não estão muito convencidas disso. Não imagina o que é o correio da Presidência do Conselho. Pessoas que pedem a resolução dos seus problemas pessoais ou de coisas que se não podem resolver ou cuja solução está prevista por determinadas vias legais que se não podem aplicar no caso concreto. A generalidade das pessoas acredita na omnipotência do Governo.

É evidente que, quando lhe falo assim, estou a pensar no meu caso. Falo-lhe como governante que procura "governar", procura atender às necessidades da sociedade que quer servir."

Ouço esta resposta: o uso do poder como função. Penso como ela está de acordo com a frieza com que este homem analisa os problemas, com a maneira como

me fala deles quase com distância, da forma como me enumera, rápido, as duas ou três razões com que justifica uma solução. Ouço-o e não me lembro de o ver tomar calor. Tenho que reconhecer que tudo isto está longe da "consciência de missão transcendente" dos que, à custa de se dizerem intérpretes das Pátrias, acabam por conseguir que a gente as veja sempre ao seu lado, como dizia Ehrenbourg de De Gaulle, quando da visita à Rússia:

"Em Moscovo, parecia que a França o seguia a três passos, como as esposas muçulmanas..."

Marcello Caetano fala-me como se atrás de si estivesse um povo, sim, mas um povo que se exprime em forma de problemas a que é necessário dar respostas. Culpa dele ou culpa dum "espírito do tempo" em que as sociedades se manifestam e se exprimem em forma de "exigências"?

Sei que a pergunta que vou fazer não cabe aqui mas cada vez sinto mais que o Poder se me formula em forma de "tragédia", mas que essa, neste País, não tem lugar, a menos que seja a tragédia dos que não são capazes de a viver...

Disse:

— "Não quero esconder que, a pensar nestas conversas, e mais precisamente na pergunta que acabei de fazer, fui há dias reler o Macbeth. Não por pretensão intelectual, pode crer, mas pela convicção em que estou de que o problema do poder nas sociedades contemporâneas só pode ser interpretado com a ajuda da tragédia clássica. Quero confessar que, depois daquela leitura, não julgo que aquilo tenha alguma coisa que ver com o que neste momento se está a passar entre nós mas tenho também que reconhecer que o problema

do Poder em Portugal não é claro quando analisado em relação às formas de legitimidade que julgo correctas".

Marcello Caetano riu-se. Com esse riso reduziu a pergunta e, evidentemente, a resposta:

– *"O Macbeth a propósito destas conversas? Que ideia! Isto por cá é muito menos complicado... Temos uma estrutura de Poder definida na lei, não exactamente nos termos da democracia clássica – que é a democracia burguesa –, mas a que parece mais adaptada às nossas realidades. De resto, onde é que funciona hoje a democracia burguesa? E, mesmo nos países onde funciona, não são as suas estruturas cada vez mais postas em causa? Volto a lembrar-lhe a necessidade que hoje qualquer sociedade política tem dum Governo forte, com autoridade, com capacidade efectiva de a exercer, com meios de decisão e de execução. Nós mantemos esta fórmula que a experiência tem provado ser a que melhor corresponde aos problemas postos pela sociedade política portuguesa. Não me parece que os conflitos suscitados ao redor do poder pessoal, nomeadamente os fenómenos de paranóia do poder, das ambições de mando e de tudo o mais que foi posto pela tragédia clássica, de Sófocles a Shakespeare, possam servir para interpretar os problemas do Poder neste nosso país pacato, governado entre amigos...".*

– *"Tenho outra pergunta a fazer. Como resolve então esta situação, aparentemente contraditória, entre o professor de Direito Político e o político efectivo, o homem que é responsável pelo uso concreto do Poder."*

—"Esse problema nunca se me pôs porque nunca fui um jurista abstracto. Os juristas abstractos, quando lhes acontece terem as responsabilidades do Poder é que, muitas vezes, se encontram perante situações em que a vida não cabe nos seus esquemas ou os seus esquemas não cabem na vida, e se a sociedade e a vida se não compadecem com as teorias que construiram ou perfilharam ficam desconcertados...

Ora eu defendi sempre, no meu ensino, uma constante correlação entre as ideias e a vida. Procurei ter sempre presente a interacção que a todo o momento se processa entre a lei e a vida. Por outro lado, sempre me interessou a política concreta. Desde o meu tempo de estudante que fui militante político. Foi ainda a preocupação do concreto que me levou ao estudo da Economia e, mais tarde, ao Direito Administrativo, a fim de estudar como se processa concretamente o poder político na estrutura viva duma sociedade. Também o gosto que tenho pela História se radica nessa preocupação.

Repare que, paralelamente às funções intelectuais e docentes, nunca me excusei a exercer funções públicas e procurei não perder o contacto com as realidades humanas. Acho que a vida é o grande laboratório do professor de Direito: se as suas concepções se não ajeitam à vida, não é a vida que tem que mudar. Insisto que governar é, fundamentalmente, um problema de relações humanas. As teorias dum jurista têm de poder ser aplicáveis às relações humanas."

Algumas vezes penso se serei eu o interlocutor mais indicado para estas conversas. Para coisas destas escolhem-se homens convictos e quase agrestes, capazes de fazer perguntas difíceis, com grandes e pesados

argumentos que vêm das suas grandes e pesadas convicções. Meu edifício político é débil: as suas traves mestras deixaram-se corroer pelos vermes do cepticismo e do desencanto, as minhas interrogações não são de aço, falta-me aquela força que têm os combatentes que não conseguem ver as razões dos contendores. Como disse, o meu liberalismo e a minha democracia têm hoje muito poucos seguidores e adivinho por todos os lados uma subterrânea vocação totalitária a candaditar-se aos plenos poderes de todas as nações. Tenho uma certa consciência do pouco tempo que já tenho para o que ainda gostaria de ver e fazer, para o perder em construções inexequíveis e, por meu feitio e minha vocação, não me sossegam as sistemáticas denúncias. Se estou metido num especial processo de criação literária, que gostaria de assumir mais com responsabilidade que com glória, é isso mesmo que me propõe exigências que estão mais viradas para coisas que gostaria de anunciar do que para as que poderia denunciar. De certo modo, as coisas que se anunciam, se são suficientemente libertadoras e lúcidas, são elas que fazem as maiores e as melhores denúncias. Aí não pude chegar nem chegarei, mas não me consola disfarçar em subprodutos a minha criação.

Olho à minha volta e procuro observar e no que observo gostaria ao menos de ser justo. Vejo que estou perante um Estado com características próprias, com as suas concepções especiais de regular relações entre governantes e governados, que não são exactamente aquelas de que eu gostaria mas que não posso classificar apressadamente, indo à gaveta dos rótulos já feitos para lhe colar um.

Não estamos numa sociedade democrática mas isso não significa que necessariamente estejamos numa sociedade totalitária. Não posso honestamente desconhecer

que existe em Portugal uma margem de liberdade que não existe em muitos países da Europa. As experiências dos períodos eleitorais, com as grandes limitações que eu próprio tive ocasião de saber quantas e quais foram, o Congresso da Oposição Democrática, a precária mas apesar de tudo existente actividade da oposição, nada disto é possível na Espanha, na Grécia, na Jugoslávia, na Albânia, na Bulgária, na Hungria, na Alemanha Oriental, na Polónia, na Roménia, na Letónia, na Estónia, na Lituânia e na União Soviética, para não sairmos da Europa.

A imprensa mantém um regime de censura, mesmo que lhe chamem "Exame Prévio", com todos os inconvenientes que traz ao exercício do pensamento e à liberdade da informação, mas em todos os países que identifiquei, exceptuando talvez a Espanha, a situação da imprensa e da liberdade do escritor não é com certeza melhor.

Nada disto me serve de consolo, mas acho que esquecê-lo seria também esquecer uma parte da verdade e eu entendo que só da verdade poderemos seriamente partir. Reconheço-o mas mantenho uma evidente nostalgia de certos valores que durante muito tempo julguei serem valores de civilização: uma capacidade geral de convívio intelectual e de diálogo só possível onde o civismo, a cultura, a reflexão e o amor fossem os quadros naturais da nossa liberdade interior que é condição do desenvolvimento humano a que se opõem as várias formas de opressão, de injustiça, de obscurantismo e de violência. Teimo em acreditar que talvez seja ainda possível viver um dia numa sociedade realizada e complacente, onde a leitura dos jornais e dos livros não esteja condicionada, onde as ideias possam ser livremente expressas e respeitadas, "onde um toque de

campainha, às seis da manhã, seja com certeza do leiteiro", onde a vida colectiva seja um elemento da nossa libertação e não um instrumento da nossa prisão, onde a verdade seja sempre oportuna.

Disse como de tudo isso o mundo se encontra cada vez mais longe...

Marcello Caetano ouviu-me e por uma das poucas vezes retirou o sorriso de professor com que, mesmo sem querer, muitas vezes me ouve:

– *"Estou a ouvi-lo e a pensar que, se não tivesse responsabilidades de Governo, diria coisas muito próximas daquelas que está a dizer. Gostaria de viver numa sociedade livre onde o respeito pela pessoa e pela liberdade dos outros fosse uma preocupação constante de cada cidadão. E é isso, como governante, o que também desejaria.*

Mas o processo da liberdade é muito complexo e feliz estaria eu se a liberdade fosse uma coisa que os governos pudessem oferecer. Costuma dizer-se que a liberdade não se recebe, conquista-se. Só que não é pelo verbalismo irresponsável nem pelo anarquismo revolucionário que os povos podem conquistar as liberdades de que precisam. Eu entendo que os cidadãos só conquistam a liberdade à maneira que vão assumindo responsabilidades.

As liberdades dos cidadãos estarão sempre dependentes da estabilidade social que aos governos cabe garantir. Quando o uso da liberdade a põe em perigo, a autoridade terá sempre que ser exercida.

Eu desejaria, como governante, ser aliviado da autoridade, mas os governos só podem ser aliviados da autoridade à maneira que os indivíduos ou os grupos vão criando zonas de responsabilidade que assegurem

a vida social com equilíbrio. A autoridade só pode atenuar a sua acção quando essas zonas de responsabilidade assegurarem uma liberdade mais real e mais fecunda do que aquela que a autoridade assegura.

De resto, veja como nascem os governos autoritários. Não creio que haja exemplo na História, salvo por conquista exterior, de que uma sociedade vivendo uma convivência livre e equilibrada, assegurada pela responsabilidade dos cidadãos, tenha trocado essa situação por um governo autoritário. Eles nasceram sempre em circunstâncias históricas e económicas em que o reforço da autoridade se tornou necessário para que a própria vida social pudesse sobreviver.

Não é difícil fazer uma adesão teórica às democracias, mas veja o que elas deram nomeadamente no caso português: lutas sociais, injustiças económicas, lutas partidárias que provocaram muito mais esterilidade que criação, os velhos quadros partidários nos comandos e uma permanente dificuldade de renovação, a imprensa chamada "livre" à ordem dos grandes interesses, a anarquia no ensino, uma sociedade hesitante perante uma dúzia de propostas contraditórias em que ninguém sabe mas não ousa confessar para onde conduz os seus adeptos.

No entanto, eu creio que é numa sociedade equilibrada e pacífica que as pessoas desejariam viver.

Repare ainda numa coisa que é muito importante: esta actividade a que chamam vulgarmente "política" e que pode ser elemento de perturbação duma sociedade inteira, passa-se ao nível duma minoria, muitas vezes divorciada do que efectivamente constitui a Nação.

A Nação está para além dos cafés de Lisboa, dos escritórios dos advogados, dos vários centros dessa actividade. A Nação é constituída por todas as outras pessoas

e que muito naturalmente se preocupam com aquelas coisas mais comezinhas de que já lhe falei: querem ordem nas ruas, querem a defesa das suas pessoas e dos seus bens, querem trabalho certo e salário digno com o qual possam assegurar a sua subsistência e a dos seus, ter uma habitação decente, educar os seus filhos. Estas é que são as grandes aspirações e as grandes liberdades que os povos desejam e que aos governos cabe primeiramente assegurar.

Não é possível governar nessa reduzida óptica para onde querem levar a vida política, nem ela nos pode distrair dos verdadeiros interesses nacionais que estão muito para além desse círculo".

Eu nesta altura interrompi:

– "Não tenho dúvidas que essas são as motivações normais das populações mas pergunto-me se os governos terão por missão responder unicamente a essas "exigências" colectivas. Hoje mesmo me parece que o problema das sociedades futuras é o de criar para a vida quotidiana dos cidadãos motivações mais exigentes do que aquelas que têm conduzido os homens e que uma vida social que atende unicamente aos nivéis de vida e às condições de bem-estar das populações pode ter, como muito boa gente pensa, consequências catastróficas...".

– "É possível que assim seja, mas mal vai aos governos que não tentem responder às exigências reais e imediatas dos povos. A alteração das mentalidades não é a tarefa principal que aos governos incumbe. Isso é com os senhores: com os intelectuais, com as forças espirituais e morais, com os núcleos de reflexão e conhecimento. A eles caberá ajudar a modificar as mentalidades. Não sei

se o conseguirão, mas ai dos governos que entendam exercer a sua acção através de atitudes pedagógicas que contrariem exigências reais dos povos que não podemos considerar ilegítimas.

É evidente que muitos problemas do governo estariam resolvidos se cessasse a escalada dos nivéis de vida e outras tentações das sociedades competitivas, mas mal estariam os governos se em vez de tentarem responder às perguntas que lhes são postas pelas sociedades modernas – nivéis de vida, afluxos urbanos, explosão escolar e tudo o mais, – se pusessem a pregar o retorno à economia de subsistência, as excelências da vida campestre e a sabedoria da "douta ignorância".

Eu próprio estou convencido que não são estas desenfreadas motivações das sociedades modernas que vão dar aos povos a felicidade para que o homem foi feito, mas não é aquilo que eu pessoalmente entendo ser a substância da felicidade do homem que como governante devo impor aos cidadãos. Os governos têm que resolver as exigências legítimas que as populações lhes fazem e não me parece que nada disso seja ilegítimo. Será lícito, em termos de justiça imediata, impedir as pessoas que pelo seu mérito e pelo seu trabalho aspiram às formas de bem-estar?

As sociedades contemporâneas, quer através do socialismo quer através dos modelos ocidentais, procuram formas de bem-estar. Uma minoria está convencida que não é isso que lhes dá a felicidade, mas não cabe aos governos impor as conclusões das minorias mas ir ao encontro das aspirações não propriamente ilegítimas da maioria da população".

– "Eu, com esta interrupção, creio que desviei o curso do raciocínio que me estava a expor. Fala-

va-me das liberdades que os povos efectivamente desejam".

– "Exactamente. Falava-lhe sobre o que considerava as aspirações concretas da maioria duma população e do que, no meu entender, competia aos governos primeira e principalmente assegurar.

Quando digo que procuro assegurar as liberdades da maioria da população e que nesse sentido o Governo procura defender as liberdades democráticas digo-o com sinceridade e não me pesa a consciência de ter impedido o exercício de outras liberdades senão quando o seu exercício vem perturbar a vida regular e normal das liberdades que julgo maioritárias e essenciais".

Sei que outro, que não eu, replicaria aqui com veemência e calor mas eu não posso deixar de reconhecer que hoje as consequências normais do uso das liberdades que defendo não são exactamente a defesa do homem e da sua liberdade e sim em muitos casos, elementos perturbadores da paz social sem a qual, no meu entender, o desenvolvimento da pessoa humana não encontra fácil realização. Mas há dois aspectos que não vejo resolvidos e que gostaria de esclarecer. Foi o que perguntei:

– "Eu não objecto directamente às razões que levantou mas também não posso deixar de me dar conta de duas espécies de consequências, que julgo nefastas, a que normalmente, na prática, esse tipo de raciocínio acaba por nos levar.

A primeira é que governos que até posso admitir que sejam bem intencionados surgem com grande reforço da autoridade para pôr fim à desordem e à anarquia

a que muitas vezes levaram as sociedades democráticas. Nesse sentido as razões das ditaduras da esquerda não são hoje, para mim, melhores nem mais convincentes do que as das ditaduras da direita. Mas depois, o que é que acontece? Instalam-se no poder, restringem os direitos individuais, censuram a imprensa, pelo condicionamento do direito de voto e por outras formas impossibilitam que o poder lhes saia das mãos. Impedem a expressão de qualquer espécie de crítica e de qualquer espécie de oposição: a situação criada instala nas sociedades uma incomodidade igual ou pior do que a anarquia e a desordem a que pode levar o uso da democracia.

Segundo aspecto: por melhores que sejam as intenções dos governos autoritários, uma autoridade não vigiada pela imprensa livre, pelo poder judicial independente, pela livre associação, não sei se pelos partidos políticos, cai facilmente na inércia e na irresponsabilidade. O marasmo e a rotina, a esclerose burocrática, minam as sociedades duma forma visível..."

– "Procuro estar atento a essas objecções mas quero observar-lhe, antes de mais, que, quando não existem condições de equilíbrio, há que tomar opções e correr os riscos dessas opções, procurando atenuar-lhes as consequências.

O problema que hoje se põe à sociedade portuguesa é este exactamente: as suas constantes estruturais não encontram equilíbrio nas instituições chamadas democráticas e não é vergonha nenhuma reconhecê-lo: o processo do seu desenvolvimento, as heranças culturais e sociais, os problemas que neste momento lhe são postos por terceiros, onde tomam particular importância o problema do Ultramar e a situação da juventude, fazem com que surjam na sociedade portuguesa situações

que particularmente a afectam e a perturbam. Quais as opções a tomar? Uma seria o restabelecimento das liberdades ditas democráticas em toda a sua pujança: a imprensa não sujeita a exame prévio, livre formação de partidos políticos, o direito de reunião e associação fora dos condicionalismos que lhe são impostos, e assim.

Quais as consequências imediatas que daí adviriam? Não tenho dúvida que uma onda de desordem, subversão e anarquia em pouco tempo tomaria conta da sociedade portuguesa e brevemente se deixaria o campo aberto a que formas extremas de totalitarismo monolítico, de que muito dificilmente nos poderíamos libertar, tomassem conta dos destinos da Nação.

Entendo, em consciência, que é isso que devemos evitar e só podemos fazê-lo cerceando e regulamentando formas de liberdade, mesmo de algumas que noutras condições e quando correctamente usadas prestariam ao equilíbrio social e à sanidade da vida colectiva uma grande contribuição. Faço-o contra a minha vontade, mas o Governo terá de o fazer enquanto o perigo se mantiver e na esperança do carácter temporário dessas limitações.

Por outro lado, e com o risco de repetir o que há pouco lhe disse, as pessoas são particularmente sensíveis às liberdades que o Governo lhes condiciona e não se dão conta das liberdades que o Governo lhes assegura.

O que acontece é que essas liberdades são tão naturalmente asseguradas que as pessoas nem se dão conta que em muitos lugares da terra há milhões de homens que sofrem por não as poderem viver. A segurança das pessoas, a liberdade de circulação dentro e fora do território nacional, a liberdade de ensino, a liberdade de religião, a liberdade de trabalho, o livre acesso à propriedade, a liberdade de comércio e de

indústria, a defesa da vida privada, as garantias judiciais da pessoa. Se os regimes que alguns apregoam e que exigem liberdade para apregoar, concedessem essas liberdades, riscaríamos de grande parte do mundo a palavra escravidão e a vida humana nesses países seria melhor e mais livre.

Bom seria que as pessoas procurassem viver todas estas liberdades duma forma fecunda e mesmo aquelas que hoje estão sujeitas a alguns condicionamentos fossem usadas de modo a criarem os tais núcleos de responsabilidade, para que os governos pudessem ser poupados da autoridade, para que a liberdade humana realizasse aquilo para que foi feita: um elemento de aperfeiçoamento e progresso individual e social e não um instrumento de destruição do homem e um meio de perturbação e de dissolução da vida colectiva".

A nossa conversa por hoje tinha que ficar por aqui. O Professor Marcello Caetano queria ir à exposição de Etnologia e, se não aproveitasse aquele bocadinho de tarde de sábado, dificilmente o poderia fazer. Eu despedi-me e saí.

Penso em toda a nossa conversa de hoje enquanto percorro sem pressa aquelas ruas dos bairros novos, com as suas casas sem imaginação nem carácter, as suas janelas uniformes, esta paisagem condicionada pelo compasso e pelo esquadro, com a agressividade latente das linhas rectas a bater todos os dias nas franjas frágeis das pessoas.

Pensei no meu Macbeth e como ele nada tinha que ver com toda aquela gente miudinha que regressava a casa, com os homens de casaco de pijama que passaram assim a tarde de sábado, na neura dos lares, a ralharem com as crianças, a negarem-lhes a liberdade das ruas.

Como o Shakespeare e os seus temas de tragédia estavam distantes de tudo o que via...

Procurei então um escritor à medida daquilo e encontrei-o logo: Júlio Diniz. É isso. Ali estavam todos tão "Morgadinha dos Canaviais", tão "Pupilas do Senhor Reitor". Mas não pude deixar de me dar conta de tantos "Inéditos e Esparsos" que pareciam iguais a tudo aquilo, mas que, de repente, apareceram do outro lado do mundo, fizeram cidades a falar português, construiram coisas seladas com o nosso estigma inconfundível. "Inéditos e Esparsos" que, quando se lhes deu pelo nome, se chamavam Fernando Pessoa, Fernão Mendes Pinto, Luís Vaz de Camões...

E assim cheguei a casa, a pensar no enigma indecifrado do português e do seu enigmático destino.

- IV -

Eu, naquele dia, estava muito prostrado e o tempo também não ajudava nada. Era um daqueles dias cinzentos, com grandes novelos de nuvens, a escurecerem-me por dentro. Deixara na Igreja o corpo dum amigo que no dia seguinte ia a enterrar e tinha vindo pelo caminho a pensar coisas sobre a morte dos que nos estão próximos e sobre alguns dos mistérios que daí advêm para aqueles que ainda estão para pensar em mistérios. Tomei duas cafiaspirinas para ir um pouco mais levantado almoçar ao Forte de Santo Amaro, onde o Professor Marcello Caetano me esperava.

Sou – e sem o querer - muito sensível a humores e, se bem que julgue manter alguma serenidade e algum optimismo lá no fundo, se bem que encare a vida com alguma confiança e me considere num pequeno processo de criação pessoal, a verdade é que em cada dia vou vivendo os altos e baixos de superfície duma condição que também é inquieta e por vezes ansiosa. Em muitos momentos tenho a sensação de estar perdido no imenso vazio do tempo, como se nenhum dos meus actos tivesse que ver com uma história de homem. Naquele dia, à medida que me aproximava do Forte, eu estava a ficar

especialmente impressionado com a vida deste homem, ligada constantemente a uma grande tarefa a ser quotidianamente retomada, com a responsabilidade de cada pulsação deste imenso sistema que é a vida política.

Sinto-me particularmente impressionado por aqueles que não podem parar e onde, nas suas vidas, o ócio não encontra um pequenino espaço. Onde uma apertada relação pessoa-trabalho faz um homem ser, simultaneamente, seu escravo e seu senhor.

Cheguei e disse coisas dessas. Da minha instabilidade, do andar à mercê de pequenas coisas que não podia dominar: dumas febres ridículas que me deixaram alguns meses desligado da vida, a despachar o meu dia-a-dia como se fosse um adiar constante da própria vida.

O nosso almoço foi extraordinariamente simples e, como eu andava sem beber, até uma garrafa de vinho ficou por abrir. Lembrei-me depois das grandes comidas dos príncipes e de como a gastronomia esteve, durante muito tempo, ligada ao ofício dos que mandavam nos povos. Mas vejo que, para Marcello Caetano, tudo o que não esteja articulado sobre o seu trabalho tem logo o ar de ser acidental.

É verdade que eu não tenho uma concepção épica da vida, mas sinto que o Professor Marcello Caetano também a não tem. Assume o seu trabalho como alguém assume o seu dia-a-dia, sem grandes ilusões sobre as pessoas e as circunstâncias. Como alguém que, mesmo quando sentisse que o mundo está louco, não modificasse um iota naquilo que julga que deve ser o seu trabalho. Como às vezes penso que isso deve ter que ver com o nosso físico, achei que devia ter uma saúde de ferro:

—"A saúde já esteve melhor mas, fundamentalmente, o trabalho é um hábito. Uma actividade que tem

que ver com a justificação da nossa própria vida e que a gente disciplina e comanda. Não concebo a vida sem o trabalho e, embora possa sentir de vez em quando alguns males físicos, eles não são suficientemente fortes para que possam perturbar a minha vida de trabalho. Com a minha vinda para a Presidência do Conselho não mudou a organização do meu tempo, mudou unicamente o seu conteúdo.

Mantenho a minha maneira de viver, que é fundamentalmente um programa de trabalho. E julgo que é a isso que devo a minha saúde. Levanto-me cedo. Poderia por mim levantar-me um pouco mais cedo, mas não quero com isso impor hábitos muito matutinos às pessoas que vivem comigo. Tomo o pequeno almoço e leio os jornais da manhã. Trabalho toda a manhã em casa. Até às onze procuro apreciar os assuntos que exigem um pouco mais de demora e aproveito para fazer algum relatório, se é necessário. Seguidamente guardo uma hora para ver a minha correspondência pessoal e para responder. É este o segredo que você uma vez quis desvendar, o de eu responder a todas as minhas cartas pessoais. Uma hora por dia é para isso e se, por qualquer motivo, alguma vez não o posso fazer, não imagina o trabalho que logo se amontoa.

Também costumo reservar a manhã para trabalhar com algum dos meus colaboradores do Governo quando o assunto exige mais tempo e maior reflexão. Ao meio-dia chega a mala do gabinete com as informações do Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar, que tenho sempre de ver.

Depois do almoço vou para São Bento e despacho com o Gabinete e com o Secretário Geral da Presidência do Conselho. A seguir vêm as audiências — mais breves ou mais longas, consoante as funções das pessoas e a importância dos assuntos que trazem. Infelizmente não

posso receber todos os particulares que pedem para me falar, mesmo os amigos. Porque o serviço impõe prioridades a dar às pessoas que têm de tratar comigo questões de interesse público–membros do Governo, altos funcionários, personalidades estrangeiras.

Às oito e meia da tarde tenho um segundo despacho com o Gabinete e vejo os telegramas oficiais que entretanto chegaram e o relato da imprensa do dia. Às nove, normalmente, estou em casa para jantar, mas levo ainda a mala cheia de papéis. Depois de jantar estou um pouco com a família, com os filhos se por acaso aparecem. Trabalho à noite, mas já não escrevo: volto aos papéis, esses papéis que me perseguem o dia todo, cartas, informações, relatórios, projectos, planos, um nunca mais de prosa...

Leio um livro antes de fechar a luz. Leio todos os dias nem que seja só uma ou duas páginas. E olhe que sou um leitor vagaroso, mas este bocadinho diário acaba por me render muito.

Acontece também que trabalho muito depressa ou pelo menos reparei que a generalidade das pessoas trabalha mais devagar do que eu".

Eu fico bastante derrotado com estes programas. Por muito que tente – e a verdade é que não tenho tentado muito –, nunca consegui deixar de ter uma vida vaga, entremeada de grandes vazios, de espaços soltos com fumos de seguidos cigarros, de conversas sem grande sentido e sem grande conteúdo, sem nada que imediatamente me ligue a uma tarefa do mundo. O certo é que fico impressionado com uma vida destas, com uma vida que é uma pesada organização de trabalho, sem uma frincha de ócio, sem uma janela de repouso.

Durante muitos anos senti a perda do meu tempo como qualquer coisa de precioso que eu ia perdendo, tal como diziam os livros de instrução primária. Depois, confesso, lia sem inveja e com algum alívio as vidas exemplares dos grandes trabalhadores: Stuart Mill, a aprender o grego e o latim em programas pesados, desde os cinco anos de idade; Goethe, a descansar das humanidades no estudo da fauna e da flora do Oriente, e outros assim. Agora, estava eu ali com um exemplo vivo daqueles para quem o trabalho é uma razão de viver ou pelo menos um respeitável alibi para a nossa vida.

– *"E nos feriados?"* – perguntei eu, exausto.

– *"Nos feriados vejo aluma coisa de que não pude tratar nos dias úteis. Organizo, se o tempo me sobra, a minha colecção de medalhas, recebo a visita de algum amigo e leio um bocado mais. Aproveito também para passear ao ar livre e para andar a pé. Levo uma vida bastante sedentária e preciso de andar".*

(Eu já devia calcular que era assim. Uma vez perguntei ao seu filho Miguel como eram as férias que o pai fazia:
– Aquilo a que o pai chamava férias era ir ali para o Linhó trabalhar nas coisas que não tinha tempo para fazer durante o ano: rever uma nova edição do Manual de Direito Administrativo, fazer aqueles estudos de história. Nunca vi meu pai sem estar uma parte do dia a uma secretária. É verdade: às vezes andava a pé até à serra e uma noite ou outra jogava às cartas connosco).

Não pude deixar de manifestar a grande dificuldade que tinha em compreender uma vida assim. Se não lhe fazia falta ir ao cinema, sair:

– "O cinema não me faz muita falta. A princípio senti falta de não ir às livrarias. Gostava sempre de dar uma volta ao sábado, ver as novidades. Mas até isso acabou. Durante muito tempo organizava eu a minha biblioteca mas agora já não tenho tempo e tive que confiar esse encargo a uma bibliotecária".

A sua biblioteca ocupa a cave da casa da Rua Duarte Lobo. É das maiores bibliotecas particulares que conheço e, sobretudo, é uma biblioteca viva, onde a literatura e o pensamento contemporâneo têm também ali um grande lugar. Depois, é uma biblioteca trabalhada. Tirei uma vez, a fingir-me de interessado, um livro aqui, outro ali, e estavam normalmente anotados a lápis.

Passeávamos, de cá para lá, no terraço do Forte, mas o tempo começou a estar desagradável e entrámos para uma pequena sala de trabalho:

– "Não tenho boas recordações desta sala. Estava aqui quando me deram a notícia do desastre da Guiné".

Falámos então do José Pedro Pinto Leite, que nesse desastre morrera. Daquele nosso querido amigo comum falámos muito, da sua força interior, da sua generosidade, da sua extraordinária vocação política: da sua capacidade de combater denodadamente, sem nunca quebrar os laços humanos que o ligavam a todas as pessoas, amigos e adversários, humildes e poderosos.

A nossa conversa estava um bocado triste e eu, não sei porquê, não resisti a dizer:

– "Sinto que o poder traz uma grande solidão..."

Disse-me que sim, mas sem se lamentar, como se isso fosse inevitável:

– "As pessoas vão ficando cada vez mais sós, à medida em que o tempo passa. Isso seria dramático se não o compensássemos com a vida interior. Os amigos vão morrendo. E há uma transformação das relações, relações cada vez mais funcionais e cada vez menos pessoais..."

– "Felizmente tem os filhos, os netos..."

– "Sim, mas eles têm também já as suas vidas organizadas, já aparecem muito menos. Apesar disso, felizmente que existem".

("Sabes, durante muito tempo foi muito difícil a gente comunicar com o pai sem ser na base da admiração ou dum certo temor. Enquanto éramos pequenos, ele sabia muito mais dos programas do Liceu do que qualquer de nós e não resistia a fazer-nos perguntas à mesa e, quando a gente não sabia, era-lhe difícil de compreender. Quando fomos para a Faculdade, o João, como estava em arquitectura, tinha uma certa vantagem, mas nós, em Direito, estávamos sempre em inferioridade: o pai sabia sempre muito mais. Só depois de sermos homens é que nos conseguimos libertar um pouco deste esquema de relação).

Penso no que se passa comigo e, se as pessoas ainda não perceberam, também não quero deixar de lhes dizer: é que eu, que não me sinto especialmente impressionado pelo Presidente do Conselho, raras vezes consigo libertar-me do meu Professor de Direito e da sua presença austera e exigente, por mais amável que seja o seu trato, por mais leve e bem humorado que faça o nosso diálogo. Uma vez, que falávamos de literatura, fiquei surpreendido quando quis que uma opinião minha corrigisse ou aprovasse a sua.

– "Tenho a impressão que hoje, na literatura portuguesa, as mulheres estão a ir mais longe do que os homens. Não acha?"

Eu disse logo que sim, mas agora penso que me seria necessário um certo esforço para dizer que não.

Meu pai não era austero nem exigente: era um boémio de espírito que, entre uma certa e qualificada preguiça e uma grande leveza, entregava quase franciscanamente a vida à sublime discrição do santo espírito de Deus. Naquele dia falou-me de meu pai:

– "Tenho lido as suas crónicas na Capital. Aquela última em que você contava uma história de seu pai com o caseiro... Não imagina como gostei. Todo aquele mundo de relação humana que se perdeu..."

Falei então de como hoje – à maneira que me vou distanciando da política, farto da abstracção dos seus esquemas, da sua incapacidade ou do seu desinteresse de conhecer a complexidade das relações humanas – de como mais me vou aproximando do mundo da minha infância, das suas escondidas riquezas, da descoberta do seu mistério. Olho hoje para aquele mundo da província, com as suas vidas mesquinhas, com os seus interesses limitados, mas reconheço ao mesmo tempo a importância da força inevitável do contacto directo com as pessoas, que completamente se perdeu: a sociedade caminha através da construção de sucessivas abstracções que se vão substituindo aos homens e que os vão desconhecendo.

Lembro-me que eu, naquele tempo, não ouvia falar de greve ou de sindicato mas os "patrões avançados" não eram mais tolerantes nas suas relações humanas do que os velhos e tradicionais senhores da terra ou das

fábricas de família. O que os distinguia eram sobretudo as maneiras, as origens sociais, a vida que faziam, os costumes familiares e, acima do mais, aquela ponta de anti-clericalismo que fazia tremer as senhoras da catequese e das obras de caridade e as levava a murmurar piedosas e secretas esconjurações contra aqueles pequenos anti-cristos que, no entanto, lhes tiravam respeitosamente o chapéu e que apesar disso não podiam admitir que as suas mulheres não fossem à missa nem que as suas filhas não recebessem nas doroteias a educação do comportamento e da alma.

Recordo que não tive então muito presente a exploração do homem pelo homem que só conheci depois, pelas letras dos fados marxistas. Não era a miséria, a fome, a injustiça, a exploração, não era qualquer desses temas próprios da propaganda populista, o que então me foi dado viver. Tudo isso só vim a conhecer depois, pelos romances de Zola, pelas descrições dos *bas fonds* de Paris e de Londres que saíam dos livros de Dickens e de Eugénio Sue. Hoje sinto que o que me afastava da província era todo aquele mundo pequenino, aquelas paisagens humanas estreitas e sem horizontes para as quais eu sentia que não fora feita a alma humana. Uma conformação geral de todas as pessoas, de todas as condições sociais: uma burguesia a raspar no dia-a-dia da segurança, atenta à despesa que não excedesse a receita, um clero encantado com a mansidão daquelas alminhas sem exigências sobrenaturais, a contentarem-se com as orações e as liturgias do formulário; os padres, senhores do tempo do ano, que marcavam com as várias festas sacras, senhores do tempo das vidas, assinalado com os baptizados, as comunhões solenes, os casamentos e os funerais. A seguir o povo, onde, a partir duma grande simplicidade e de alguma verdade, não consegui ver

outras ambições que não fossem participar do mundo mesquinho dos ricos e das suas motivações de segurança, e que na emigração e no aumento dos salários viu realizar melhor os seus sonhos do que nos vários e gloriosos apelos à luta pela liberdade. Tudo isto me faz interrogar muito sobre a política.

Marcello Caetano olha-me com um sorriso de segurança, que não sei se me irrita ou se me conforta, e que me revela uma consciência segura de que quase tudo se passa ao lado das ideologias:

– "Você sabe, a vida colectiva, no fundo, tem pouco que ver com a "política". A "política" é melhor ou pior conforme as pessoas estão melhor ou pior preparadas para as várias tarefas sociais. E para isso, infelizmente, não estamos muito preparados. A maneira como, concretamente, as pessoas vivem e resolvem as várias situações que os põem em contacto com os outros, nas suas relações familiares, nas suas relações de trabalho, nas suas relações de vizinhança, condiciona, fundamentalmente, a vida política duma sociedade.

No processo desta separação creio que as ideologias tiveram alguma responsabilidade. Repare que as sociedades viveram durante muito tempo os seus problemas colectivos sem que as teorias políticas tivessem uma influência determinante na condução concreta dos povos. Não digo que as ideologias por vezes não tenham esclarecido e denunciado situações de injustiça que era necessário resolver mas, a partir da Revolução Francesa, entrou-se no exagero contrário: a intervenção política passou a ser feita a coberto de ideologias. No entanto, paralela a essa construção, a vida colectiva funciona com as virtudes e os vícios da pessoa humana, com a agravante, a meu ver, de que quanto mais transferem

para as ideologias os seus abstractos ideais, mais se julgam dispensadas, na vida concreta, de proceder com o rigor e o escrúpulo a que antigamente estavam sujeitos todos os actos da vida humana, no plano pessoal e no plano colectivo. Não vejo como será possível corrigir esta tendência, mas o certo é que, mesmo nas sociedades que mais se reclamam das ideologias, os problemas colectivos estão cada vez mais reduzidos a problemas de gestão, de administração de coisas, e as pessoas desinteressam-se de assumir tarefas que constituiam, no fundo, elementos de defesa das suas liberdades próprias. Acusam os governos da sua vocação tentacular mas, como já lhe disse, esquecem-se que eles estão sempre a ser obrigados a resolver tarefas de que as pessoas se foram demitindo".

– "Para mim também tudo isso é evidente e creio que, em certa medida, o próprio fenómeno urbano e o seu consequente desenraizamento tem alguma responsabilidade nessa situação. Julgo que são consequências do fenómeno urbano a ausência de relação pessoal e a falta de intervenção nas tarefas colectivas. Quando as pessoas viviam na aldeia, varriam, a seguir à soleira da sua porta, o bocado de rua que ficava em frente. A cidade desobrigou-as desse encargo e autorizou-as a reclamar da municipalidade a limpeza da rua. Por outro lado, diz-se, a vida colectiva criou maior solidariedade e interdependência nas pessoas e, se isso por um lado é verdade, por outros desarmou-as completamente perante os problemas do quotidiano: são os fenómenos duma exagerada especialização e as suas consequências desastrosas na redução das capacidades do homem. Para tudo há especialistas e as pessoas acham-se incompetentes, quer para apertarem o parafuso duma porta quer para resolverem uma crise dum filho. Para tudo isso há pessoas com "prepa-

ração especial" e os problemas mais comezinhos transformaram-se em situações complicadas e transcendentes para o homem comum. Ele, mesmo que queira, sente-se incapaz de participar.

Parece-me que seria necessário ensaiar formas de participação através de associações espontâneas e naturais que nos vários domínios promovessem a participação das pessoas nas tarefas colectivas. Ora eu sinto que os governos não estão muito dispostos a fomentar esse associativismo de base nem prescindem dum apertado controlo das actividades dos grupos espontâneos."

– "Admito que isso seja um pouco assim mas, pela minha parte, procuro ter presente a distinção que é necessário fazer entre a participação, a criação de grupos espontâneos para a realização de tarefas colectivas e certas formas de agitação que tomam como pretexto esses meios de participação.

O Governo procura fomentar e encorajar as associações e as formas de cooperação que tenham em vista projectos concretos e tarefas que interessem à colectividade. Por toda essa província, grupos e associações têm promovido estudos, projectos e realizações com os quais a vida colectiva muito tem beneficiado. Dentro dos meios de que dispomos não me pesa a consciência de ter alguma vez deixado de ajudar a actividade desses grupos ou de por qualquer forma a ter impedido. Tenho bem presente o que isso contém de generosidade, de abnegação, de dedicação à coisa comum e ao serviço dos outros. As pessoas que assumem essas tarefas sujeitam-se normalnormalmente a grandes sacrifícios pessoais e as colectividades deviam ter sempre presente o que devem a elementos desses, infelizmente cada vez mais raros.

Mas isso nada tem que ver com outras actividades que o Governo é forçado a controlar, porque não se traduzem em concretas tarefas para o bem comum, mas em formas de agitação que pertubam a vida colectiva em vez de a facilitar.

De resto, veja você o que é que se entende hoje por "participar". Será tomar a seu cargo certas tarefas que se dirijam ao interesse da colectividade e que tanto poderiam beneficiar da generosidade e da dedicação de que essas iniciativas se podem revestir comparadas com a inevitável tendência burocratizante da acção administrativa? Será uma contribuição livre e voluntária no domínio dos melhoramentos locais, do desenvolvimento regional? Não. Para certos elementos "participar" é criar núcleos a que chamam de "consciencialização e mentalização", normalmente fora de propostas concretas e exequíveis de resolução e que se comprazem na crítica sistemática desprovida de qualquer base séria de estudo e lançada com total irresponsabilidade.

Não me parece que as sociedades beneficiem com esse tipo de actuação e o Governo nada teria a opor se isso não tivesse outras consequências além de as pessoas considerarem que estão a viver a sua liberdade. Já lhe disse que não tenho uma concepção pedagógica do Governo e que entendo que a autoridade não existe para impor às pessoas o que acha que elas devem fazer. Mas não é possível deixar envenenar a opinião com a propalação de erros de facto e o agitar de miragens. Faz-se um esforço muito grande de informação. Mas se o Governo publica pesados relatórios, os senhores da participação dizem desdenhosamente que se trata de volumes indigestos e inacessíveis. Se os reduz a pequenas notícias, grita-se que é propaganda. E esquece-se hoje o que o Governo objectivamente disse ontem...

Julga-se que o poder usa a autoridade por gosto. Eu não tenho prazer nenhum em usar autoridade, mas não posso abdicar dela sempre que a normalização da vida colectiva o impõe. Nem sempre se tem presente a medida e a extensão das responsabilidades do poder. As pessoas, normalmente, são responsáveis para consigo próprias e para com um círculo mais ou menos amplo de situações, quase sempre ligadas com as suas relações familiares ou profissionais. Os governos são responsáveis pelos seus actos, pelos actos dos seus agentes e dos seus partidários e até pelos actos dos seus adversários, pois se lhes pede contas do que se passou e do que não se passou, das perturbações resultantes de não ter intervindo a tempo e dos acidentes provenientes de ter intervindo no momento próprio. Lembra-se de lhe ter dito que no exercício do Governo o que mais me impressiona não é o deslumbramento do Poder (que não tenho), mas a sensação do que não se pode fazer como e quando se quer? Pois acrescento agora que, para o homem consciente, o exercício do Poder, implicando a toda a hora a necessidade de tomar decisões, traz um constante sentimento de responsabilidade. Que os outros em geral não compreendem. Que as chamadas oposições escarnecem procurando deturpar ou agravar o que é de si extremamente sério. Falo em responsabilidade moral, está claro, porque é a que me interessa."

Eu gostaria de defender melhor este dossier, mas a verdade é que me sinto pouco à vontade com ele, embora por razões muito diferentes.

Tive uma vida "política" que quase sempre se concretizou em "colóquios" e outras sessões de "consciencialização" e não tirei disso grande proveito nem me ficaram muitas saudades. Admito que a outros assim

não tenha acontecido e que, de tudo isso, pudessem ter tirado um aproveitamento que me foi dado conhecer. No meu caso pessoal, posso até acrescentar que este tipo de "actividade" contribuiu para uma extraordinária frustração que se avolumava e a que, felizmente, soube pôr termo, nomeadamente pondo um ponto final na minha ida aos colóquios. Mas a minha experiência foi infeliz, como vão ver.

Assisti a tantas sessões destas que até as posso classificar. Assim, temos dois grandes grupos, a saber: da situação e da oposição. As sessões da situação eram quase exclusivamente de propaganda. As da oposição dividiam-se, quanto ao tempo, em duas eras: antes da contestação e depois da contestação. Quanto à substância dividiam-se, por sua vez, em "intelectuais" e de "propaganda" propriamente ditas.

As sessões de propaganda da situação, durante muitos anos, foram um espectáculo que não me edificou muito e onde, com muita paixão e emoção, se condenava a política e os políticos da primeira república de modo a quase me convencerem que os destinos da Pátria tinham sido conduzidos, durante todos aqueles anos, por gente da pior espécie, a soldo do estrangeiro, sem o mínimo interesse por esta terra e esta gente. A tudo isso se contrapunham as excelências do Estado Novo.

As sessões "intelectuais" da oposição, antes da contestação, eram quase sempre conduzidas por uns senhores sabedores que falavam sobre temas que achávamos importantes para o futuro do País e do mundo, tais como: "a democracia", "os sindicatos", "os partidos políticos", "as eleições francesas", "a guerra do Vietnam".

Nós, os da assistência, éramos quase sempre os mesmos quarenta, excepto dois que variavam e que faziam de assistentes como nós.

Acontecia que todos os que ali se encontravam, ou pelo menos uma grande maioria deles, sabiam já do que ali se ia dizer, porque tinham lido em casa os livros franceses que tratavam do assunto. O conferencista fazia referências sibilinas à situação portuguesa, que eram sublinhadas com um sorriso de todos, menos dos dois que referi, o que queria significar que tínhamos percebido muito bem o que ele estava a pensar.

Confesso que eu ia a estas sessões porque não encontrava outra maneira de intervir, com alguma forma de compromisso, na alteração, que me parecia necessária, a sociedade portuguesa e que, simultaneamente, fosse uma forma de solidariedade com os oprimidos, no que eu então entendia serem formas de opressão.

A certa altura reparei, porém, que tudo aquilo estava sendo para mim uma forma de responder a uma certa má consciência que me advinha da minha existência numa sociedade que considerava injusta e que tudo isso e alguma coisa mais significava uma maneira de resolver um problema pessoal, sem que para os oprimidos viesse outra consequência que não fosse o sentir-me desobrigado de reflectir e inventar formas mais sólidas, mais comprometidas e, possivelmente, mais construtivas de modificar o que eu achavá mal. Aquelas sessões autorizavam-me que, nos vinte ou trinta dias seguintes, vivesse com alguma tranquilidade interior o meu quotidiano privilegiado, numa sociedade que permanecia imperturbável...

Mudei então o rumo da minha vida mas as iniciativas que tomei não eram suficientemente mobilizantes para encontrar, na vida pública portuguesa, eco suficiente para se poderem manter.

Havia também as sessões de propaganda da oposição, em que participei, e onde me lembro de ter assistido

a afirmações veementes acerca das excelências da democracia e da liberdade, em ambiente comevedoramente emocionado, e que igualmente conseguiam, por alguns dias, entreter a consciência democrática dos assistentes, e que os jornais do tempo normalmente classificavam como "uma jornada inolvidável de confiança e fé nos destinos da democracia".

No fim, como nas sessões da situação, cantava-se o hino nacional.

Quando se iniciou a era da contestação já eu não estava de serviço e as sessões passaram a chamar-se colóquios e o presidente tomou o cognome de moderador.

Os conferencistas apuravam-se mais no que diziam e estava entendido, em homenagem à importância decisiva e criadora das bases, que qualquer assistente podia interromper e aditar os mais atrozes lugares comuns e assistia-se, na melhor das hipóteses, a grandes guerras de citações. Entendia-se também que essas intervenções deviam ser feitas de forma agressiva e mal educada e, mesmo que o seu conteúdo não viesse a propósito de nada, nomeadamente daquilo de que se estava a tratar, nunca me foi dado assistir que um moderador tivesse a suficiente coragem para interromper ou contrariar aquele "sentido da história". Parecia entendido que assim como era possível e desejável interromper o orador, ninguém estaria autorizado a interromper o interruptor.

Mas para que a minha visão das conferências não seja tão pessimista quero acrescentar que, quer aqui quer no estrangeiro, tenho algumas vezes beneficiado delas mas em duas espécies de situações: ou quando a coisa se passa entre pessoas conhecedoras do assunto de que se vai tratar, sem um público que as obrigue a pensar no que o público pensará delas e daquilo que vão dizer, ou quando um conferencista expõe, com

conhecimento e seriedade, um determinado assunto e no fim esclarece ou argumenta, com educação e rigor, uma dúvida ou uma opinião contrária que educada e fundamentadamente lhe tenha sido proposta.

De resto, a minha experiência diz-me ainda que este clima intermédio é o meio óptimo para o êxito dum colóquio. Nos países em que estão proíbidos, eles não existem por imposição da lei. Quando são autorizados, quase ninguém lá vai.

Procuro escrever estas coisas sem esconder o azedume que me vem do tempo que perdi por aqui, e hoje entendo que a forma como funciona esta actividade é responsável pelo mundo de ficção em que muito por aqui se vive e que encontra o seu alimento natural nesta forma de verbalismo desincarnado onde, durante muito tempo, julguei cumprir, nas contingências da vida pública portuguesa, os meus deveres de cidadão consciente e interessado.

Foi quando realizei que isto de sair do Banco ou do escritório, da administração da grande empresa, do automóvel último modelo e do novo sistema de arrefecimento, para ir ali numa noite, àquele segundo andar esquerdo, pagar o prémio da minha apólice de Seguro Democrático, falar ou ouvir falar de coisas sem a irresistível prova do real, a olhar para o relógio porque tinha de me levantar cedo para estudar o dossier do financiamento ou o caso da extensão ao Ultramar da empresa do meu cliente, era uma espécie de jogo que não poderia satisfazer.

Insisto por formas de intervenção na vida colectiva que exijam de nós alguma coisa mais. Quando vejo os movimentos cooperativos, a disponibilidade dos seus dirigentes, as horas de empenhamento efectivo que roubam ao seu repouso ou à sua distracção, as recusas que

têm que fazer perante concretas propostas de seu interesse pessoal; quando vejo certos grupos regionais, com dificuldades de toda a ordem – económicas e profissionais – a enfrentarem pesadas estruturas políticas locais que são enxames de interesses a vencer, a terem de gastar energias, não já na fundamentação e no estudo das suas propostas mas a desfazer intrigas, incompreensões e obstáculos, e que aqueles que nisso se comprometem abrem mão, com generosidade e grandeza, do seu tempo, do seu trabalho pessoal e até dos seus interesses, sinto que essas poderiam ser algumas formas de participação e de intervenção cívica onde eu teria feito, não afirmações espectaculares e radicais que em nada alteram a minha vida e a daqueles que me rodeiam, mas uma pequena contribuição, dentro da dura prova da realidade, a uma sociedade mais livre e mais justa.

Não disse nada do que aqui escrevi mas, porque sentia dentro de mim o peso de toda esta realidade, não argumentei com muito calor. Adiantei que, na base deste critério, nos arriscamos a chamar "agitação" àquilo que verdadeiramente o não é: que, muitas vezes, são até certas formas de exprimir direitos que não encontram vias normais de legitimidade e expressão. Ademais, perante situações de injustiça que seria desejável modificar, toda a proposta de alteração contém também certa forma de agitação...

Marcello Caetano respondeu-me:

– "Não vá pensar que sou contra os debates ideológicos, a pesquisa de novas formas, a troca serena de ideais...

Mas quem levou a vida a estudar com a serenidade possível os problemas políticos e sociais pode ser levado

a crer que todos quantos abordam essas questões o fazem da mesma forma: com objectividade e desejo de encontrar soluções realisticamente válidas. Ora não é assim: muitas vezes as pessoas deixam-se apaixonar, sob a influência de motivos nada intelectuais, por uma causa que enroupam em certo verbalismo colhido numa ideologia. E não discutem: regougam. Nem expõem: proclamam. São críticas cegas e sistemáticas a preceder a condenação global das "estruturas" existentes e a sua substituição radical. Numa palavra: a revolução social.

Ora todo o governo que não seja cúmplice dessa actividade revolucionária, tem de combatê-la. E por princípio os governos não são revolucionários, salvo em curtos períodos após uma revolução triunfante. Mesmo nestes casos, após as violências iniciais, o governo tem de acatar as realidades e de enveredar pelo caminho das reformas. É impossível fazer tábua rasa do passado. É utópico pensar que mesmo numa grande revolução podem ser ignorados ou suprimidos todos os interesses existentes. Há muita coisa na sociedade que tem raízes profundas na vida humana e que, com esta ou aquela cor, subsiste sempre.

Por isso eu sustento que é possível transformar uma sociedade, melhorá-la, sem os sacrifícios, os sofrimentos e as injustiças duma revolução social. Nem sequer pela via do reformismo se leva mais tempo a alcançar os resultados: porque as revoluções fazem muito estardalhaço, mas após anos de experiências malogradas, de erros comprovados, de descrédito das ideologias que as inspiraram, voltam então às soluções razoáveis que as reformas poderiam ter conseguido com um custo muito mais barato.

É por isso que eu combato convictamente, e não apenas por dever do cargo, a actividade revolucionária. Enquadrando nesta as formas de envenenamento dos espíritos, através da intoxicação cultural."

Eu achei que era melhor concretizar e dar alguns exemplos. Argumentei:

— *"Vamos ver alguns casos concretos. Primeiro: as cooperativas culturais. Sei que, em muitas delas, se procurava elevar o nível cultural dos seus associados através de conferências, reuniões, cursos e outras formas de convívio. Seria possível esperar que, a partir daí, se poderiam ensaiar formas de participação, nomeadamente através da extensão à cooperativa de consumo ou de produção. Porque foram proibidas as cooperativas culturais?"*

— *"Você não poderia ter escolhido melhor exemplo para provar aquilo que lhe estou a dizer. O Governo vê com o maior interesse o desenvolvimento do cooperativismo porque acredita que, em largas zonas da nossa actividade económica, ele pode desempenhar um importante papel. As cooperativas de consumo, as cooperativas agrícolas, as cooperativas de crédito são elementos valiosos para o equilíbrio da economia das sociedades modernas e podem ser um elemento de defesa e protecção do consumidor. Gostaria muito que essas cooperativas se desenvolvessem. Mas o que acontece é que não só não é fácil encontrar dirigentes capazes de gerir eficazmente uma empresa cooperativa, sem a mira do lucro individual, como também poucas pessoas estão dispostas a pôr de parte os seus interesses e comodidades imediatas para se sujeitarem à disciplina e à solidariedade da vida associativa. Nos tempos de crise ou quando as coisas pessoalmente lhes correm mal, todos querem organizar-se em cooperativas mas, logo que a tormenta passa, não põem de parte os negócios vantajosos que lhes aparecem, fora da associação. De qualquer modo, as cooperativas*

são meios preciosos de actuação comunitária pois, além de serem instrumentos económicos úteis, são elementos de formação cívica, pelo espírito de associação e ajuda mútua que promovem.

A essas cooperativas, às cooperativas reais, não põe o Governo quaisquer dificuldades, antes as procura estimular e apoiar. Mas, o que eram as chamadas cooperativas culturais?

Certos grupos resolveram aproveitar-se das facilida- legais concedidas às cooperativas para constituirem associações que de cooperativas só tinham o nome e que eram clubes de doutrinação e propaganda política, subtraindo-se às leis que regulam a constituição e o funcionamento de tais associações. Ora, de duas uma: ou as actividades das cooperativas culturais eram legais e não encontram o seu estatuto próprio nas leis que disciplinam o exercício do direito de associação, ou as actividades eram ilegais e de uma forma ou de outra tinham de ser reprimidas. A posição do Governo não teve nada de anti-cooperativa: limitou-se, com base em pareceres da Procuradoria Geral da República, a efectivar a distinção entre o cooperativismo real e o cooperativismo fictício, aquele em que a aparência cooperativa era simples biombo a ocultar realidades que nada têm com as das sociedades comerciais cooperativas."

—"Mas não será que o direito de associação está de tal modo condicionado que é praticamente inexistente?"

—"Essa agora! Pois não são numerosas as associações culturais que funcionam, muitas delas com grandes tradições de acção cultural? Será que haja tais condicionamentos legais do direito de associação que impeçam a sua actividade? Mas pouca gente repara na vida normal

das associações e no contributo que prestam à animação cultural, ao teatro, ao ensino e a várias outras iniciativas e só se lembram das raras vezes em que a autoridade teve que intervir, proibindo uma ou outra actividade que se traduzia em verdadeira forma de agitação. O direito de associação está previsto na lei para ser usado e é-o, de facto, por muita gente. As associações têm na verdade de ser autorizadas: mas essa é a nossa tradição jurídica, vinda do próprio liberalismo, de todo o século XIX, apenas com um certo intervalo de vinte anos: de 1907 a 1926."

– *"Vou dar outro exemplo: os sindicatos. Uma das características dos chamados países livres é a liberdade de acção sindical. Os sindicatos revelaram-se instrumentos imprescindíveis ao reconhecimento e defesa dos interesses legítimos dos trabalhadores, face à poderosa força do patronato. Mas revelaram-se capazes na medida em que aí lhes foi assegurada a liberdade da sua responsentabilidade e das suas reivindicações. Em Portugal as forças sindicais, quer num quer noutro aspecto, lutam com algumas dificuldades, dificuldades que, fazendo-me eco das suas queixas, significam muitas vezes uma limitação dos seus legítimos direitos".*

– *"Os sindicatos são instrumentos muito importantes na defesa dos direitos dos trabalhadores e, logo que tomei as responsabilidades do Governo, procurei que se integrassem nas suas funções próprias.*

Ninguém pode negar a dinamização que se efectuou nesse sector, o que levou até certas entidades patronais menos esclarecidas a dizerem que o Governo estava a fazer demagogia, exactamente por procurar que os sindicatos exercessem mais livremente a sua acção.

Mas a defesa dos direitos dos trabalhadores não pode confundir-se com a politização do movimento sindical e com a actuação que o Partido Comunista pretende levar a cabo, através dos sindicatos.

Eu tenho consciência de que os problemas das sociedades modernas, a sua mobilidade e a sua transformação, estão acentuadamente ligadas aos problemas que lhe são postos pelo mundo do trabalho. Mas, repito, é necessário ter presente a distinção que há entre a satisfação das legítimas aspirações dos trabalhadores, a realização progressiva da justiça social que tanto me preocupa, e todo o processo de perturbação que tem afectado as sociedades sob o signo da "luta de classes".

Os principais elementos de deformação dessa situação são a actividade dos partidários da ideologia comunista e a posição pelas internacionais operárias neste mesmo processo.

Ora, enquanto na Europa Ocidental os sindicatos comunistas e o próprio partido passaram para segundo plano as actividades políticas e se transformaram em meros grupos de pressão das classes trabalhadoras — ainda em Maio de 68, em França, não foram os comunistas acusados de terem trocado as reivindicações políticas pelo prato de lentilhas dos vinte por cento dos acordos de Grenoble? — nota-se noutros países que a actividade sindical é constantemente influenciada pela acção política partidária da ideologia comunista.

Muitas pessoas parece não terem a suficiente coragem para reconhecer que não só a sociedade soviética se não transformou no tão apregoado paraíso dos trabalhadores como também o Estado Soviético se tornou o Estado mais opressivo e imperialista do mundo contemporâneo. Nesse domínio vive-se ainda na mais inteira e acabada ficção, e é a essa ficção que

se pretende entregar a libertação dos trabalhadores. Toda a actividade partidária é conduzida pelos quadros dos militantes revolucionários que prometem a felicidade na terra. Mas o militante revolucionário é por via de regra uma pessoa completamente fora das realidades, que abdicou de pensar pela própria cabeça. O partido toma conta de toda a sua personalidade e, através da sua doutrina, fornece-lhe uma imagem do mundo que a ela corresponde e não àquilo que existe, e que ele aceita sem qualquer espírito crítico porque comodamente se encostou a uma construção onde a reflexão e a dúvida não podem ter lugar. O mundo passa a ser, não aquilo que efectivamente se está a viver, mas o corpo das teorias e dos factos deformados, das interpretações oficiais do Partido, sobre o que, em nome do interesse superior deste, da revolução social que ele incarna, não se sente no direito de levantar a mínima interrogação. Se for preciso defender hoje o que se condenava ontem, não hesita em fazê-lo, se essas forem as indicações. A vida, para o militante comunista, não é esta realidade vária, complexa, contraditória, de que o mundo é feito e que constitui a impossibilidade de o definirmos e interpretarmos através dum sistema. Não, é um mundo de situações-tipo, de palavras-chave, de abstracções e de fórmulas.

Aquilo a que chamam a "burguesia" acaba por ser uma entidade abstracta para onde transportam todos os vícios e donde fazem partir todos os males. Por outro lado, o "trabalhador" é também um ser mítico, ornado de todas as heroicidades, onde os próprios trabalhadores raramente se reconhecem. Mas a verdade é que, não obstante esta situação estar há muito evidente e descrita, muitas pessoas continuam sensíveis à miragem das promessas e por isso a actividade do partido comu-

nista constitui um perigo de que as sociedades se devem defender.

Ora, o trabalhador merece a consideração que todas as pessoas nos devem merecer, sobretudo aquelas que trabalham, mas não é dotado de nenhum "carisma" susceptível de redimir uma sociedade. As suas aspirações são bem concretas, são legítimas e estão no âmbito das normais aspirações humanas. Essas é que são as mais importantes. É nesse âmbito de actuação que os sindicatos devem funcionar e só aí eles podem prestar à dinâmica desejável das sociedades a sua útil contribuição.

O Governo desejaria que as entidades patronais, através dos seus Grémios e os trabalhadores através dos seus sindicatos, com a assistência técnica adequada, resolvessem de comum acordo os seus interesses e que, só muito excepcionalmente, e depois de esgotadas todas as possibilidades de encontrarem uma plataforma comum, se recorresse à arbitragem".

– "Mas o que acontece é que quase nunca se chega a acordo...

– "Infelizmente não temos grandes hábitos de negociação. Para se poder negociar é necessário que ambas as partes sejam capazes de admitir que de um e de outro lado haja interesses respeitáveis e que convenha encontrar entre eles um ponto de equilíbrio. E é preciso mais: a vontade de chegar a acordo. Se as partes partem para a negociação com exigências absurdas ou numa posição de intransigência, não há negociação possível: o encontro delas dá-se num clima desgastante e improfícuo. Os contratantes passam a ser inimigos: os sindicatos provocam a escalada das reivindicações, o patronato começa pouco a pouco a endurecer. Com este

espírito é muito difícil que as relações de trabalho se processem dentro da normalidade que seria desejável. e quando falo em normalidade não quero que isso signifique apatia perante a defesa dos respectivos interesses mas que as negociações caibam dentro da concreta realidade económica da sociedade e até da própria empresa".

— "Mas não serão os empresários responsáveis por uma empresa estruturada em condições económicas e financeiras sãs que suporte a remuneração justa dos seus empregados?

— "Aí está uma ideia fácil de formular, mas difícil de aplicar. O empresário não deve ser aventureiro, está claro. Tem de lançar-se na empresa com capital suficiente e dotado de alguma técnica adequada. Mas por definição corre riscos. Às vezes uma empresa optimamente delineada à partida vê-se a breve trecho com dificuldades tremendas. E outra que começa tem-te não caias logra enorme êxito. O negócio é pragmático. O que um teórico pode considerar são *do ponto de vista económico ou sob o ângulo da moral pode conduzir ao insucesso. Se me pergunta se nos cálculos do empresário tem de figurar a justa remuneração, estou de acordo, toda a gente tem de estar de acordo. Mas quando é que tal remuneração é justa? A tendência das pessoas é para considerarem justo aquilo que está de acordo com os seus interesses. Não imagina — ou talvez já lhe tenha acontecido também... — o número de casos em que as pessoas se me dirigem com pretensões absurdas para cuja satisfação invocam o meu espírito de justiça... O homem deixa-se cegar pelas suas conveniências. Por isso a a determinação do que é justo exige um juiz imparcial."*

— "Considera então impossível a intervenção governamental no sentido da exigência de condições mínimas para a constituição de empresas?"

— "Essa exigência consta da lei. E lembro-lhe que o Governo está a pôr em marcha um sistema eficaz de fiscalização das sociedades anónimas.

Fora disso, a intervenção governamental faz-se em certos casos de maior importância para a economia do país, mas tem de ser muito prudente.

Se o Governo definisse e impusesse as condições ideais de funcionamento empresarial aconteceria, talvez, que só as empresas mais poderosas e os grupos económicos mais fortes teriam capacidade para o fazer e não faltaria quem acusasse o Governo de estar a favorecer os poderosos: a nossa economia depende ainda muito de unidades industriais e comerciais que estão longe de poder estruturar-se em condições óptimas de actuação. E — razão que me parece muito importante — nós estamos a esquecer neste raciocínio um elemento fundamental, que é o elemento humano. Como lhe dizia, um empresário com qualidades de luta e jeito para constituir uma equipa empresarial, parte muitas vezes duma empresa débil e mal dimensionada e consegue fazer dela um elemento valioso e próspero, enquanto que uma unidade com todos os requisitos técnicos e financeiros, entregue a pessoas sem qualidade de trabalho, sem persistência e combatividade, acaba muitas vezes por soçobrar."

— "E quanto aos salários..."

— "Não pode esquecer-se, dizia eu, o direito ao salário justo e acho bem que essas justas exigências provoquem a necessária dinamização e a reconversão das empre-

sas, de modo a adaptá-las a sistemas e a métodos que suportem as exigências técnicas e salariais da moderna vida económica.

Mas os sindicatos, mesmo quando não estão a ser politicamente manobrados — e, muitas vezes, as reivindicações sistemáticas são um meio de combater e destruir o sistema — não resistem à tentação de exigir sempre melhores salários e melhores regalias, independentemente duma visão global da vida económica e das concretas possibilidades de resposta às suas exigências, sem olhar ao aspecto de "justiça". Por seu lado, as entidades patronais também defendem os seus interesses..."

— "Daí que, em certas circunstâncias, talvez não haja outra solução do que a greve..."

— "Penso que a greve, hoje, não se justifica. Repare, a greve foi um importante instrumento de defesa dos trabalhadores numa época em que eles se encontravam inteiramente desprotegidos perante as imposições da classe patronal. Não existia legislação do trabalho e, entregues às condições impiedosas da lei da oferta e da procura, os trabalhadores estavam à mercê do patronato. Neste contexto, a greve era uma arma, talvez a única arma que os trabalhadores tinham para defender os seus interesses. Por outro lado, os movimentos grevistas ficavam normalmente localizados na zona onde se processavam aqueles específicos diferendos e não causavam, sobre a vida geral duma sociedade, as perturbações que hoje podem provocar. A greve deixou de ser um instrumento de defesa dos trabalhadores para se tornar um instrumento político capaz de pôr em perigo interesses fundamentais duma sociedade. Não é só uma discussão de regalias que fica em causa, mas em muitos

casos atinge-se o próprio fundamento da sociedade, afecta-se a vida quotidiana do cidadão, lesam-se os direitos fundamentais... A greve torna-se um combate da luta de classes. Desde que existam, como existem, meios adequados de defesa dos interesses dos trabalhadores que perturbam interesses vitais da sociedade, a greve deve ser proscrita da ordem jurídica. De resto, não esqueça que em nenhum país socialista existe o direito à greve..."

–"Eles dizem que o Governo é dos trabalhadores e que, nessas circunstâncias, o direito à greve não tem qualquer espécie de justificação..."

–"Sim, mas a razão não é essa: é que a greve é um instrumento unilateral capaz de ter um aproveitamento político poderoso e de perturbar seriamente uma sociedade. Não creio que essa argumentação seja muito convincente..."

–"A mim, é claro que não me convence. Numa sociedade em que os interesses concretos e imediatos dos trabalhadores têm que ser disputados ou defendidos, não já do patronato, ainda que poderoso, mas dum Estado Todo Poderoso que, a pretexto da defesa dos interesses abstractos e longínquos duma coisa vaga que é a classe operária, defende os interesses concretos da efectiva classe burocrática e partidária que ocupou o poder, acho que a greve se justificaria tanto ou mais do que nos estados burgueses. Mas eu não admira que pense assim: eu sou um neo-reaccionário..."

Marcello Caetano riu-se do meu neo-reaccionarismo e a propósito disso a conversa perdeu-se em considerações várias, até que olhei disfarçadamente para o relógio e vi que já era tarde. Regressei a Lisboa e chovia.

Todas aquelas nuvens hesitantes que me acompanharam na ida tinham-se, finalmente, decidido.

Procuro recordar a nossa conversa de hoje e a atitude do Professor Marcello Caetano sobre a vida em geral e sobre a sua vida política e sinto-lhe, subjacente, quase que um certo fatalismo no exercer da própria função, como quem não tivesse outro remédio senão tomar conta do governo. Noto isso, mais uma certa bonomia e complacência para com os homens, quase uma indiferença por certos comportamentos que se poderiam julgar ofensas pessoais. Disse-me até:

– *"Sabe, uma grande vantagem de se chegar a estes lugares já na minha idade, é que estamos já muito insensíveis às acções dos homens, às deslealdades, às ingratidões, mesmo àquilo que é feito directamente para nos magoar. Quando eu era mais novo e estava no Governo, houve uma vez uma pessoa que me fez uma partida e eu irritei-me muito. O Henrique Galvão, que era meu amigo, disse-me: – Então você irritou-se com isso? Olhe que um político precisa de ter pele de elefante! – É isso. A gente acaba por criar uma pele dura e consegue decidir e caminhar indiferente a tudo o mais."*

Depois, noto-lhe – talvez por deformação profissional – uma irresistível tentação de classificar:

– *"Gosto muito dele. Muito inteligente, muito vivo, muito trabalhador. Cheio de entusiasmo a trabalhar..."* – dizia-me, não dum seu aluno mas dum seu ministro. E reparo ainda como funciona com um universo de ideias assentes ou que, se por acaso se levantam, as faz assentar quando tem que tomar decisões.

Tudo isto, e alguma coisa mais, dá efectivamente às suas relações um certo "tónus" paternalista e é isso que me faz reflectir sobre esta relação estranha do português com o poder e sobre o paternalismo difuso que está na base de quase toda a relação homem-autoridade.

Noutro dia, num serão em casa de amigos, estavam também dois antigos alunos do Professor Marcello Caetano, dos melhores e mais inteligentes que teve. Falávamos de política e pude ouvir-lhes considerações extremamente críticas em relação à política do Governo. No entanto, quando se chegou à pessoa do nosso antigo Professor, ficaram um pouco tolhidos, sem esconder o respeito e a admiração. Logo um psicanalista que ali estava adiantou explicações edipianas, temores paternais e mais coisas assim.

Tempos depois, num pequeno colóquio em Madrid, com alguns amigos espanhóis, fez-se a sugestão de, numa reunião próxima, pormos em comum as nossas experiências para reflectirmos sobre as formas e as perspectivas da mudança do poder nas sociedades peninsulares contemporâneas. Título lançado para a mesa e logo unanimemente aceite: "A morte do pai".

Pergunto-me se este fenómeno será específico da sociedade portuguesa ou se o condicionamento geral dos homens, a natureza das suas motivações maiores, não serão os responsáveis pela criação desta relação paternal entre um poder e um povo. Não era Estaline aplaudido e consagrado como "le petit père des peuples"?

Procuro analisar esta forma de relação e vejo que ela quase sempre se exprime ou pela subserviência ou pela agressão, raras vezes através dum diálogo de igual para igual.

O "paternalismo" é uma palavra que se tornou vulgar, na escassa e simplificada terminologia das situações

contemporâneas, e com ela se procura classificar depreciativamente o tipo de relação estabelecida numa dada comunidade com as formas de autoridade que encontra no seu caminho – Igreja paternalista, Escola paternalista, Empresa paternalista e, evidentemente, Governo paternalista – querendo significar que, nessas específicas situações, a autoridade se substitui às pessoas nos seus juízos e nas suas interrogações e lhes determina os comportamentos a seguir.

Não posso deixar de chamar aqui a minha experiência pessoal até porque, durante muito tempo, eu acreditei nisto e algumas vezes me insugi também como os outros contra os vários poderes "paternalistas" que ensombravam ou impediam a minha afirmação pessoal.

Seguia eu a minha cruzada contra os poderes paternalistas quando me surpreendeu verificar que, por um lado, os poderes não me eram paternalistas, por outro, que eu próprio me tornava um extraordinário paternalista, nas pequenas zonas de poder que o acaso me pusera nas mãos.

Realizei então que, logo que atingi a idade da razão, as relações com meu pai deixaram de ser paternalistas: tive com meu pai, depois que fui homem feito, um frutuoso e terno diálogo de que tenho muitas saudades. A Escola só me foi paternalista quando eu não sabia as lições: em alturas dessas o meu comportamento insinuava mansos apelos à benevolência e à compreensão e a minha atitude perante os mestres era efectivamente dalguma subserviência e tinha dificuldade em os enfrentar com as únicas armas do saber. Em empresas, nunca estive, mas julgo que, se eu nalguma coisa fosse competente talvez fosse capaz de com isso tratar com um patrão sem estar à espera da bondade do seu coração e das suas excelsas virtudes cristãs. A Igreja, depois

de eu me ter tornado um homenzinho, também não me foi paternalista porque eu não consenti: logo que deixei de ser a ovelhinha mansa não contei mais com a benevolência dos pastores nas minhas relações com o poder eclesial. O Poder político foi-me algumas vezes tirânico mas, paternalista, não creio que o deixasse ser.

Por outro lado, como disse, foi-me dado verificar que eu, inconscientemente, me tornara um grande paternalista: com os meus filhos, enquanto eles são pequenos, evidentemente, porque é essa a minha obrigação. Nunca fui professor, mas se o fosse reconheço que estaria naturalmente predisposto para usar de benevolência e para procurar explicações pessoais que se substituissem ao rigor das normas, em relação àqueles alunos que não soubessem as lições. Nas empresas que tive, nem se fala: insensivelmente, passavam-me para o colo os milhentos problemas pessoais dos empregados que logo contavam comigo para lhos ajudar a resolver. Nas iniciativas que fui tomando, em breve as pessoas me achavam indicado para tratar de tudo o que saía da rotina e, perante as situações difíceis ou aflitas de alguns que me estavam próximos, acabava por me substituir a eles e algumas vezes os ajudei a sair das dificuldades em que se encontravam.

Também me parece importante referir que os sujeitos passivos do meu paternalismo reagiam de duas maneiras. Os que não estavam a par das modernas correntes da psicologia, tinham a reacção normal da pessoa que recebe um favor: ficavam gratos, mandavam pelo Natal cartões e perus, deixavam-me envergonhado de tantos agradecimentos. Os que conheciam as modernas teorias psicológicas, as que dizem necessária a autonomia, a independência e a explosão do "ser", não me perdoaram os favores que lhes fiz. Passadas as horas difíceis, mostravam

alguma dificuldade em me enfrentar e, algumas vezes, tive até reacções agressivas que me deixaram surpreendido. Ademais, como acontece que sou um pai complacente, eu constituía um alvo magnífico para as várias "afirmações da personalidade".

Não sei se não estará por qui uma ponta do que poderá esclarecer este enigma duma sociedade que dificilmente enfrenta o poder que não seja pelo medo ou pela agressão acusadora. É que o paternalismo exige o encontro de duas situações: o uso do poder sob forma paternal, sem dúvida, mas, do mesmo modo, uma conformação psicológica "menor", quer no comportamento quer na intrínseca estrutura da personalidade. Estas duas condições interpenetram-se: o paternalismo não seria possível perante uma sociedade adulta; uma sociedade adulta pode ser passiva de poderes tirânicos, mas paternalistas parece-me que não.

Ora, quando reflectimos sobre as motivações das sociedades contemporâneas, somos obrigados a verificar que as pessoas não estão muito interessadas em vencer a sua ignorância com vista à preparação da sua liberdade responsável, em reflectir de modo a poder programar uma vida livre e criadora que, naturalmente, não pode excluir os elementos de aposta no futuro e do risco de viver. Não. As pessoas estão sociologicamente motivadas por formas de segurança e exigem dos Estados, como já mais do que uma vez tive ocasião de dizer, que lhes resolvam os seus problemas pessoais e que a eles inteiramente se substituam. As exigências políticas são muito menos as condições de acção e de iniciativa pessoal do que uma extensa lista de pedidos, como fazem as senhoras das Conferências de São Vicente de Paulo, por altura do Natal: "Os nosso pobrezinhos apelam para os corações bondosos da paróquia para que lhes

dêem o justo salário, casas de habitação a preços módicos, quando estiverem velhinhos e doentinhos, que tomem conta deles, e assim por diante."

Invejo aquelas sociedades onde os homens contam consigo próprios e com as formas de solidariedade espontânea ou livremente construída, para resolverem os seus problemas sem venderem a sua liberdade. Quando Marcello Caetano me dizia: "Costuma dizer-se que a liberdade não se recebe, conquista-se. Só que não é pelo verbalismo irresponsável nem pelo anarquismo revolucionário que os povos podem conquistar as liberdades de que precisam. Eu entendo que os cidadãos só conquistam a liberdade à maneira que vão assumindo responsabilidades" – creio que tocou no fundo desta questão. Quando não somos capazes de assumir uma condição adulta, sem a qual uma sociedade adulta não existe, demos graças a Deus por termos um poder paternalista e não uma forma qualquer de tirania. O poder de Hitler ou de Estaline não era paternalista, era tirânico. Talvez seja necessário reconhecer que, muitas vezes, o verbalismo inconsequente, a agressão sistemática, o maniqueísmo como atitude intelectual primária, são a forma como se manifesta uma certa impotência estrutural, sempre em busca duma qualquer cobertura que disfarce a inibição generalizada perante a necessidade de assumir, ao nível da nossa vida pessoal e social, os compromissos efectivos.

Noutro dia, ao chegar à Covilhã, dizia-me uma das minhas tias:

– "Vi noutro dia o Marcello, na televisão, e achei-o muito cansado... Fiquei tão preocupada... Diz-lhe que descanse. Depois, se ele adoece, quem é que há-de tratar de nós."

Já mais do que uma vez aquelas santas senhoras me apareceram como porta-voz indisfarçado da nossa geral fragilidade.

Felizmente para elas, e para o pequeno mundo que as rodeia, que não têm ideologia que as dispense, perante concretos males, de dar de beber a quem tem sede e de comer a quem tem fome. Se elas tivessem ideologia, continuariam, impassíveis, a tricotear a sua riqueza e diriam aos pobres que lhes batem à porta que um dia virá a revolução social.

– V –

Lembro a primeira conversa com o Professor Marcello Caetano quando me disse: "Repare que um governante não chega ao poder para lhe ser entregue uma folha de papel em branco onde escreva o que quiser. Não: recebe uma determinada estrutura histórica, política, social, um conjunto de hábitos, de costumes, de maneiras de viver, e é a partir daí que ele tem de governar, e é a partir daí que a sua acção se torna complexa."

Creio que é assim, e julgo ainda que é à volta desta evidência que nascem as duas constantes da vida pública portuguesa que têm perturbado as perspectivas do nosso progresso e que muito têm contribuído para a neurose maniqueia que, discreta mas eficaz, permanece subjacente a quase toda a nossa vida colectiva. Por um lado, os que têm demasiada consciência da tal "estrutura política, económica e social", os que conhecem sobejamente os seus hábitos e os seus costumes e que, por interesse ou limitação, tudo isso aceitam como um dado constante e imutável. Então, instalam-se nos seus meandros, usam as suas específicas regras, manobram os seus mecanismos subtis, sem admitir sequer que ela possa ser corrigida ou alterada.

Por outro lado, temos os "teóricos": a realidade, que irrompe severa à nossa volta, é como se não existisse: constroem na sua cabeça um sistema político, económico e social que teria escrita fácil na tal folha de papel em branco mas que só seria aplicável a uma sociedade e a um homem que existem algures ou que não existem até. Vivem disso. Sair desse sistema significa transigir e trair. Alguns deles, sem se darem conta, compensam a sua vida concreta, as suas traições quotidianas, seu despotismo doméstico, seu maquiavelismo domiciliário, seu totalitarismo vocacional, a regar este imaginário jardim de delícias, que carinhosamente cultivam por dentro de cada um.

Entre estes dois mundos, qualquer relação é impossível: compreender, negociar, procurar este arranjo difícil que é a arte da própria existência (uma técnica e uma estratégia de nos aproximarmos dignamente da complexidade do real), nada disto é possível.

A vida colectiva portuguesa são estes dois núcleos, com a sua própria coutada de ideologia e comportamento, pessoal e intransmissível, e, no meio, a imensa paisagem ingénua e confiante dos que, estando por tudo, não estão por nada.

Mas eu gosto disto, gosto deste país, perdidamente.

Tive já delírios cosmopolitas: como aqueles senhores do séc. XIX, que se sacudiam do pó da Pátria à entrada do Sud-Express, em Santa Apolónia, e demandavam Paris, como quem parte para a terra prometida, assim fui e senti. Hoje, comovo-me com estas ternuras domésticas, com este país ainda à medida do homem, que ainda treme todo com os espirros dos grandes industriais, com o que resta dum povo bom e afável, sensível ao poder da comunicação da voz e do gesto humano, quando dá ou pede, recebe ou entrega, agradece e sorri.

Não sei se já viram um dia entrar os emigrantes, ali por Vilar Formoso. Vêm enlatados em carros velhos, com as malas superlotadas, atadas com guitas. Trazem trouxas e embrulhos, misturados com os filhos deles e os filhos dos outros. Quando vêem, ao longe, a fronteira, começam a sorrir e saltam, contentes, dos carros ao sinal dos guardas, como se lhes saltasse o coração. Querem abrir tudo, querem mostrar tudo, como se amar a lei fosse amar a terra, e quase desmoralizam se o guarda da Alfândega, indiferente, põe a giz na mala, sem a abrir, a sigla da confiança.

Os Alfândegas, os Dêgêesses, ficam automáticos e impassíveis, perante aquela alegria inusitada dos que vêm, de família e embrulhos, de França e Aragança, curtir oito dias de Natal na aldeia, no fumeiro da rama de pinho e eucalipto.

Como eu os compreendo... Apetece-me dizer àqueles funcionários sisudos que se riam para eles, porque é só isso que esperam: que participem daquela romaria da Senhora do Atravessar da Fronteira, que eles festejam como se estivessem a transpor o umbral da sua própria casa e encontrassem já ali o calor da lareira e a alegria dos seus.

Hoje estou assim. Venho de fora e sacudo à entrada de Portugal o pó da minha incomodidade. Entro ali por Vilar Formoso como quem entra em casa e reconhece o calor dos seus livros, dos seus discos e do seu lume, e sente que o espera a sua cadeira fiel. Olho aquela paisagem de tojos e pedras, vejo lá em baixo a curva do rio, e lembro os versos amargos de António Machado:

"Tierras tristes, tierras pobres

Parecen que tienen alma..."

É quando digo para mim: – "Ai, este país... com um jeitinho, era capaz de ser o último lugar do mundo para se poder viver..."

Algumas vezes penso no "jeitinho" a dar nesta "determinada estrutura histórica, política, social, neste conjunto de hábitos, de costumes, de maneiras de viver", de modo que, a partir daí, fosse possível caminhar para a tal sociedade onde gostaria de viver.

Disse já que me parecia que poucos estão interessados no meu liberalismo e na minha democracia, e pergunto-me muitas vezes se as instituições que desejo seriam efectivamente usadas como meio de equilíbrio e de paz ou se, a seu pretexto, se reconstruiriam novos interesses e se adaptariam os velhos, e se as estruturas da liberdade não serviriam hoje como expressão e veículo dos humores duma sociedade que na agressão e na violência encontrou o seu quase exclusivo meio de comunicação. De qualquer modo, sinto em mim uma insuperável recusa a desesperar de que seja possível que alguns mais do que eu estejam também a viver esta nostalgia dos valores de convivência, tolerância, harmonia e paz, que permitam ao homem viver com serenidade a sua pequena aventura pessoal, onde talvez seja possível amar e criar.

Não digo que a democracia seja isto e muito menos digo que ela seja um fim. Verifico é que as sociedades necessitam de viver num tecido maleável e complacente, capaz de receber e conter a permanente invenção de qualquer coisa que nos liberte da opção triste, entre a cinzenta formatura da caserna socialista e o alvoroço irresponsável do consumo como razão de viver. A vantagem desse tecido é consentir que publicamente nos interroguemos sobre os nossos colectivos fracassos e que sobre tudo isso tentemos algumas novas propostas.

A democracia seria assim um conjunto de instituições, menos feitas para se substituirem ao homem na resolução dos seus problemas, do que para possibili-

tarem aos homens que, em interrogação e esperança, resolvessem eles próprios os seus problemas.

Quando olho para a sociedade portuguesa tenho algumas vezes a tentação de acreditar que seria possível a correcção dalgumas das nossas instituições políticas de modo a que progressivamente nos aproximássemos dessa sociedade equilibrada.

Foi com este espírito que quis falar na nossa conversa de hoje. Tentar pegar em duas ou três instituições que mais flagrantemente se opõem a esse meu desejo: a designação do poder pelo sufrágio universal, a representação pluripartidária, a independência do poder judicial e das outras garantias do cidadão perante a investigação criminal, a liberdade de informação, e assim.

Marcello Caetano, quase como se estivesse numa aula de Direito Político, explicou-me o que pensa sobre isso:

– "As perguntas que você me faz obrigam-me a repetir-me ou, pelo menos, a dar explicações que acabam por ser uma nova maneira de dizer a mesma coisa. Na verdade, os condicionamentos legais de que você falou e que gostaria de ver retirados para transformar este país, como você acha, no melhor dos mundos, têm todos a sua explicação, – quase sempre conjuntural, aceito, – e foram criados por razões de interesse nacional e, direi até, com o objectivo de garantir e defender o maior número de liberdades individuais, perante os condicionamentos das sociedades modernas em geral e da sociedade portuguesa em particular.

Você sabe, e todos os que o quiserem saber têm elementos para o conhecer, que não tenho nenhuma concepção transpersonalista do estado, que não perfilho concepções políticas que sacrifiquem o homem, a sua vida e o seu destino, a qualquer construção que o

transcenda e à qual seria legítimo sacrificar a liberdade e a vida dum ser humano.

Se defendo a ideia de Pátria é porque considero que é ainda dentro da comunidade que se forma com todos aqueles que falam a mesma língua e viveram e vivem a mesma história, que a pessoa humana pode encontrar as melhores condições de desenvolvimento e equilíbrio.

A propósito, quero dizer-lhe até que a emigração me preocupa e que o Governo procura conseguir que o nosso mercado de trabalho dê a todos os portugueses condições de trabalho digno e justamente remunerado, não tanto por motivos económicos — que são reais mas não catastróficos como muitos apregoam — quanto por entender que o homem, normalmente, só encontra condições para o seu equilíbrio interior e para a sua realização pessoal no lugar onde nasceu e na comunidade onde viveu com os seus pais e os seus avós, com os seus amigos e os seus vizinhos, com determinados costumes e maneiras de ser.

Também, se procuro a defesa de certos valores, aos quais parece que se sacrifica a liberdade e a vida humana: a ordem, a paz social, o trabalho, a propriedade, a defesa do território pátrio — é ainda porque estou convencido que esses valores são necessários à sobrevivência do homem na comunidade onde vive.

A história contemporânea já nos deu ensinamentos bastantes para termos que reconhecer que qualquer ideia-força que esqueça a pessoa humana e a sua dignidade essencial acaba por destruir e degradar o homem e a própria sociedade.

Você acha que esta concepção do homem só é compatível com os princípios chamados democráticos mas eu julgo que, na prática, nem sempre as institui-

ções democráticas foram quem melhor a defendeu; antes, e quase sempre pela sua debilidade e pelos abusos que consentia, expôs a vida e a liberdade humana aos maiores perigos.

Os princípios democráticos que você defende e que gostaria de ver aplicados são os que traduzem a democracia clássica, a que hoje, com certo menosprezo, chamam democracia burguesa.

Até Outubro de 1917 poderia dizer-se que os povos, com as dificuldades inerentes a toda a aplicação histórica duma teoria, estavam a caminhar para aí: o processo político europeu, como já tive ocasião de lhe dizer, caminhava, com maior ou menor facilidade, para a instauração de formas de governo que, duma maneira ou de outra, acabavam por ir ao encontro destas três realidades: a legitimidade do poder justificada pelo sufrágio universal, a representação nacional através da expressão pluripartidária e ainda designada por sufrágio popular directo, e a independência do poder judicial; à margem da sociedade criara-se uma espécie de ficção: um corpo de magistrados que se imaginava fora de todo o processo social e que estaria encarregado de, sempre que solicitado, julgar os actos dos governos, das instituições e dos cidadãos, com a independência de quem estava de fora dum processo em que vários interesses se debatiam.

Com a Revolução comunista de 1917 toda esta construção foi posta em causa, e passou-se a admitir que seria "legítimo", em determinadas circunstâncias, esquecer este processo de organização jurídica de legitimação do poder, dando para isso amplas justificações que vinham, tanto dos defeitos das democracias, quanto das excelências dos fins que os novos governantes se propunham.

Se, por um lado, as instituições democráticas funcionavam de forma muito artificial e constituíam, no

fundo, um simulacro dos respeitáveis desígnios que as informavam, por outro, as ideias da Revolução de Outubro eram extraordinariamente aliciantes. Não é difícil reconhecer que as condições em que vivia a maioria da classe trabalhadora eram um campo fértil à propagação das ideias da revolução, e foi essa realidade concreta, muito mais que o acerto da doutrina de Marx, que facilmente criou núcleos poderosos para os quais os princípios democráticos não tinham qualquer espécie de valor. A democracia, na sua completa pureza e na sua completa ingenuidade, consentia esta situação paradoxal: em nome da liberdade, o comunismo funcionava abertamente nas instituições democráticas mas, no dia em que alcançasse o poder, tinha como primeiro objectivo destruí-las. E mais: isto era verdade naquelas sociedades em que o comunismo não via qualquer possibilidade de, através de golpe de estado ou revolução popular, tomar conta dos seus destinos, pois, quando isso acontecia, não tinha pejo em se poupar às incertezas e às dificuldades de chegar ao poder pelo sufrágio universal.

Paralelamente a esse factor há que reconhecer também que as instituições democráticas não correspondiam às exigências do Estado Moderno. Criadas numa época da história em que tudo estava entregue à liberdade do cidadão, as instituições democráticas, normente no nosso país, mostraram-se incapazes de resolver os problemas postos pelas novas sociedades, que passaram a exigir dos governantes, muito mais do que as garantias do exercício das liberdades individuais, a iniciativa e a execução de tarefas que iam da segurança e da justiça social ao fomento económico.

Este quadro de circunstâncias: de um lado instituições ineficazes para resolver os problemas postos pela sociedade, do outro o comunismo e a sua capacidade

de aliciamento junta à amoralidade dos seus processos – levou a que, muito legitimamente, as sociedades organizassem a sua defesa. Como disse, esta defesa parece-me tudo quanto há de mais legítino. Primeiro porque, objectivamente, o comunismo não é uma forma de governo desejável. É possível que, durante muitos anos, as próprias almas generosas pudessem interrogar-se sobre a conveniência das instituições comunistas face à incapacidade das sociedades ocidentais resolveram certos problemas mas, passados os cinquenta anos da experiência socialista na Rússia e de todos os ramos de socialismo nas chamadas democracias populares, entendo que não é legítimo duvidar das terríveis condições a que a vida e a liberdade dos homens aí ficou reduzida.

Em segundo lugar, porque a ocupação do poder pelo comunismo, num grande país como a Rússia, tornou irremediável e definitiva a sua presença no mundo. O monolitismo despótico a que sujeitou as sociedades, os poderes de que o estado socialista se rodeou, tornam impossível qualquer tentativa de alteração da estrutura política, não hesitando a U.R.S.S., como aconteceu na Checoslováquia, a fazer a ocupação militar de um país, contra a vontade expressa dum povo que se revoltara em uníssono a repudiar a tirania das instituições colectivistas.

Creio que, desde o momento que uma poderosa ideologia totalitária, a pretexto de promessas miríficas de justiça e igualdade, actua numa sociedade com o fim de conquistar o poder, a defesa das liberdades individuais e das liberdades públicas deixou de poder contar com os métodos tímidos e facilmente iludíveis do liberalismo político, tendo antes que contar com a força dum estado consciente dos seus princípios e da sua finalidade e capaz de agir eficazmente por uns e outra."

A isso retorqui, opondo as minhas objecções:

– *"Eu concordo com a maioria das observações que fez, mas não estou muito convencido de que a opção que se entendeu tomar perante os problemas da sociedade portuguesa seja a única nem a melhor.*

Primeiro, não creio que o comunismo alcançasse em Portugal uma maioria pelas urnas nem que encontrasse condições para os seus tradicionais golpes de estado ou para fazer a Revolução popular. Segundo: muitos países encontraram nas instituições democráticas formas de responder aos problemas das sociedades modernas. Terceiro e finalmente, embora eu esteja consciente e pessoalmente aprecie a distância que existe entre as nossas limitações de liberdade e aquelas a que os homens estão sujeitos nas sociedades socialistas, julgo que, se continuamos a adiar a preocupação de restabelecer essas liberdades, nos arriscamos a perder as vantagens que poderíamos tirar de não estarmos numa sociedade socialista, porque não me parece que seja a diferença das instituições económicas elemento valorativo suficiente para optarmos pelas sociedades ocidentais."

Marcello Caetano, ouve-me calmamente, como sempre, e responde logo:

– *"Vou começar pela segunda observação porque ela, de certo modo, condiciona as outras duas. Na verdade, alguns países da Europa Ocidental procuram responder através das instituições democráticas aos problemas que são postos pelas sociedades modernas. No entanto, repare que todos eles têm de comum a existência de fortes infra-estruturas económicas e sociais que lhes permitem suportar os inconvenientes e as perdas de energias que*

o funcionamento pleno das instituições democráticas normalmente acarreta, além de possuirem hábitos de disciplina social que nós infelizmente não temos. A estrutura económica e social portuguesa, independentemente de todos os problemas que lhe são próprios, não poderia aguentar as perturbações que têm afectado a vida das sociedades ocidentais e que quase sempre são provocadas por elementos para quem as instituições democráticas nada significam. Numa sociedade como a nossa, elas forneceriam a esses elementos um meio fácil de destruir a própria democracia.

É dentro dessa realidade que respondo à sua segunda questão: também não creio que o comunismo tenha em Portugal suficiente acolhimento para conquistar o poder pelas urnas, mas já não estou inteiramente de acordo consigo quando diz que não seriam possíveis os golpes de estado e as revoluções. Sempre que uma sociedade atinge um determinado grau de perturbação, o poder fica presa fácil de minorias activas, comunistas ou não, dos golpes de estado e das revoluções. É por isso que entendo necessário preservar a todo o custo a paz civil e social porque, se assim não for, o perigo totalitário em geral e o comunista em particular, não estaria tão longe da vida portuguesa como você pensa.

Quanto à sua última objecção, não posso deixar de me congratular pela consciência que sente, e que não se importa de declarar, da distância entre as limitações postas às liberdades individuais em Portugal e nos países socialistas. E não imagina como aprecio o que me diz pois, pelo que se ouve às vezes, parece que o país está sujeito a uma ditadura férrea, em que os passos de cada cidadão são constante e cuidadosamente vigiados e controlados.

Gostaria de ver essas pessoas em qualquer dos países de Leste, ou dos novos socialismos, para verem

a que espécie de repressão estariam sujeitos se esboçassem sequer as actividades que aqui lhe são consentidas.

A margem de diferença existente entre as liberdades que asseguramos e aquelas que se vivem nos países totalitários é suficientemente grande para que qualquer observador de boa fé a veja e dela tome consciência. O Governo estaria interessado em torná-la ainda maior, mas tem que reconhecer que isso não depende só da sua acção, e gostaria que as oportunidades de abertura que têm sido dadas tivessem sido aproveitadas para o exercício da iniciativa com o gosto da responsabilidade e não para a crítica destrutiva, para a pura maledicência, quando não para a sistemática procura de demolir os valores que suportam uma sociedade, de modo a deixá-la à mercê de qualquer aventura.

Também teria gosto em lhe dizer que os sistemas económicos não são os elementos valorativos das sociedades ocidentais. Tanto mais que penso assim. Mas no julgamento do comum das pessoas esses sistemas pesam decisivamente. As economias socialistas provocaram fortes entraves ao progresso e ao bem-estar dos povos e, se outras provas não tivéssemos, a participação dos operários húngaros e checos nos movimentos de revolta contra a ditadura comunista estaria aí para o patentear. É que das liberdades individuais não podemos excluir o direito que têm os homens à livre iniciativa e à livre aplicação dos resultados do seu trabalho. As sociedades só poderão beneficiar desse exercício de direitos desde que, como acontece com as outras liberdades, os governos tenham instrumentos legais com que possam intervir sempre que a forma desse exercício possa prejudicar o bem comum."

Vou mudar de assunto. E disse:

– *"Há outros pontos sobre os quais o desejaria ouvir. O primeiro é sobre o sufrágio directo. Em certa altura deste livro considerei bizantina a questão de saber "se o poder vem de Deus" mas o facto é que estamos em instituições republicanas onde o problema do sufrágio directo tem que aparecer, e que aparecer com importância. Se falamos em Estado de direito, não me parece que haja outra forma de o legitimar..."*

O Presidente não esperava, segundo vejo, uma pergunta tão concreta nesta altura. Mas o professor acorda logo:

– *"Na verdade, o sufrágio é hoje, no consenso comum, uma forma de legitimação do poder. Mas não podemos considerá-lo como uma verdade universal, como se não houvesse por todo o lado circunstâncias que o desvirtuam ou adulteram. Para um uso correcto do sufrágio é necessário que as pessoas sejam susceptíveis de ser esclarecidas, que haja capacidade de formação de opinião e, finalmente, que haja liberdade de decisão.*

Muitas vezes acontece também que, quando do uso do sufrágio, podem existir condições que provocam um forte clima emocional, com reflexos visíveis quer na formação da opinião dos eleitores, quer na liberdade da sua decisão, de modo a poderem desvirtuar a sua expressão. Perante essas circunstâncias, pode-se justificar o uso do sufrágio indirecto. Poderemos dizer que, se o sufrágio directo assegura uma mais visível ligação entre a vontade do eleitor e o titular da função a eleger, o sufrágio indirecto, retirando o acto eleitoral dum clima de emoção e de paixão, dá por sua vez uma garantia de sereni-

dade ao acto eleitoral que é essencial à formação da opinião e à liberdade de decisão."

—"Os elementos emotivos e passionais que andam à volta do acto eleitoral são grandes, mas julgo que vêm sobretudo do seu pouco uso e das condições especiais em que muitas vezes é exercido. Acho que, apesar de tudo, o sufrágio directo deve ser usado e dá uma força ao exercício das funções para que as pessoas são eleitas que me parece necessária ao próprio uso da função. O caso da eleição do Chefe do Estado parece-me evidentemente daqueles em que o recurso ao sufrágio directo estaria indicado. Perante o nosso sistema presidencialista, a nomeação do Presidente do Conselho cabe ao Chefe de Estado e, já que o Governo não é responsável perante a Assembleia Nacional, é através do Chefe de Estado que ele responde perante a Nação. O sufrágio directo seria assim o meio que se me afigura mais adequado para estabelecer a sua legitimidade. Porque se não usa então, para essa eleição, o sufrágio directo?"

—Se as razões que me dá são importantes e merecem reflexão, também me parece que, nas circunstâncias históricas que atravessamos, a eleição do Chefe de Estado necessita de ser feita num clima de grande serenidade e fora de qualquer contexto passional. A experiência das eleições do Chefe de Estado, em Portugal, por sufrágio directo, diz-nos que, infelizmente, elas foram um pretexto para criar um clima de subversão e agitação que muito se afastou dos concretos fins eleitorais previstos na Constituição e nas leis. O período da propaganda eleitoral era sistematicamente aproveitado para desencadear um processo destinado a destruir as instituições, o Estado e os valores que presidem à sobrevi-

vência social. Temos que reconhecer que essas experiências eleitorais deixaram na sociedade portuguesa feridas profundas que profundamente a afectaram. Não creio que a vida pública portuguesa tivesse beneficiado com isso, e é a ponderação de todas estas razões que me levam a justificar a eleição do Chefe de Estado por sufrágio indirecto, pelo menos enquanto se mantiverem esses factores de perturbação da vida nacional."

– "Eu gostava que falássemos agora um pouco sobre os problemas que andam à volta da eleição de deputados. Primeiro porque considero a representação nacional um elemento de grande relevância na necessária vigilância do uso do poder, de que o próprio poder muito pode beneficiar. Depois porque, dada a posição tomada quanto à eleição do Chefe de Estado, as eleições de deputados ficam sendo o meio mais importante de uso do sufrágio directo e talvez o único pelo qual possamos encontrar uma cada vez maior relação, que julgo indispensável, entre o povo e as formas de poder político. A minha própria experiência como candidato a deputado pela oposição poderia servir-me aqui para testemunhar certas atitudes que me parecem desnecessárias e que prejudicam até o aproveitamento político que o Governo possa tirar das suas vitórias eleitorais..."

Marcello Caetano interrompeu-me:

– "A sua experiência de candidato da oposição não pode servir de exemplo. Você e o seu pequeno grupo aceitavam as instituições e apresentavam-se como elementos dinamizadores dum sistema que não queriam destruir. Mas não creio que seja essa a atitude e o estado de espírito das oposições..."

— "Eu agradeço muito esse reconhecimento mas, já agora, sempre quero dizer que não o fiz por ingenuidade. Eu queria fazer a experiência de ser um exacto cumpridor das regras dum jogo que aceitei, para ver o que resultava. Vi. Tenho pena que as coisas tenham corrido como correram porque me parece — e aqui, sim, aqui funciona a minha ingenuidade — que o acto eleitoral deveria ser uma experiência de educação cívica e até duma desejável participação política. Ora a administração, que é tão ciosa em exigir o cumprimento das leis, tem uma grande complacência e algumas vezes uma evidente colaboração no não cumprimento das leis eleitorais, para que as coisas corram a seu favor. Sei que não é fácil fazer eleições livres, e vou ao ponto de admitir até que os actos eleitorais que se seguem a grandes períodos de compressão desencadeiam formas de demagogia mecânica favoráveis ao triunfo das posições que mais radicalmente se opõem às forças que estão no poder, mas julgo que a administração está em posição óptima para conseguir que o acto eleitoral se revista do civismo que lhe deveria ser próprio. Ora, a luta eleitoral da oposição é um combate terrivelmente desigual. Primeiro é a forma como é feito o recenseamento, segundo é a aplicação unilateral dos próprios mecanismos legais, terceiro é a existência permanente e profissionalizada da A. N. P. contra a improvisação necessária das organizações da oposição, que não podem ter existência legal. Finalmente, é todo um condicionamento psicológico a que as populações estão sujeitas e que fazem com que os candidatos da oposição, ao usarem um direito expressamente reconhecido nas leis, sejam considerados quase como infractores. A minha impressão é que estamos perante um equívoco: que o Governo se vê forçado a legitimar a representação nacional através duma coisa em que não acredita — o voto."

Estava a dizer isto e a lembrar-me do que foram os meus tempos de propaganda eleitoral. Primeiro em 1961: o inesperado que aquilo foi para as pessoas da minha "condição". Depois, em 1969, com o Professor Marcello Caetano já na Presidência do Conselho e o meu querido e saudoso José Guilherme Mello e Castro, na União Nacional.

Lembrei-me daquela boa aventura, onde pus algum entusiasmo mais a generosidade que pude juntar entre os escombros de mim mesmo: aquelas tardes de Outubro, pela Beira-Baixa da fronteira, de Monfortinho a Penamacor, a percorrer aldeias e vilas, com os envelopes dos votos e eles a julgarem que eram cartas de França e, quando dizíamos ao que vínhamos, olhavam-nos, quando nos olhavam, com mais desconfiança que solidariedade.

As folhas dos castanheiros começavam a amarelecer e alguns surgiam, aqui e ali, solitários, entre uma paisagem de árvores baixas, de vindimas já feitas e de pinhais que um vento ainda brando fazia sussurrar. Lembro aquela aldeia, à vista de Espanha, terra de contrabandistas e outros de vida dura, onde um homem – um homem só – nos esperava na largueza do terreiro, a fazer-nos as honras da casa, envergonhado dos outros que passavam, ao longe, e olhavam para o lado, para não verem os cartazes que nós colávamos nas paredes.

Recordo o temor com que falavam aqueles a quem ia pedir para fiscalizarem as urnas e a pressa que mostravam em que eu fosse embora com as suas prontas recusas; e aquele que já tinha aceite e telefonou depois a desdizer-se, porque a mãe desmaiava ao saber da sua "ousadia". Lembro aquele povo de aldeia que injuriou a mulher a quem pedira para distribuir as nossas listas: "tu tiras-nos o dinheiro do Governo..." – e aquela

velhinha, que tinha um filho no seminário, e que avançava de Lista B, quando o povo lha tirou das mãos: "Mas o meu filho disse que estes senhores eram muito bons senhores..." – desculpava-se ela, sem nada compreender.

Depois vinham as cidades e as vilas mais desenvolvidas onde se podia sentir já a colaboração dos que eram capazes de enfrentar ou dos que menos dependiam da estrutura: médicos, advogados e assim – e onde sentíamos o que poderia ser o calor amigo duma aventura comum.

A certa altura, era o desencadear das espertezas das pequenas autoridades: um Presidente da Câmara, com manhas saloias, a querer jogar connosco ao jogo das dificuldades e dos requerimentos. O Senhor Tenente da G. N. R., a evocar textos legais, a abonar-se nos Códigos, a ameaçar com processos: um extraordinário ataque de zelo dava por aquele funcionalismo acima, dos serventes às altas autoridades distritais, com golpadas provincianas, na ânsia de mostrar serviço.

Nas minhas vindas a Lisboa, e com o espanto dos outros da casa, – ia sempre visitar o José Guilherme à sede da União Nacional. Ele recebia-me, alegre e amigo, e ficava indignado quando acontecia contar-lhe coisas destas: "Mas isso não pode ser assim..." E eu, quase a desculpá-los: – "Deixe lá, ninguém lhes ensinou outra coisa..."

Relembro que algumas vezes tive consciência de que estava metido numa luta que pouco tinha já que ver comigo, com as posições e as pessoas a radicalizarem-se duma forma quase mecânica, enquanto lá no fundo, cada vez mais longe, o povo da Beira-Baixa ia fazendo as malas para, por si, resolver a sua vida, deitando-nos, uma vez por outra, um olhar vago e

distante, como nos filmes do Far-West se olham, sem compromisso, os transgressores de lei injusta...

Pensava eu assim quando Marcello Caetano me respondeu:

—"Eu gostaria que você tivesse presente que, no nosso país, o processo eleitoral vem, desde o seu início, inquinado de grandes vícios. Quando, após as últimas eleições para deputados disse que estávamos perante "as eleições mais livres que já se realizaram em Portugal", disse-o conscientemente e medindo bem o conteúdo da minha afirmação. Os fenómenos sociais que aqui normalmente acompanhavam os actos eleitorais desvirtuaram-nos ao ponto de, retomando a fórmula que já usei, o sufrágio ser exercido sem que as pessoas estivessem esclarecidas, sem que tivessem possibilidade de formação de opinião e sem liberdade de decisão. Quando a expressão do sufrágio está assim desvirtuada, é evidente que não acredito no voto. Quando o seu uso é correcto, acredito nele e considero-o a melhor forma de legitimar a representação nacional. Estou certo que, nos sucessivos actos eleitorais, se tem caminhado para o seu aperfeiçoamento. O recenseamento eleitoral tem sido amplamente anunciado por todos os meios de informação e têm-se feito todos os esforços para que qualquer cidadão com capacidade de eleger esteja inscrito nos cadernos eleitorais. A aplicação das disposições legais aos actos eleitorais, entendo que deve ser igual para todos os eleitores e, sempre que assim não aconteça, os tribunais estão prontos a receber as reclamações contra os agentes da administração pelo seu irregular cumprimento das leis. A existência permanente, mas não profissionalizada, da A. N. P., não visa os actos eleitorais..."

Nesta altura interrompi:

— *"Eu preferia que falássemos da A. N. P. quando daqui a pouco tratarmos dos partidos políticos..."*

— *"Como quiser. Quanto ao último aspecto, o do condicionamento psicológico a que, segundo você diz, estariam sujeitas as populações em virtude do comportamento das autoridades para com os elementos da oposição, também não creio que esse condicionamento psicológico se justifique. Os elementos da oposição, no nosso país, fazem a sua vida normal sem ser incomodados, muitos colaboram até, no âmbito das suas profissões, com o Governo ou com os corpos administrativos, e, que eu saiba, ninguém sofreu qualquer espécie de perseguição por ser da oposição. Mas é claro que aqueles que praticarem actividades previstas e punidas na lei penal terão que estar sujeitos ao procedimento judicial adequado, mas não pelo facto de serem da oposição. Mas esses são, como sabe, uma minoria.*

Também lhe quero acrescentar que me sinto obrigado a compreender, embora não aprove, certas atitudes de alguns elementos afectos ao Governo, durante as campanhas eleitorais. Quando há pouco lhe disse que a sua posição de candidato da oposição não podia servir de exemplo é porque, como você muito bem sabe, a atitude habitual das oposições não favorece esse clima de civismo em que seria desejável que corressem os períodos de propaganda eleitoral. Mas as oposições aproveitam-se deles para desencadear uma campanha contra toda a acção do Governo, procurando subverter todas as instituições públicas da Nação. Uma campanha eleitoral de deputados à Assembleia Nacional ultrapassa em muito o que nesse processo seria normal e, se pelo resultado

das urnas ganhassem as oposições, não estaríamos perante uma vitória normal de deputados que normalmente tomariam assento na Assembleia, com o funcionamento regular das nossas instituições políticas. Não. Uma vitória da oposição, a ser consequente com as afirmações e o tom da sua propaganda, seria bem mais do que isso: seria uma autêntica revolução, pois as oposições visam frontalmente as próprias instituições e usam de todos os meios, sem excluir os apelos à violência e à sublevação popular. Este contexto obriga-nos a compreender atitudes como as que você referiu, o que não quer dizer que as aprovemos. No entanto, quero lembrar-lhe que, apesar de todo o clima emocional desencadeado, os actos eleitorais em Portugal, nomeadamente o último, podem servir de exemplo de civismo a muitos países ditos democráticos."

—"Agora vou demorar-me um pouco sobre uma das objecções que fiz e que, no meu entender, condiciona substancialmente o problema da autenticidade da própria representação nacional. É o facto da existência permanente duma organização política, a A. N. P., com os seus quadros e os seus partidários, e a proibição de qualquer outro organismo político partidário. O problema da representação nacional não me é fácil de resolver e dizer que ela deve "respeitar o pluralismo político da sociedade" é usar uma fórmula demasiado vaga, própria para sossegar a consciência dum magistério que não está muito interessado em sair da sua cátedra. Durante muito tempo, julguei que o pluripartidarismo resolveria este problema. Hoje tenho consciência que o sistema de partidos políticos sofre de vícios estruturais profundos, só que ainda não encontrei fórmula que melhor o substituisse. Tudo isto e, evidentemente, muita coisa mais,

são elementos que me levam a conclusões muito pessimistas sobre os termos em que construimos os nossos modelos sociais, nomeadamente quanto à forma como se processa socialmente a relação homem-outro, e cujo malogro, a fase post-hegeliana que se adivinha, abertamente vem revelar. Temos estado metidos num processo mental pelo qual só se admite o progresso em termos de tese e antítese, e, nesse quadro, os partidos políticos seriam a expressão política existencial dessa construção. Hoje, não só se readmite que as formas de progresso humano e de progresso social encontram melhores condições de desenvolvimento pela comunhão e pela cooperação, como também se verificou que, na prática, os partidos políticos se preocupam muito mais em vincar e robustecer as suas posições antitéticas, do que em usar as suas divergências para a construção do progresso comum."

Marcello Caetano responde-me como se este assunto lhe fosse muito familiar e sobre ele tivesse perdido já algum tempo de reflexão:

– "Também me preocupa muito o problema da representação nacional, dado que ele exerce uma série de funções necessárias a uma correcta vida política das sociedades. Em primeiro lugar, os deputados são os porta-voz normais das necessidades e das aspirações dos cidadãos, através dum órgão de soberania. Em seguida exercem, face aos outros poderes e ao próprio desenrolar da vida colectiva, uma função a que você chamou de vigilância do uso dos poderes. Em terceiro lugar colaboram, através das leis de que tomam a iniciativa e das que lhes são submetidas, no exercício do poder legislativo. Em último lugar, é através da representação

nacional que normalmente se formam e se revelam os quadros políticos. Não quero iludir a importância destas realidades nem as dificuldades que lhes estão à volta, mas não creio que seja através das formações partidárias que melhor possamos responder aos seus problemas. Estou convencido até que o processo dos partidos políticos está em franco declínio, perante a evolução das sociedades modernas.

Creio que é preciso demorarmo-nos um pouco sobre este assunto porque as realidades que atrás enumerei, e que lhe estão subjacentes, permanecem com importância, e qualquer delas exige, dos membros da representação nacional, qualidades de inteligência, independência, dedicação à coisa pública, além da consciência constante da sua integração num processo de construção do bem comum.

Ora vejamos como as coisas se passaram no sistema de representação pluripartidário:

À volta do partido político e da sua apresentação ao voto do eleitor estiveram simultaneamente ligadas duas realidades: as ideologias e as personalidades. Os partidos começaram por ser dominados por grandes personalidades, por notáveis que os dirigiam e que de certo modo os incarnavam, sobrepondo-se quase sempre às próprias ideologias. Em Portugal, os partidos eram normalmente conhecidos pelo Partido de Afonso Costa, de António José de Almeida, de José Domingues dos Santos. Em França, durante muitos anos, o Partido Socialista era sobretudo o partido de Léon Blum, o Partido Radical, o Partido de Herriot. No plano local isso era ainda mais evidente: uma forte personalidade local conseguia, muitas vezes, impor-se à melhor ideologia. Mas, a pouco e pouco, as formações partidárias foram apurando as suas construções ideológicas e os seus programas

e o eleitor deixou de escolher um homem que o representasse para passar a escolher uma determinada política.

Esta transformação, que parecia ir ao encontro duma maior promoção do eleitor – ele deixaria assim de escolher um homem que se substituisse à sua vontade para passar a escolher um sistema ideológico a que racionalmente aderira – passou a ser um factor de enfraquecimento das assembleias e um elemento de pulverização duma sociedade. Em primeiro lugar, baixou visivelmente a qualidade dos deputados, e compreende-se que assim tenha acontecido: as personalidades mais inteligentes e mais fortes têm dificuldade em se submeter à disciplina e à construção doutrinária do partido, que é, normalmente, um produto medíocre, ditado pelos seus quadros burocráticos. (Nos partidos comunistas essa realidade é flagrante: constantemente os seus mais qualificados membros são expulsos por "heresia"). Outras vezes, a discordância da orientação programática leva essas mesmas personalidades a fazerem cisões, e pulverizam-se assim as formações e os programas face a um eleitorado atónito perante as mais variadas propostas. Acontece ainda, como já tivemos ocasião de ver, que não só o cidadão normal, o eleitor comum, está quase sempre longe das ideologias e dos sistemas políticos, como, hoje, as próprias ideologias, quer pelo materialismo indiferente a qualquer forma de ideal que tomou conta das sociedades modernas, quer pelo seu próprio fracasso, perderam grande parte da sua capacidade de mobilização. Em que se transformaram então os partidos políticos? Os partidos políticos transformaram-se – e isto parece-me grave – em máquinas eleitorais, em aparelhos potentes lançados à conquista do poder, com vantagens para aqueles que "tecnicamente" estão melhor apetrechados sobre os que melhor poderiam realizar o bem comum.

As máquinas de "conquista do poder" são autênticas "máquinas de guerra" que, após cada campanha eleitoral — após cada "batalha" — deixam um país completamente ferido e retalhado, indefinidamente à procura da sua unidade perdida. As vantagens que uma certa competição poderia trazer ao progresso das instituições e da vida duma sociedade passam para último lugar, perante a preocupação prioritária da conquista do poder, e as oposições que ficam nos parlamentos depressa esquecem as suas funções de representação nacional, de vigilância do uso dos poderes em conformidade com as leis estabelecidas, de colaboração no poder legislativo para, segundo o seu objectivo, se transformarem nos mais poderosos elementos de obstrução da acção governativa do seu próprio país.

Como vê, não me parece que a representação nacional, através de formações pluripartidárias, possa contribuir para que as Assembleias sejam compostas por elementos qualificados, independentes, dedicados à coisa pública e integrados num processo de realização do bem comum, porque a realidade partidária, com todas as suas exigências próprias, se intromete constantemente entre os deputados e a Nação."

— "As considerações que acabo de lhe ouvir não estão longe daquelas que eu para mim mesmo já tinha formulado sobre este problema, mas fica no meu espírito uma realidade bem mais cruel: é que, apesar de tudo, muito mais graves me parecem as consequências políticas e sociais da não existência de partidos e que o chamado Partido Único tem contribuído, tanto ou mais que os partidos múltiplos, para a desagregação das sociedades que a eles se submetem. Pergunto-me se haverá alguma outra alternativa e se, neste quadro, a Acção Nacional Popular não será um Partido Único?"

— "A A. N. P. não tem as características do Partido Único, nem eu desejaria que o fosse. O Partido Único pretende incarnar uma ideologia, seja duma classe, seja duma raça, pretende ser o portador duma concepção política global que, monoliticamente, tenta impor a uma sociedade. A A. N. P., para além dum denominador comum de princípios esenciais à sobrevivência da Pátria como Nação independente e autónoma e dos valores indispensáveis à existência duma sociedade, está aberta a todas as ideologias que respeitem aqueles princípios e estes valores, sem cuidar de saber da sua natureza, dos credos religiosos, das raças, das condições sociais. Mas, sobretudo, pressupõe um estado de espírito: o de colaborar com a administração na realização do bem comum, estado de espírito esse que não significa nem subserviência, nem obediência cega, nem abdicação do direito de pensar, antes exige dos seus membros independência, personalidade e espírito de interrogação. Gostaria que à Acção Nacional Popular acorressem todos aqueles que estivessem empenhados em servir o país, colaborando com o Governo na tarefa árdua de procurar fazer cada vez mais e melhor, mas que acorressem com a sua inteligência e com a sua independência. Quando todos estão empenhados no mesmo desejo de construir, as divergências, a contribuição diversificada de cada um ou dos vários grupos, são elementos que só valorizam o trabalho comum. Creio que isto bastaria para que a A. N. P. não pudesse ser considerada como partido único, mas não esqueça também que, independentemente disso, quer para as várias pastas do Governo, quer para os vários cargos da administração pública, quer para as candidaturas a deputados à Assembleia Nacional, se procura, fora dos quadros da A. N. P., a contribuição de todos aqueles que quiserem colaborar. Só assim julgo

que se torna possível assegurar uma representação nacional que supere os inconvenientes da filiação partidária na realização do interesse colectivo.

Aliás, quero rectificar uma das suas afirmações: a de que, sendo a A. N. P. um partido, é proibido qualquer outro organismo político partidário. A A. N. P. não quer ser um partido, mas uma associação cívica. E tenho mostrado o desejo de que apareçam outras associações do mesmo género. Mas, como disse, criou-se no País esta ideia: ou se apoia o Governo ou se faz oposição... a quê? Ao Governo? Ao regime, à Constituição, à ordem social. Ora para que haja uma vida política sã com carácter pluralista é preciso que os vários grupos competidores respeitem certas regras comuns – acatem os princípios fundamentais da Constituição.

Era nessa base que eu queria ver formadas outras associações cívicas – não a declarar somente nos estatutos que aceitam os princípios constitucionais mas a colaborar lealmente nesse acatamento. E é o que não se conseguiu até agora..."

– "Eu aceito que, em teoria, as coisas se possam passar assim, mas o certo é que, na prática, tudo acontece de maneira diferente. Eu sou o primeiro a reconhecer a dificuldade de resolução deste problema e já tive ocasião de dizer aqui quanto me interrogo sobre a natureza quase patológica de que se revestiu a relação homem-autoridade e muito especialmente a relação homem-estado, nas sociedades modernas. Parece que as pessoas só encontram maneira de se afirmar quando enfrentam e criticam a autoridade e que uma qualquer forma de colaboração com os poderes, quando não participa efectivamente do próprio poder, significa uma diminuição de personalidade. Este fenómeno está genera-

lizado e, segundo penso, esta necessidade psicológica de assumir poder ou contra-poder, é um dos muitos sintomas da fragilidade intelectual e espiritual do homem moderno. Mas também tenho que reconhecer que, não obstante as declarações que tem feito sobre a natureza e os fins da A. N. P., ela continua a ser interpretada como um reduto de conformismo, de reacção ao progresso, de baluarte conservador, e as suas iniciativas de acção são tomadas, na melhor das hipóteses, com uma certa tonalidade "boy-scout" de que as pessoas hoje se defendem. Não sei como será possível modificar esta "imagem de marca" apesar das tentativas que têm sido feitas para a dinamizar e a abrir. De qualquer modo, julgo que o problema da qualidade da representação nacional e da sua independência, bem como o da formação dos quadros políticos, continuam em aberto, à espera de melhor resolução. Uma das maneiras de o conseguir poderia ter sido a experiência dos deputados ditos "liberais" mas parece que ela duplamente se malogrou: nem os "liberais" nem a A. N. P. ficaram satisfeitos. Gostaria que me dissesse o que pensa sobre isso."

— "Acho que a experiência dos deputados chamados "liberais" foi demasiado explorada, o que prova a nossa falta de hábitos de divergência, o que nos faz muita falta. A acção desses deputados foi importante e contribuiram em muito para a dinamização da Assembleia, o que me parece salutar. Não só em muitas das suas intervenções como nos trabalhos das Comissões esses deputados, como todos os outros, desempenharam um importante papel. Mas creio também que, nalguns casos, a actividade e o papel que desempenharam enfermava dum equívoco de base que foi pena que não tivesse ficado oportunamente esclarecido.

A inclusão dos deputados nas listas da União Nacional implicava, não uma quebra de independência, mas a aceitação das instituições vigentes e, dentro delas, dos fins que o Estado se propõe realizar. Ora algumas vezes aconteceu que as posições assumidas por certos deputados poderiam ser interpretadas como um ataque às próprias instituições. No entanto, e mesmo assim, esses deputados puderam fazê-lo, mas não se podem admirar que o resto da Assembleia reagisse contra as suas posições.

As vantagens da dinamização da Assembleia foram, porém, prejudicadas por uma táctica errada de oposição. Eleitos nas listas governamentais, sabendo que o Governo tinha propósitos de liberalização, o que teria sido hábil da parte deles seria louvar cada passo dado nesse caminho e incitar o Governo a fazer mais. Em vez disso empenharam-se em minimizar ou anular as providências liberais do Governo, desamparando os que se empenhavam em adoptá-las e dando-lhes a impressão de não valer a pena o esforço feito. Muita coisa que se fez durante a passada legislatura não produziu, interna nem externamente, o efeito justo e merecido porque os tais senhores deputados cometeram o erro de depreciar totalmente o que se fazia e desmoralizar os que no Governo lutavam por que se continuasse.

E, está claro, o Governo teve de procurar o apoio daqueles que lho não negavam..."

– "Em matéria de sufrágio directo queria ainda tocar num último aspecto: o da eleição dos Presidentes das Câmaras Municipais. Ainda na preocupação de promover uma cada vez mais acentuada participação das pessoas, desde os pequenos aos grandes núcleos, na consciência, na responsabilidade e na gestão dos problemas da comunidade, toma uma particular relevância a descentrali-

zação administrativa e, dentro dela, a vida municipal. Julgo que essa correcção deve ser procurada de modo a que tudo o que possa ser feito ao plano local o não seja ao plano central. A eleição dos Presidentes das Câmaras e das equipas que proponham o Plano de Gestão Municipal podia ser uma fonte de energias postas ao serviço da colectividade. Não pensa que a eleição dos Presidentes das Câmaras Municipais poderia contribuir decisivamente para isso?"

– "Não estou inteiramente de acordo consigo neste ponto. Quanto à descentralização administrativa e à necessidade de passar a maior parte das tarefas para o plano local – o que, em teoria, parece defensável – tudo isso fica grandemente prejudicado pela rarefacção dos quadros locais. As pessoas mais qualificadas acorrem aos grandes centros e os que ficam na província estão, normalmente, tomadas pelos seus interesses particulares. Felizmente que ainda tem sido possível encontrar homens capazes e dedicados à sua região, mas quase sempre sem a disponibilidade de tempo para se entregarem exclusivamente aos problemas da colectividade. Por outro lado, há muitos trabalhos que teriam uma fraca rentabilidade se ficassem pulverizados pelos diferentes municípios. A descentralização que tem sido feita não pode, salvo nos raros municípios mais populacionados, atingir o nível dos concelhos.

Quanto à eleição dos Presidentes das Câmaras Municipais, se a eleição pode ser um elemento de dinamização e uma maneira de despertar energias para serem postas ao serviço da comunidade, a maioria das vezes é um motivo de cisões e de grandes divisões, sobretudo nos meios pequenos.

Não sei se já se deu conta dum fenómeno corrente que acontece na província: divisões criadas, durante os

períodos eleitorais, parecem tornar impossível qualquer forma de colaboração entre adversários. Mas, passado algum tempo e fora de qualquer contexto eleitoral, surge um grupo de trabalho, um movimento cooperativo, uma forma qualquer de trabalho comum de interesse local e é normal ver adversários de ontem juntarem-se quase num milagre de colaboração.

O sistema usado, eleição da Câmara Municipal e nomeação do Presidente da Câmara, parece ser o mais adequado para ir ao encontro dessa realidade. Mas seria bom que as pessoas e os grupos se interessassem e se empenhassem na eleição das Câmaras Municipais, para que estas tenham a representatividade local necessária.

– "Outro problema que não posso deixar de levantar é o da existência dos Tribunais Plenários que constituem, a meu ver, verdadeiros tribunais especiais. Tenho para mim que a especialidade dos tribunais não vem unicamente da disposição legal que assim os define mas que ela existe sempre que os juízes não exercem as suas funções através das formas normais de acesso e promoção mas por directa nomeação e contrôle do executivo. Não estariam os tribunais comuns naturalmente indicados para conhecer e apreciar os crimes afectos aos Tribunais Plenários? E não estariam melhor garantidos os direitos dos cidadãos se a investigação de todos os crimes estivesse entregue às instituições judiciárias normais?"

– "O problema que me levanta não pode ser equacionado sem uma análise serena das realidades. E antes de mais nada permita-me que negue, mas cabalmente, o carácter especial dos Tribunais Plenários. Já veremos porquê.

Aquilo a que chamam crimes "políticos" não são delitos de opinião. Pela expressão correcta da opinião das pessoas não há lugar a crime.

Acontece é que o mundo moderno não está somente dividido em países: está dividido em grandes ideologias, capazes de mobilizar as pessoas para uma actividade subversiva que visa à alteração por meios violentos das estruturas políticas e sociais existentes. Essas ideologias, na medida em que se institucionalizaram politicamente nalguns países, fizeram com que esses grupos passassem a ter a possibilidade de serem concretamente apoiados por eles, na sua actividade criminosa.

Esta realidade deu lugar ao aparecimento dum tipo especial de crime e dum tipo especial de criminoso. Não estamos perante crimes comuns, com as características da directa violação de direitos individuais e da consequente e imediata repulsa por parte das populações, que normalmente acompanha a sua prática. Do mesmo modo, não estamos perante criminosos vulgares, com as características habituais da personalidade criminosa. São grupos que, ao serviço de determinadas ideologias, visam alterar pela violência as estruturas em que assenta a vida duma sociedade.

Ora os Governos têm obrigação de defender as estruturas da sociedade, desde que acreditem nelas, e o Governo acredita nas estruturas básicas em que assenta a nossa sociedade e está seguro que nisso interpreta também o pensar da grande maioria do povo português.

Neste contexto, as sociedade encontram-se perante a necessidade de enfrentar esta nova situação e fizeram-no criando por sua vez um aparelho especial de investigação, repressão e prevenção desta actividade criminosa. O problema não é só nosso: os países que suportam os regimes comunistas o que é que fazem?

Sentem que as ideologias que lhes são adversas podem polarizar núcleos activos que procurem alterar radicalmente as suas estruturas políticas e não usam, para resolver esta situação, um aparelho preventivo e repressivo do direito penal clássico: criaram uma das mais brutais e arbitrárias polícias políticas e as suas instituições judiciárias não têm, neste domínio, a mínima independência e autoridade perante o poder executivo.

O sistema que usamos, ao contrário, reveste-se das garantias da legalidade mas não pode deixar de ter em consideração a natureza especial desses crimes e os reflexos que provoca em toda a instrução preparatória.

Repare que estes problemas não dizem somente respeito à subversão mas a todo o crime organizado, às grandes associações de criminosos. Tudo isso põe problemas novos em relação aos modos de funcionamento das polícias clássicas.

Nestas circunstâncias, o que é que devem fazer os Governos? Perante as bombas que explodiram na base de Tancos, entregar a instrução ao Delegado do Procurador da República da Comarca de Abrantes, para actuar com os meios e as possibilidades de que dispõe para os crimes comuns que ocorrem na comarca? Quando foi o roubo da Agência do Banco de Portugal, na Figueira da Foz, era a própria cadeia comarcã que não oferecia a mínima garantia de segurança para arguidos que faziam parte duma rede estruturada e organizada para a acção subversiva.

O que é que procurámos fazer? Que o aparelho preventivo e repressivo criado tivesse o máximo respeito pelas instituições clássicas sem que, com essa preocupação, lhe retirássemos toda a sua eficácia. Enquanto a maioria dos países mantém, para esta espécie de crimes, tribunais militares, ou especiais, nós entregámos a compe-

tência a tribunais comuns, com magistrados de carreira afectos a funções judiciais normais e nas condições habituais de acesso e promoção, com possibilidade de formação de jurisprudência e as outras garantias de aplicação da Justiça que a Magistratura Judicial pode dar.

Na verdade, os Tribunais Plenários são constituídos pelo presidente dos Tribunais Criminais em Lisboa e no Porto, desembargadores da Relação, e por dois juízes desses mesmos Tribunais Criminais, designados por rotação. São, pois, os Tribunais compostos por magistrados em serviço normal nas Comarcas. A única particularidade que oferecem é existirem só em Lisboa e Porto e concentrarem tudo quanto respeita aos processos de crimes contra a segurança do Estado. Evita-se assim a dispersão dos processos relativos a tais crimes por todas as Comarcas do País.

Também, como lhe disse, as funções atribuídas à Direcção Geral de Segurança, não são específicas do nosso país. Em todo o mundo existem corpos especiais de investigação de crimes desta natureza que procuram enfrentar este novo tipo de actividade das sociedades modernas: a actividade subversiva.

O Governo desejaria que, dentro desta realidade, a instrução preparatória fosse feita no mais curto espaço de tempo e que, quanto antes, o processo apresentado aos órgãos judiciais. E que, sempre que não haja fortes elementos para a pronúncia, esta se não fizesse. Serve-se melhor a Justiça quando não se pronuncia do que quando se absolve."

—"Mas eu não posso deixar de reagir quanto à existência dessas organizações especiais de polícia. Creio que as polícias políticas deixarão, na história do nosso tempo, um traço bem negro..."

– "O problema das chamadas polícias políticas que, nos sistemas totalitários, dão lugar à prática de tantos crimes, não se põe no nosso país. Porque esse perigo não vem das funções que elas exercem – os governos têm todo o direito de organizar uma investigação especial para a defesa das instituições da sociedade quando estão perante formas especiais de actividade criminosa. O perigo está na importância que essas polícias ocupam na vida política daqueles países, tornando-se um novo poder, ao lado ou acima dos demais poderes do Estado, sem o mínimo controlo das instituições políticas normais. Essas polícias funcionam na maior arbitrariedade e, muitas vezes, com capacidade de pressão e de actuação sobre os próprios poderes do Estado.

A Direcção Geral de Segurança é um corpo de funcionários sujeitos à disciplina das leis a que está sujeito todo o cidadão, integrado num Ministério de cujo Ministro depende e perante o qual é responsável e cuja actuação deve ser exercida com exacto cumprimento das normas estabelecidas.

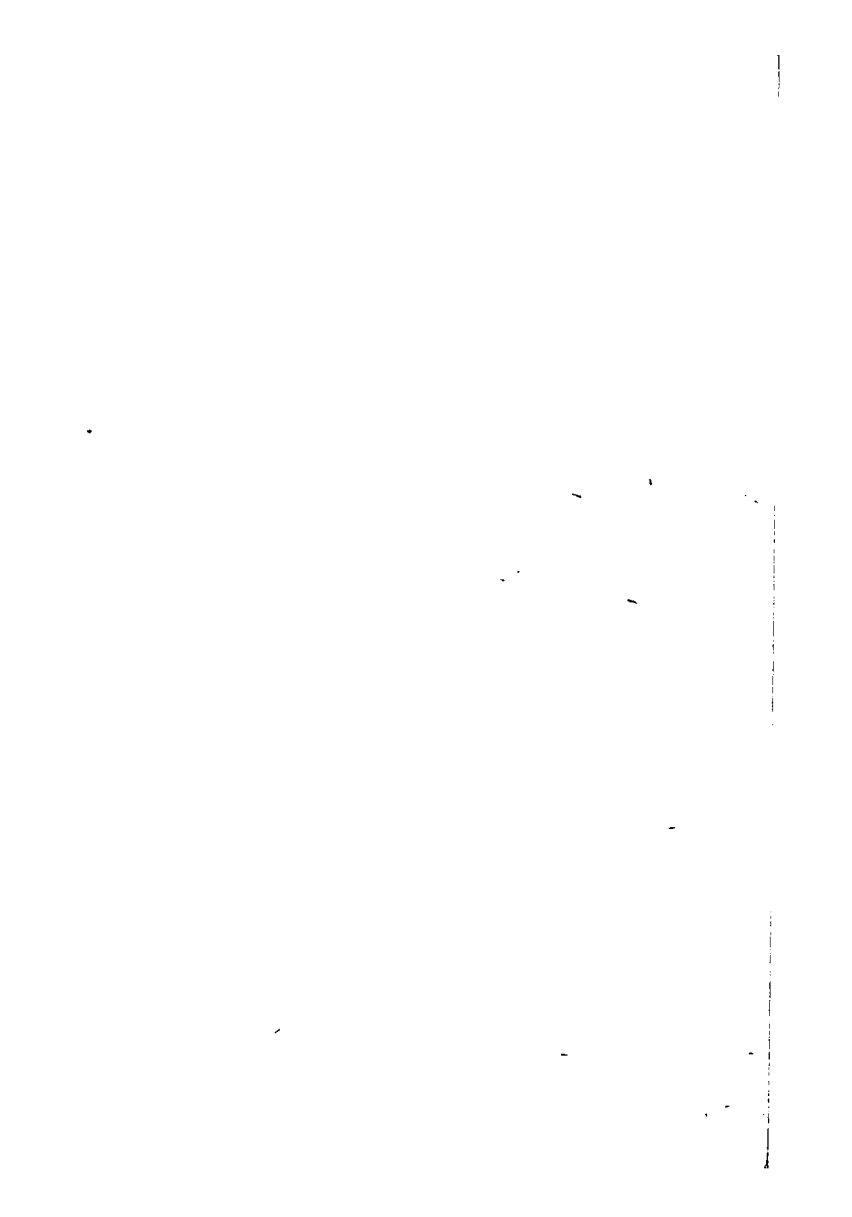
Comparar a sua actuação com a actuação das polícias políticas dos sistemas totalitários ou é um desconhecimento total das suas condições de actuação ou é uma tentativa de denegrir um serviço público que, no meio das maiores dificuldades e da maior incompreensão, procura actuar contra as organizações poderosíssimas do crime internacional e velar pela segurança das instituições políticas, imprescindíveis à normalidade da vida do cidadão."

– "Eu ainda, dentro desta matéria, gostaria de fazer algumas perguntas sobre o problema da informação e sobre a liberdade de imprensa, mas já é tarde e talvez seja melhor deixar isso para outro dia.

Sinto é que não tive muita sorte com as minhas perguntas de hoje, porque para nenhuma das preocupações que elas traduziam encontrei uma grande receptividade. Não é que não pese nem dê importância a muitas observações que me fez, mas julgo que é por aqui que temos que encontrar uma saída para desbloquear um pouco a nossa sociedade política. Também não atribuo todas as responsabilidades ao Governo, mas não sei em que medida é que uma maior maleabilidade das nossas instituições políticas não teria reduzido a tensão e a radicalização em que muitas das oposições se colocaram. Não sei. Sei é que, felizmente para mim, estes problemas não têm já hoje a importância que tiveram. Aqui há alguns anos atrás eu teria saído, duma conversa destas, muito decepcionado..."

— "Receptividade teve-a toda... Não teria ouvido era as respostas que desejava mas, em consciência, são estas as que tenho que lhe dar. Se lhe serve de alguma consolação, devo dizer-lhe que muitos dos problemas que levantou continuam a fazer parte das minhas principais preocupações: o bom uso do sufrágio, as melhores condições de independência e de autenticidade da representação nacional, a dinamização a vida local, a formação dos quadros políticos... Não julgue que são problemas que dou por resolvidos. Só que, a meu ver, os outros não os resolveram melhor que nós. Vamos supor que os seus desejos se realizavam e que as nossas instituições se modificavam no sentido que você preconiza. Teríamos conseguido a tal sociedade harmónica e equilibrada que você tanto desejaria? Estou certo que não. Estou certo que continuaríamos com os mesmos problemas e que se levantariam outros, maiores e mais graves, para a liberdade dos homens e para a harmonia das sociedades.

As sociedades modernas estão em crise — é já um lugar comum. Mas repare que os reflexos que essa crise tem provocado não vão no sentido da concessão de maiores liberdades mas,. ao contrário, do reforço contínuo da autoridade do Estado e da força das instituições. Esta é uma tentação contra a qual os governos têm que se precaver: usar a autoridade necessária, mas essa só..."

Tínhamos chegado à porta e despedi-me. Já na rua, desenhei mentalmente um mapa do mundo, como aqueles das escolas: "Mapa-mundi-Geografia Política", com os vários países, com as várias cores. Andei por ali, um por um, à procura da tal sociedade harmónica e tranquila, digna de viverem os homens... E entrei em casa, conformado que não confortado, com tudo o que vamos vivendo... E, no fundo de mim mesmo, não desisti do "jeitinho" a dar a isto, para que possa ficar "o último lugar do mundo em que ainda se pode viver"...

– VI –

Um dos problemas que me põe o carácter pessoal destas nossas conversas é a dificuldade que muitas vezes tenho em saber onde acaba a declaração que vai ser publicada e onde começa o desabafo pessoal. O certo é que, às vezes, naquelas tardes de sábado, tenho a sensação de estar com alguém a quem o trabalho de toda a semana muito fatigou e que aproveita a minha presença para uma conversa descomprometida, que o descansa um pouco. Não sei a que propósito, naquele dia, em que eu vinha disposto a falar na lei de imprensa, começámos a falar sobre a Igreja, mas lembro-me que, a certa altura, se referiu à análise que, no meu livro *Peregrinação Interior*, eu fizera da situação religiosa da minha infância. E disse-me:

– "Quando li o seu livro e reparei como foi a sua meninice sob o aspecto religioso disse para comigo como a minha vida religiosa foi diferente, sem pietismos vulgares, sem crendices, com uma visão larga da Igreja e a inteligência da liturgia. Para isso decisivamente contribuiu uma pessoa extraordinária que, infelizmente, nem sempre foi compreendido no seu tempo como merecia.

Refiro-me a Monsenhor Pereira dos Reis. A ele devo muito da minha formação religiosa. Fiquei ligado a este homem por uma grande amizade e uma grande gratidão. Era daquelas raras pessoas que, sem qualquer espécie de pressão, marcam pelo seu exemplo, até pela sua presença, todos aqueles que com elas convivem. Há uma geração de padres — os que andam agora à volta dos cinquenta anos — e que ele formou no Seminário dos Olivais, e que se distinguem pela maneira como concebem e exercem o sacerdócio.

Cada vez que encontro algum deles, sinto, pela forma como se lhe referem, a grande importância que teve nas suas vidas. Quando morreu deixou-me o seu anel de Cónego mitrado (era arcediago da Sé de Lisboa), que conservo como uma herança preciosa."

Saíu da sala onde estávamos e voltou pouco depois com um anel nas mãos: uma ametista barata encastoada numa armação de prata. Sentou-se outra vez e continuou, comentando como habitualmente o faz, com frieza e distância, situações que lhe parecem inevitáveis.

—"Você acha que as crises são frutuosas: eu acho é que elas revelam sobretudo um estado de doença, e a doença nem sempre se cura, e a cura nem sempre robustece o organismo... O que me parece grave na crise da vida religiosa é que ela está procurando os seus remédios em realidades que pouco têm que ver com o fenómeno religioso e que, por outro lado, pôs de parte a reflexão sobre os seus elementos essenciais.

Quando lhe disse que muito devo a Monsenhor Pereira dos Reis, foi porque com ele aprendi a reconhecer o sentido profundo da relação religiosa, a força essencial da palavra revelada, o significado dos ritos,

a vivência moral da doutrina. Aquilo a que você chama o folclore religioso esteve sempre fora da minha concepção de viver a Fé.

Em 1910 houve uma grande crise na Igreja, de que vivi ainda o rescaldo. Mas a diferença que havia entre o que então se passou e o que se passa agora, é que, enquanto nesse tempo predominavam nos padres as crises de comportamento, hoje a crise atingiu a própria estrutura da Igreja e do fenómeno religioso. Houve padres que apostataram, mas por motivos morais: a tentação do mundo ou da carne, de que fala o catecismo. Mas quase todos esses homens permaneciam profundamente ligados às suas convicções religiosas. Lembro-me dum antigo professor meu que fora padre e um dia encontrei à porta da igreja de São Sebastião. Ia a entrar e cumprimentei-o. Ele, com certa alegria mas com acanhamento, disse-me que as filhas, lá dentro, faziam a primeira comunhão. E acrescentou:

—Por mais que eu faça não consigo descrer da Eucaristia...

A crise da Reforma, no tempo de Lutero, foi fundamentalmente uma crise de consciência cristã. Ao passo que a crise da vida contemporânea é, em grande parte, uma consequência do desvio das motivações essenciais duma comunidade religiosa, eu atrever-me-ia a dizer que é uma crise de fé..."

— "Considero esta crise benéfica, o que não quer dizer que não tenha implicações muito fortes no equilíbrio de toda a sociedade. Julgo que a maneira como o fenómeno religioso estava a ser vivido, na sua dimensão colectiva, nomeadamente em Portugal, tinha necessariamente que ser posto em questão. A falta de reflexão vivida sobre as razões essenciais do fenómeno religioso —

a procura duma ligação exigente como mistério do transcendente – deu naturalmente lugar à debilidade das estruturas em que o fenómeno religioso estava a ser vivido e, a pouco e pouco, a vida religiosa das pessoas estava a processar-se quase exclusivamente em forma de "espectáculo". Ora eu julgo que não é possível manter por muito tempo uma comunidade unida "por formas de espectáculo". Não só na religião, como na política, e julgo que até no próprio fenómeno teatral. Parece-me positivo que uma comunidade se recuse à passividade do espectador e que contra isso reaja, mas o que me parece também é que as procuras que estão sendo feitas se desviam muito daquilo que ao fenómeno religioso é fundamental. Os católicos que se dizem "conscientes" procuram muito mais a sua coerência nos esquemas "sociais" oferecidos pelas sociedades modernas para sossego das consciências inquietas, do que na procura duma ligação vital com o transcendente. Ora, isto é, a meu ver, uma fonte de grandes equívocos, que vão do "progressismo" e da formulação "cristã" duma "moral de violência", até ao recurso a essa coisa híbrida a que chamam "democracia cristã": uma simbiose entre a "bondade" beata das velhas sacristias e a astúcia dos velhos políticos. É evidente que tudo isto e o seu carácter "efémero" é mais um elemento que provoca o "niilismo" para que caminhamos, para o vazio que se cava à volta de cada ser humano. Mas tenho esperança de que a desesperada consciência deste vazio possa levar a uma concreta reformulação do fenómeno religioso."

Marcello Caetano ouve com paciência estas minhas divagações sobre uma realidade que sempre me faz tomar algum calor, e talvez por causa deste meu calor, deitou um pouco de água na minha fervura:

—"Acho que você exagera um pouco: Estou certo que, dentro da Igreja, continua uma forte e importante corrente de fidelidade à mensagem de Cristo, e que é nesssa fidelidade que podemos confirmar a promessa de vida eterna a que Cristo ligou a sua palavra. Deixe lá os fenómenos marginais, que fazem muito barulho, que criam grandes problemas, que são os principais responsáveis por esta situação de crise em que a Igreja se encontra e por esta tentação de fazer entrar a Igreja na política concreta. Eu, que considero muito importante a presença dos católicos nas responsabilidades públicas, não vejo, como a Igreja, como tal, o possa fazer. A Igreja é, fundamentalmente, uma comunidade de consciências, e as consciências dos homens são, por sua natureza, independentes nos seus juízos terrenos. Por outro lado, nem sempre a moral cristã pode pautar os comportamentos políticos. O cristão, quando lhe baterem numa face, deve oferecer a outra. O governante, não. Seria importante, está claro, que as sociedades fossem tão intensamente cristãs que ninguém tomasse a iniciativa de bater na face alheia. Mas enquanto não for assim, à agressão tem que corresponder a repressão. Para quem, como eu, trabalhou dezenas de anos numa escola, a grande reforma a fazer no mundo não é das estruturas, mas das mentalidades, é a reforma do homem. Sem isso, nada feito. E se o homem é, como a doutrina católica ensina, um misto de bem e de mal, com o pecado original sempre a mordê-lo, não se podem deixar de tomar as precauções necessárias na ordem social para que o mal não prevaleça sobre o bem."

— "Eu estou de acordo com o que acaba de me dizer, mas não posso deixar de acrescentar que, na medida em que a sociedade portuguesa funciona em quadros

mentais que estiveram durante muitos séculos moldados pela forma como aqui se viveu o catolicismo, não podemos deixar de reflectir sobre a maneira como ele se processou e sobre as boas ou más consequências que daí resultaram."

Marcello Caetano não me disse que sim nem que não, o que é uma forma de me dizer que sim... ou que não. Eu tomei a iniciativa de mudar de assunto porque me sinto demasiado marcado pelo catolicismo para conseguir falar com frieza sobre ele. Tenho para mim que, um dia, reencontraremos formas de religiosidade, mas não sei se o "catolicismo de massa", para que estamos caminhando, nos dará as melhores respostas. Creio que a nossa civilização não esgotou de modo nenhum as escondidas riquezas da religião cristã, que a crise do catolicismo tem passado à margem da sua razão de ser essencial e que a sua procura faz parte de certos "mistérios" pessoais e sociais sobre que me parece necessário refelectir, para que possamos abrir novas perspectivas ao homem e ao seu contexto comunitário. Porque estava a pensar nestas coisas, pareceu-me natural que falássemos da cultura, desta complexa realidade a que hoje as novas sociedades se agarram, na tentativa de enobrecer as suas pobres motivações. Achei que era importante saber o que sobre isso o Professor Marcello Caetano pensava, e comecei:

–"Queria agora falar sobre a cultura porque é um fenómeno cujo relevo me parece cada vez mais evidente. Desculpe-me se me vou demorar um pouco sobre este assunto antes de o ouvir, mas gostava de explicar como vejo este problema.

Julgo que um dos males mais graves das sociedades modernas é o da destruição do seu tecido social. O peso das estruturas políticas e económicas dilaceraram-no de tal

modo, que me parece cada vez mais difícil encontrar a moldura e a expressão duma comunidade e que, em consequência disso, o homem vai ficando progressivamente reduzido a uma medida numerada: a uniformidade progressiva dos contextos sociais faz com que o homem possa indiferentemente viver em qualquer lugar do mundo. Este processo, que tenho que reconhecer que foi motivado pelas opressões evidentes em que ele vivia, provocou, por outro lado, uma extraordinária redução do ser humano e outras, não menos graves, formas de opressão. Ora, como noutro dia me dizia, eu considero também essencial para o desenvolvimento do homem que a sua vida se processe num contexto que possa definir uma comunidade com uma específica razão de ser. O progressivo desparecimento das fronteiras económicas, a formação dos grandes blocos políticos, são consequências directas daquele processo, e eu pergunto-me como será possível reconstruir as fronteiras duma comunidade. Penso que talvez a cultura. Não a forma aristocrática da cultura "cultivada" e erudita, mas qualquer coisa que não sei exactamente definir e que talvez seja a redescoberta vivida dum certo "espírito" próprio duma situação de estarmos numa vida comum. Ora, na expressão cultural, não obstante as suas aparentes contradições, subsiste, natural e profundamente, sem agressão nem conquista, a procura e a contribuição decisiva para a própria expressão nacional que não é, a meu ver, uma soma de acontecimentos históricos avulsos, fastos e nefastos, mas a integral que se exprime através da expressão duma cultura; e é essa realidade que afinal nos coordena e nos torna irremediavelmente interdependentes e solidários. Talvez eu exagere, mas considero que, hoje, a questão da cultura é uma questão de sobrevivência nacional. E não me parece que

aqui alguma vez este problema tenha sido encarado como merece."

Marcello Caetano ouviu com atenção o que eu disse e respondeu-me:

– *"Não digo que você exagere, mas entendo que devemos compreender as razões por que os mecanismos sociais assim funcionaram e os governos assim procederam.*

Tenho consciência da importância das motivações culturais e você sabe muito bem como lhes sou sensível, mas, muitas vezes, as sociedades têm que protelar algumas realidades essenciais perante a premência e a importância imediata de outras, às vezes menos qualificadas. É o caso da Política e da Economia. Uma sociedade não pode manter-se sem um aparelho que organize as formas de autoridade e de lei, e sem um sistema que procure acudir à subsistência das pessoas. Dê você as voltas que der, mas estas realidades são prioritárias. Isto é bastante prosaico, mas é assim.

Por outro lado, você está constantemente a acusar os Estados modernos da sua tendência para se meterem em tudo: parece que o domínio da cultura é precisamente o último em que eles se devem meter..."

Eu interrompi:

– *"Queixo-me da vocação tentacular dos Estados modernos e da demissão dos homens, mas tenho que reconhecer que isso é um facto. Ora, perante essa realidade, gostaria que os Estados, tomando consciência da incomodidade do seu peso, procurassem ajudar a preparar e a refazer corpos intermédios que, progressivamente, os aliviassem da sua autoridade. Quando digo isto*

estou a pensar no apoio que pode ser dado aos movimentos cooperativos, às formas de autogestão, à intensificação da vida municipal e a outros meios de participação responsável. Julgo que as relações entre o Estado e a cultura devem obedecer a critérios semelhantes. Ora, uma primeira reflexão sobre essas relações deixa-nos observar, da parte dos Estados, duas espécies de atitudes.

A primeira é uma indiferença do poder em relação à criação cultural. Neste caso a política cultural exprime-se, quando existe, por uma atitude passiva, inventariante, simples receptadora, dos instrumentos da cultura sobre os quais o tempo tornou indiscutíveis os juízos culturais. Esta não-intervenção dos poderes em relação aos contemporâneos vem, não tanto da consciência de salvaguardar a sua independência, quanto da hostilidade recíproca entre os poderes e os intelectuais. Também julgo que esta situação de animosidade é explicável porque, perante sociedades economicamente menos desenvolvidas, há a tendência para se desviar a criação cultural para os problemas humanos inerentes a essas situações, e a preocupação da política, da economia e da sociologia, que estaria atrás da resolução dessas situações, acaba por fazer exprimir a criação cultural duma forma retórica e académica, agressiva para com os poderes, como se a cultura fosse a expressão propagandística das ideologias. Perante isto, há a tentação de definir uma política cultural pelo culto dos antepassados, nem sempre literários, e, no presente, pelo reconhecimento e pelo apoio à retórica panegirística dos valores estabelecidos ou, pelo menos, conformistas em relação a eles. A meu ver, estamos perante duas formas de retórica que se processam ao lado da cultura.

Uma segunda atitude a que assistimos é a da intervenção totalitária na definição e no controlo da expressão

da cultura e que teve no estalinismo e no nazismo as suas expressões mais grotescas. A cultura está subordinada a uma política global e total, modificadora da sociedade, consequentemente, da própria cultura, o que leva a subordiná-la à política e a englobar o problema cultural no problema político.

Ora eu gostaria que um Estado, que tomou sobre si a responsabilidade da existência das condições, quer imediatas quer profundas, de sobrevivência duma sociedade, tivesse consciência do papel que cabe à criação cultural e que, sendo, ética e empiricamente, a cultura policultura, ela só é possível em quadros de pluralismo cultural. Não vejo é uma intervenção do poder político no apoio às condições de criação cultural, sem imposição do seu conteúdo e sem dirigismo na criação; numa atitude respeitadora da criação e das instituições culturais espontâneas."

O meu Professor, que até aqui me estava a ouvir com atenção, creio que me passou a ouvir também com paciência e comentou:

—"Você fez uma exposição sobre as atitudes do poder político face à criação cultural que considera possíveis e lamenta-se de que se não tenha tomado a terceira posição. Gostaria que víssemos primeiro como é que, ao longo da História e não através do julgamento que agora fez, foram vivendo e cohabitando esses dois fenómenos: o poder político e os criadores de cultura.

Durante muitos anos a criação literária e artística floresceu à sombra do poder. A genialidade não era então incompatível com as formas de poder, mesmo do poder tirânico. A certa altura da História, a vida intelectual foi-se separando e tomando uma posição

crítica que levou às formas de hostilidade que muitas vezes existiram entre ambos.

A ausência duma política cultural, aquilo a que você chamou a indiferença do poder em relação à criação cultural, era um fenómeno consequente ao Estado liberal que não tinha política nenhuma: não tinha uma política económica, não tinha uma política social. Tudo estava entregue ao "laissez faire".

Foi nessa situação que, durante muito tempo, viveram os intelectuais e os artistas, e ninguém imaginava que eles pudessem viver doutra maneira, e nem eles decerto o quereriam. A cultura era, naturalmente, criada e vivida sem intervenção do Estado, numa atitude cada vez mais crítica das instituições. Foi a vida intelectual, em julgamento permanente sobre a realidade social, que deu origem às ideologias.

Esta situação foi-se mantendo mas, com o aparecimento do Estado Moderno e da sua capacidade de intervenção, as duas atitudes que você enunciou tiveram então lugar.

Ora eu julgo que a zona da cultura é das zonas mais complexas da vida social e gostaria que tivéssemos presentes algumas das suas muitas dificuldades.

A primeira é a que, normalmente, os "contemporâneos" têm em reconhecer um "génio". Se, de certo modo, a genialidade se caracteriza pela inovação nos quadros culturais duma sociedade e pela consequente antecipação, a ausência deste reconhecimento imediato é uma consequência da sua própria natureza.

A segunda dificuldade é que os criadores de cultura se definem essencialmente pela criação que já fizeram, independentemente da preparação e do apoio que as sociedades lhe possam dar. Se queremos um engenheiro ou um médico, é possível prepará-lo para isso. Um romancista não se pode ensinar: é o que escreveu e escreve

romances. Um poeta, é o que fez e faz poesia. Um investigador de história, é aquele que investigou e investiga. É verdade que as sociedade podem favorecer e facilitar ou dificultar e impedir as manifestações da sua expressão, mas primeiro têm os criadores que mostrar o seu trabalho.

Uma outra dificuldade vem das relações a criar com o poder e das dificuldades que daí podem advir. Eu também não acredito numa arte sistematicamente subsidiada. Os apoios oficiais criam naturalmente, nos artistas, uma situação de dependência que age, ainda que subtilmente, sobre a sua independência criadora. Por outro lado, e também naturalmente, o poder tem alguma dificuldade em apoiar e ajudar quem frontal e sistematicamente o ataca.

Finalmente, também não quero deixar de lhe chamar a atenção para o facto de existirem certas formas de expressão de cultura nas quais é muito difícil determinar onde acaba a cultura e onde começa o planfeto, o ataque determinado às instituições, o detonador da perturbação social, que os governos não podem consentir.

Este conjunto de dificuldades, além doutras mais que existirão, tornam este problema muito complexo e requerem, muitas vezes, mais uma solução de bom senso do que a definição duma determinada política cultural, o que não quer dizer que se não venha a tentar.

As conclusões que poderemos tirar daqui são várias. A primeira é que temos que nos conformar com o não reconhecimento imediato dos "génios". Nem pelos governos nem pelas próprias sociedades. Mas essa não é a conclusão pior porque, se, por um lado, os "génios" são raros — não creio que haja um "génio" em cada século —, por outro, a sua força acaba por vencer as barreiras sociais que o não reconhecem ou que se lhe opõem, embora isso às vezes demore muito tempo.

Por outro lado, e com a consciência plena da "impopularidade" do que lhe vou dizer, gostaria de lhe chamar a atenção para o seguinte:

Você sabe a importância que a cultura tem para mim, especialmente tudo o que anda ligado à palavra escrita. O livro tem sido um companheiro constante da minha vida. Gosto muito de livros, devo aos livros muito daquilo que sou. Li sempre muito e ainda hoje, como lhe disse já, uma parte do meu dia é reservado para a leitura. E não é só a leitura, é o próprio objecto-livro: vivi sempre rodeado de livros, e julgo que teria alguma dificuldade em viver doutra maneira. Sinto-me assim à vontade para lhe dizer que existem momentos, felizmente raros, de inevitável fricção entre o poder político e os criadores de cultura. Os governos são responsáveis pelas condições presentes duma sociedade. Os intelectuais contribuem decisivamente para a formulação das sociedades futuras. Os governos têm a responsabilidade da realidade imediata e das condições concretas e possíveis de realizar o bem comum. Os intelectuais fazem os seus juízos desligados de formas imediatas e concretas de acção. É possível realizar com harmonia o convívio entre estas duas importantes funções sociais. Isso exige dos poderes a compreensão da missão dos intelectuais e exige dos intelectuais, também, uma melhor compreensão das dificuldades inerentes à missão de quem trabalha sobre a complexidade e a imponderabilidade do real. São duas zonas de responsabilidade que algumas vezes podem colidir. Você já uma vez aqui lembrou a questão das Conferências do Casino. Independentemente dos juízos sobre o conteúdo profundo das conferências, temos que reconhecer que há momentos em que a responsabilidade imediata dos governos tem que enfrentar as acções dos intelectuais, às vezes as suas próprias

responsabilidades. Mas isso não quer dizer que se não reconheça a importância da sua missão. Quando eu era Ministro da Presidência realizou-se a exposição dos "Trinta Anos de Cultura" e lembro-me de ter recomendado então que dela deveria fazer parte toda a produção cultural qualificada que, durante todo esse tempo, se verificara no nosso país, independentemente de ser ou não favorável ao Governo. Sei que, nessa altura, alguns me acusaram de maquiavelismo, quando essa minha decisão era uma consequência natural da convicção em que estou de que os instrumentos de cultura fazem parte do património cultural da Nação, independentemente das posições circunstanciais assumidas face ao poder estabelecido.

De qualquer modo, não quero também deixar de lhe dizer que quando se acusa o Governo de ter impedido a acção cultural, nomeadamente na literatura, julgo que se comete uma grande injustiça. As condições do nosso mercado intelectual não são as melhores, mas são as condições do trabalho intelectual em geral, e não as dos escritores de esquerda. De resto, veja como nas décadas de quarenta e cinquenta o realismo socialista, e nem sempre da melhor qualidade, se pôde expandir em Portugal quando, nos países socialistas, escritores da craveira de Soljenitsyne, lutam com as maiores dificuldades.

Também não estou convencido de que o sistemático afrontamento dos intelectuais em relação ao poder seja a única forma de expressão cultural. Mas parece que se estabeleceu que sim. O tempo nos dirá um dia se, com a preocupação de valorizar sistematicamente os escritores de esquerda, não se está a esquecer o trabalho, a seriedade e a qualidade cultural de outros. De qualquer modo, tenho, no Governo, tido a preocupação de evitar que os escritores, nessa qualidade, sejam perseguidos por motivos políticos.

– "Por motivos políticos creio que não, mas um livro que considero culturalmente muito importante foi retirado da circulação e os seus autores vão responder em tribunal..."

– "Não conheço o livro a que você se refere. Mas se me diz que os autores vão responder em Tribunal é porque o Ministério Público encontrou razões para acusar, e essas razões têm de provir do Código Penal. Não é ao Presidente do Conselho que compete promover a acção criminal e, quando esteja em curso, não tem poderes para a suspender. O assunto, como você diz, está entregue ao Poder Judicial. A ele caberá apreciar e decidir. Poderia lavar daqui as minhas mãos, mas gostava de lhe chamar a atenção para um assunto que me parece importante e que muitas vezes se não tem presente. E falo no campo dos princípios: um escritor não tem, não pode ter, um estatuto de irresponsabilidade perante as leis do seu país. Há, às vezes, a impressão de que tudo é permitido a um escritor, mas não: pela exigência da própria função que exerce, o escritor é especialmente responsável para com a sociedade. Essa responsabilidade mede-se, numa primeira apreciação, em relação às leis escritas que pautam as relações da sociedade em que está. Na apreciação e na interpretaçaao concreta da situação criada poderão entrar em linha de conta, a par das ofensas objectivas às normas estabelecidas, as circunstâncias, as motivações, as razões e até uma especial concepção de assumir essas responsabilidades..."

– "Eu não estou a reclamar para o escritor um estatuto de irresponsabilidade nem creio que a maioria dos escritores portugueses o desejassem, nem muito menos entendo que, submetida uma situação concreta à apre-

ciação dos tribunais, dela se retirasse sem ser pelas vias normais. Preocupa-me é uma atitude que parece desconhecer a importância da função exercida pelos escritores nas sociedades, que deviam procurar encontrar nos valores do espírito, e não na força, a sua razão de ser. Que o Estado não se preocupe em espalhar, pelos meios de comunicação mais intensos, espectáculos como o das eleições das misses, e considere dentro da sua missão submeter a apreciação judicial fragmentos duma obra literária, incompreensíveis fora da unidade da sua expressão e, consequentemente, dela inseparáveis, eis o que me parece revelar uma total incompreensão do fenómeno cultural e a sua inevitabilidade de ter, muitas vezes, de se preocupar com os aspectos mais escondidos e menos previsíveis da pessoa humana e dos seus comportamentos."

– "Creio que não nos interessa aqui estar a apreciar casos concretos, mas os princípios que presidem às várias situações sociais. E esses não tenho dúvidas que obrigam os escritores a ser responsáveis perante as leis estabelecidas e a sujeitar aos tribunais, sempre que necessário, a apreciação concreta dessas responsabilidades."

Eu não quis ainda mudar de assunto, pois estava especialmente interessado em falar e ouvir sobre alguns aspectos da condição do escritor em Portugal. Por isso disse:

– "Eu sei a importância que a cultura tem na formação e na vida do Sr. Profressor e a consideração que os criadores de cultura lhe merecem. Ora, eu considero como infra-estrutura indispensável da cultura, a par da democratização do ensino, a liberdade de expres-

são artística. Sendo assim, parece-me natural que os escritores sejam democratas, pois se numa sociedade os escritores não forem democratas, não o serão de certo os chefes da polícia. Eles reagem na defesa dum aspecto importante da sobrevivência da cultura... Mas parece-me que temos que ter consciência dum outro lado da questão. Se reconhecemos a importância da missão dos intelectuais, a sociedade, e o Estado que a representa, deviam assegurar condições para que eles pudessem cumprir a sua missão. As sociedades, porque precisam de engenheiros e de médicos, não hesitam em fazer fabulosos investimentos na sua preparação e retribuem (e de que maneira!) o exercício dessas profissões. Na vida dos intelectuais e dos artistas o panorama é, nesse aspecto, desolador.

Um actor, para conseguir sobreviver, tem que começar às tantas da manhã a gravar diálogos para a rádio, à tarde tem que ir ensaiar para a televisão, à noite tem que correr para o teatro, para representar. Um escritor tem que ser funcionário público, corporativo, bancário, sei lá o quê e, nas poucas horas que lhe restam, roubadas ao repouso e ao ócio merecido, escreve. Com os tradutores, a mesma coisa. É evidente que a produção literária e artística tem que se ressentir desta situação. Eu pergunto-me se o Estado não terá obrigação de assegurar estruturas de apoio à criação cultural, sem intervenção no seu conteúdo e sem dirigismo na criação."

Hesito um pouco ao fazer esta pergunta, não obstante a consciência que tenho da receptividade com que vai ser acolhida. Às vezes penso nas razões que explicam esta minha amizade com o Professor Marcello Caetano e julgo que o facto de ele ser um homem de cultura tem nisso uma decisiva importância. É um homem que

lê livros. Que tem consciência da nossa situação existencial de estarmos imersos numa cultura, de que os homens e os povos se situam em coordenadas culturais. Hoje, em que o analfabetismo é quase condição do êxito político (*Oh! Ce qu'il faut ignorer pour agir!* – dizia Valéry), tenho que reconhecer que esta sua predisposição é decerto a razão do relativo conforto interior que sinto. É impressionante o que este homem lê, sobretudo autores portugueses contemporâneos, e a preocupação que tem de fazer juízos literários, independentemente do conteúdo das obras. Uma vez falei das "Memórias do Capitão Sarmento Pimentel", a propósito de Ezequiel de Campos, de que Sarmento Pimentel fora Chefe de Gabinete. Disse-me que não conhecia o livro e mostrou interesse em lê-lo. Levei-lho e, oito dias depois, entregou-mo:

– "Mas que grande escritor! Aquelas recordações de infância, sobretudo, são grandes páginas de literatura!"

Mas eu hesito em fazer esta pergunta porque me interrogo muito sobre as consequências que podem advir para a criação artística dum estatuto de segurança dos intelectuais. Olho para mim, para quem estes problemas se não põem, felizmente, duma maneira extrema, e vejo que a inexistência dum "estatuto profissional", o facto de eu não poder viver exclusivamente do que escrevo, é com certeza o maior bloqueio à minha escrita. Olho para a situação de alguns intelectuais portugueses, cujo trabalho e dedicação à cultura poderiam ser apontados como exemplo do que é trabalhar e amar o seu trabalho, e vejo o que têm que lutar para o fazer, sem qualquer espécie de compensação material ou espiritual. Mas tenho que reconhecer que nas sociedades chamadas desenvolvidas, onde a vida intelectual tem um estatuto de segurança como o de qualquer pessoa que trabalha, se assiste à absorção da actividade cultural pelas forças

materiais do sistema. À instalação dos escritores na indiferença e no conforto material e intelectual. À actividade cultural comandada pelas forças que determinam a produção e a eficácia competitiva, à acomodação da literatura às exigências do seu próprio mercado. Ao triunfo dos habilidosos, dos fabricantes de "best-sellers". Isto para não falar da condição degradante dos "funcionários públicos" da cultura, dos países totalitários. Numas e noutras sociedades, sou levado a verificar que muitos dos verdadeiros criadores continuam a ter que viver marginalizados, refugiados no seu universo pessoal, o que leva a reflectir sobre se a marginalidade não será hoje, mais do que nunca, a verdadeira situação do escritor... Mesmo no caso português, continuo a perguntar-me o que é que o sucesso espectacular do mercado de artes plásticas provocou na nossa vida cultural, além do maior conforto pessoal dos artistas plásticos...

De qualquer modo, não desisto de acreditar na possibilidade de encontrar uma saída para esta situação, porque não sei se o mundo mesquinho em que se processa uma certa vida cultural portuguesa não terá a sua fonte nesta indiferença e neste desencontro entre uma sociedade e os seus intelectuais e artistas. Sei que não vou ganhar simpatias mas, embora me custe, não posso deixar de dar conta da triste surpresa que foi o meu encontro com este universo e faço-o tanto mais à vontade quanto, pessoalmente, não tenho nenhumas razões de queixa quanto à maneira como tenho sido tratado, mas a verdade é que, quando me aproximei mais deste mundo das letras e das artes, pouco encontrei daquilo que estava à espera.

Eu comecei a minha vida como advogado, no universo pesado dos interesses muitas vezes mesquinhos e, talvez por isso, imaginei à volta da literatura e da arte

uma zona onde se passava a vida que se deveria viver. Perante o vai-vem dos dinheiros e dos bens, eu construira uma câmara asséptica, um compartimento limpo no meio da estrutura "corrompida" duma sociedade, e aí metera ingenuamente os intelectuais e os artistas: homens que, em generosidade, humildade e compreensão, se dedicavam "às coisas do espírito", que os tornavam outros; eles constituiam as pequenas janelas abertas de desinteresse, de grandeza humana e de disponibilidade interior, sem as quais, no meu entender de então, as sociedades sucumbem e asfixiam. Cheguei e vi. Tenho entre os intelectuais e artistas grandes amigos e, alguns, pude tomá-los como exemplo de dignidade intelectual e humana, mas isso não me impede de reconhecer também que esse mesmo mundo sofre dos mesmos miasmas, das mesmas formas de astúcia, das mesmas deslealdades com que funcionam os vários mundos dos homens. Que a maledicência, a inveja, o compadrio, as vaidadezinhas, os ressentimentos, o pequeno espírito provinciano de clã, fizeram duma grande zona da vida intelectual e artística portuguesa um mundo de pequenas "mafias" que se espreitam e se combatem, e que as pequenas invejas e as pequenas intrigas lhe comem quase toda a sua energia, que pouca lhe resta para o muito que, de trabalho, de dedicação, de esforço, de cooperação e de luta, seria necessário para corresponder, na prática, à dignidade e à grandeza daquilo a que dizemos dedicar a vida...

Às vezes julgo se não será este inconforto material e espiritual, em que vive a vida cultural portuguesa, o responsável de comportamentos sociais que não podem servir de exemplo a ninguém e, por isso, considero a criação de condições de trabalho dignas e justas para os intelectuais e artistas portugueses uma questão fundamental.

Marcello Caetano, que não ouviu as considerações que fiz para dentro de mim, respondeu-me à pergunta que antes lhe formulara:

– *"Em rigor, em rigor, creio que a maneira que seria mais adequada para procurar resolver o problema das condições materiais do trabalho dos escritores e dos artistas estaria na resposta normal do mercado. Os direitos de autor, provenientes da venda dos livros, seriam a fonte justa e digna de remuneração dos escritores. As receitas de bilheteira, a maneira justa e digna de pagar a um actor, e assim. Com todas as suas deficiências, esta seria a forma que melhor poderia salvaguardar a independência e a liberdade dos criadores de cultura. Não digo que com isso se esgotassem todos os casos, pois, por melhores que sejam as condições desse mercado, haverá sempre obras de cultura que, por virtude da sua própria natureza, poderão não encontrar, nos mecanismos empresariais normais, condições de justa remuneração. Mas esses são casos especiais, para os quais se poderia encontrar outras soluções. É dificílimo, porém, para um Governo, decidir subsidiar este ou aquele: tal decisão implica uma escolha, baseada em qualidades reais. E quem nos garante que essas qualidades não se esterilizam num ambiente de segurança e de conforto? As grandes obras literárias e artísticas foram em geral criadas em plena luta – contra a pobreza, contra a desgraça, contra a falta de amor, contra o abandono, contra o meio... Cria-se por necessidade de afirmação ou de reacção, com raiva, com paixão. Tire-se isso tudo: fica um burocrata das letras a usar uma técnica...*

A situação que você apontou é consequência da pequenez do nosso mercado da cultura. A procura do livro é pequena – e já foi muito mais... –, as pessoas não adquirem hábitos de ir ao teatro. A compra dos

quadros tem, infelizmente, muito mais que ver com as formas de investimento do que com o desejo, que seria louvável, de humanizar as casas e os lugares de trabalho. Parece-me que o primeiro problema que se põe aqui é o de procurar aumentar esse mercado já que só uma pequena parte está trabalhada. Aí está a solução que devemos procurar.

Esquecemo-nos, porém, aqui dum elemento que, a muito curto prazo, poderá emprestar a esse sector uma grande dinamização. Refiro-me ao esforço excepcional que foi e está sendo feito em matéria de ensino. Você considerou a instrução uma infraestrutura fundamental da cultura, e é assim. Creio que as pessoas não se terão dado conta do excepcional esforço que significa procurar que o ensino atinja toda a população portuguesa de tal modo que, dentro de poucos anos, todos os portugueses estejam habilitados com oito anos de ensino básico."

–"Eu fazia tenção de abordar esse problema, até porque sou muito sensível ao trabalho efectuado no Ministério da Educação nestes últimos anos, mas poderemos falar disso já aqui. Talvez até porque eu sou especialmente sensível a esse esforço, julgo que este é um dos tais aspectos em que, ou não se tomou consciência do que se fez, ou as pessoas não estão mesmo interessadas em reconhecê-lo."

–"Você tem pouca experiência de vida pública... Mal iriam hoje os governos se trabalhassem e agissem consoante o reconhecimento e o estímulo do seu trabalho concedidos pelos cidadãos. Criou-se um clima psicológico nas sociedades em que, quando se trata de exigir, exige-se o impossível, quando as coisas aparecem feitas, acha-se que os governos não fazem mais do que a sua

obrigação. O esforço que vem sendo feito em prol da educação no nosso país é uma tarefa de dimensão considerável, independentemente de a relacionarmos com os nossos recursos e com as responsabilidades onerosas a que nos obriga a situação da África.

Fez-se e continuar-se-á a fazer, porque o Governo entende que o problema da educação está por detrás de muitas das nossas carências estruturais e porque a sua resolução pode ser decisiva para solucionar problemas importantíssimos da sociedade portuguesa, que vão do próprio problema político e da possibilidade do sucessivo alargamento das liberdades públicas, ao desenvolvimento económico, pela qualificação necessária dos elementos humanos, e ao problema cultural, pela criação de apetências e de exigências culturais que são consequência normal da instrução."

– "Em relação ao problema da educação, e sem deixar de ter consciência da importância do trabalho que se fez e das consequências benéficas que daí podem advir para a alteração da estrutura da sociedade portuguesa, há, no entanto, dois assuntos que especialmente me preocupam. O primeiro é o seguinte: noto, quer nas sociedades ocidentais, quer nas sociedades socialistas, que o ensino tem tendência a estar de tal modo dirigido para a resolução dos problemas imediatos da concreta estrutura em que se vive, que Escola e estrutura entram num diálogo de pergunta e resposta tão intenso, limitado e absorvente, que pode naturalmente levar-nos a esquecer as perguntas muito necessárias que cabe fazer sobre a natureza, quer da própria estrutura, quer das interrogações que levanta, quer até daquele específico diálogo. Não deveriam as novas Universidades preocupar-se também com esta necessária reflexão?"

– "Considero muito importante o problema que levantou e estou certo que, no pensamento do Senhor Ministro da Educação, está também essa preocupação. As Universidades, a par da preparação para uma adequada intervenção dos homens na resolução dos problemas imediatos das sociedades, não podem esquecer as zonas de conhecimento que, não lhe estando directamente ligadas, têm que ver com a natureza do homem, do conhecimento humano e da própria sociedade. Antigamente, as Universidades eram definidas como escola de saber desinteressado, onde se adquiria uma cultura sem relação directa com certa profissão. Aprendia-se Direito, não a ser juiz, advogado, notário, funcionário, conservador dos registos... Mas hoje há uma terrível tendência para tecnicizar todo o ensino. E mesmo na cultura, procura-se situá-la, comprometê-la, "engajá-la", num contexto político-social. As universidades clássicas têm que salvaguardar esse carácter de centros de cultura humanista desinteressada. Ainda que estreitem cada vez mais as suas ligações com a vida. Até nesse domínio, que você tanto estremece, da criação literária. A escola não fabrica escritores, mas pode apetrechá-los. Não que eu não aprecie o trabalho individual de muitos escritores, mas entendo que as grandes obras de cultura são, também e fundamentalmente, produtos metódicos de esforço aturado. Reina muito a convicção de que as obras de arte são coisas de inspiração, que os poetas e os escritores o são só pela graça de Deus. Mas a essa predisposição natural que se chama inspiração não pode faltar o suor do rosto. Veja o caso de Eça de Queiroz: cada um dos seus livros é uma obra-prima de imaginação e de talento, sem dúvida, mas é também um monumento de trabalho e de rigor em que o autor pôs anos de desvelada e laboriosa atenção. A vida cultural tem necessidade de insti-

tuições de trabalho colectivo, de investigação, de reflexão, onde se transmita a herança das gerações passadas e se pesquisem novas técnicas e analisem novas formas."

O outro assunto em que queria falar era o da juventude. Sinto a gravidade dos problemas que ela levanta, o grande vazio em que os jovens se debatem, a sofreguidão com que se agarram às poucas coisas, – homens ou ideias – em que ainda confiam. Outros, na violência, na competição, em formas efémeras de amor, adiam a todo o momento o encontro consigo próprios que temem. Outros ainda, mas raros, conseguem testemunhar uma rotura total com as formas estabelecidas, num exemplo de generosidade, de coragem e de encontro com uma coerência que não viram.

O que haveria a dizer sobre isto daria bem mais do que uma pergunta ou um capítulo, mas não quis deixar de ouvir o que o Professor Marcello Caetano sobre este assunto pensava. Concretamente perguntei:

– *"Queria falar sobre a juventude. Tenho algumas ideias sobre este assunto, tenho consciência – para usar os termos habituais – de que vivi numa sociedade "repressiva" que me causou algumas equimoses, mas a juventude que sai das sociedades "permissivas" põe-me novos problemas. Ainda há pouco uma revista francesa fazia um inquérito onde, entre outras coisas, perguntava de que é que as pessoas tinham mais medo. Era impressionante a percentagem que respondia: da juventude. A situação da juventude e as implicações que traz atingem, no meu entender, uma dimensão social idêntica à que, há cinquenta anos, provocou a situação da classe operária. O que pensa sobre isso?"*

Vejo o meu Professor tomar um ar grave, que traduz bem as preocupações que isso lhe traz. E respondeu-me:

– "Lidei muito com a juventude, quer na Mocidade Portuguesa, quer na Universidade e, não obstante não ser um daqueles professores que tudo desculpam e que tudo facilitam, não tive nunca problemas com os jovens. Para isso não me foi necessário abdicar alguma vez dos meus princípios, nem tive que ser menos exigente no que considerava essencial. Também não me parece que com isso fosse um professor "repressivo". Procurei é ter com a juventude relações de verdade, de seriedade, de justiça e de compreensão. Fui professor de várias gerações de estudantes que hoje ocupam, na sociedade portuguesa, as mais diversas posições sociais e ideológicas, e tenho a alegria de verificar que, com quase todos, estabeleci relações de amizade.

Julgo que à volta da crise da juventude estão vários problemas, uns que se ligam com a crise de certos valores, outros com as características das novas sociedades, outros com a crise da própria burguesia.

A juventude era uma zona da sociedade onde, como em nenhuma outra, poderíamos encontrar generosidade, entusiasmo e confiança e, já noutro tempo, pude verificar que essas qualidades variavam com as idades e com a proveniência social. Era possível mobilizar generosidades e entusiasmos gerais, nos alunos das escolas primárias e técnicas: nos meninos dos liceus havia muito mais egoísmo, mais indolência, muita má criação. Mas tudo então se baseava na aceitação de certos valores comuns a jovens e a adultos e na confiança que os jovens em nós depositavam. A sociedade desse tempo tinha um percurso conhecido, de que era necessário conquistar as várias etapas, e as diversas entidades além da

escola – sobretudo a família e as forças esprituais – comungavam na crença dos valores em que se baseavam regras de conduta transmitidas com convicção e segurança como sendo as melhores.

O Estado, pelos seus funcionários e governantes, quase não tinha contacto directo com a juventude, pois se limitava a fornecer aos professores os vencimentos e as escolas e, mesmo quando as instalações eram más e os vencimentos modestos, os educadores conseguiam superar pela dedicação que tinham e pelo entusiasmo que despertavam, a incomodidade das instalações onde exerciam a sua actividade. Não digo que esta fosse uma idade de ouro, mas tento explicar como as coisas se passavam. A juventude estava então aberta para acções sociais imediatas e possíveis, sem outra glória que não fosse a que lhe vinha do entusiasmo que punha nesses trabalhos.

Também os jovens tinham objectivos concretos na vida, que eram, fundamentalmente, a procura da sua independência, através duma profissão remunerada que lhes permitisse constituir família. Não tinham dinheiro e sabiam que, na vida, teriam que vencer pelo esforço e pelo trabalho e que a falta do esforço e do trabalho tinha, normalmente, consequências penosas.

A primeira perturbação deste universo foi provocada por uma crise dos valores duma sociedade que se localizou na classe burguesa. Os filhos dos operários e de todos aqueles que sabem como a vida é difícil, continuam, através do trabalho e do estudo, a procurar alcançar uma vida melhor.

Os pais de família, da burguesia, começam por não acreditar na família. A crise familiar é um exemplo que vem de cima e, dentro da maneira como se vivem as relações familiares, não é possível exigir da juventude

que acredite nela. Mas não só: a burguesia acredita somente no seu dinheiro e de tudo o mais inteiramente se demitiu. As pedagogias modernas insurgem-se contra a sanção aplicada às más acções e os jovens têm consciência de que, pelo menos no seu universo familiar, as suas acções são inconsequentes. As forças espirituais, por sua vez, falam do pecado com muito pouca convicção e acabaram por criar muito mais situações de interrogação e de dúvida, do que de fé, de esperança e de confiança.

Eu não estou a dizer que eram boas todas as formas em que se vivia, mas digo que, com a sua destruição, era necessário substituí-las por outras iguais ou melhores. Foi isso que se não verificou. Se os esquemas de educação eram "repressivos" deveriam ser substituídos por outros que dessem aos jovens autonomia, independência e confiança em si próprios, o que só se obteria em clima de maior exigência. Ao mesmo tempo que as pessoas e as instituições se demitiram, criou-se o mito da juventude e atribuiu-se, a uma zona social que unicamente reagia contra certas formas de viver, a posse dos remédios que iriam redimir e curar uma sociedade doente.

Por outro lado, a juventude burguesa começou a viver com grandes facilidades. Os pais compram, com dinheiro e presentes, o afecto dos filhos que vêem fugir-lhes. Essa juventude passou a viver com o dinheiro que sobeja dos bolsos duma classe que tem mais do que o necessário para as suas necessidades. Uma facilidade que passou do dinheiro para os próprios comportamentos e que se pode notar pela diferença que vai entre uma juventude que me lembro ver ir, de eléctrico, trabalhar na Curraleira, ajudar os doentes e os necessitados, da que, em automóvel descoberto, se insurge contra a guerra do Vietnam.

Ora, ao contrário do que se possa pensar, estou convencido que a crise da juventude vem fatalmente da insegurança que se lhe criou e que é essa insegurança — afectiva, ideológica, espiritual e moral — que ela disfarça na dispersão em que anda e nas procuras a que se entrega. E que grande parte da agressão que manifesta vem exactamente do amor que lhes falta, que muitas vezes não receberam e que por isso não aprenderam a dar, e da confiança que perderam em que lhes devia dar o exemplo. Aliás, escrevi há anos — ainda a crise estava a esboçar-se — um ensaio sobre o problema, intitulado "Juventude de hoje, juventude de sempre", que está reunido no volume dos meus "Ensaios Pouco Políticos", e me parece das coisas menos más que escrevi.

Os reflexos que todos estes fenómenos têm nas sociedades são grandes e é agora, quando tudo o mais se demitiu, que se atira para os governos a responsabilidade da resolução da situação criada.

Ora os governos não podem obrigar os pais e os educadores a darem bons exemplos, nem são as entidades mais indicadas para criar motivações, valores e relações entre as pessoas, que possam dar à juventude a confiança nos outros que lhe é necessária para crescer e criar.

Os governos podem e devem assegurar instituições de ensino, para os que quiserem aprender a valorizar-se. Podem e devem criar instituições de cultura, de desporto, de ocupação dos tempos livres, para os que delas quiserem beneficiar para dar à vida um sentido e uma razão. Podem e devem assegurar a ordem pública, sempre que ela for perturbada pela juventude ou seja por quem for. E poderiam, se isso fosse solução, submeter a juventude à disciplina do que você chamou a "caserna

socialista", onde os problemas da juventude se não põem, porque uma ordem social implacável o não permite.

Os governos pouco mais poderão fazer do que isso mas, não obstante uma certa sensação de dificuldade, mantendo a esperança de que esta crise da juventude seja uma das tais perturbações sociais de curta duração, e que as sociedades rapidamente segregem os elementos necessários à sua correcção. As sociedades, quero dizer, as pessoas, as forças espirituais e culturais, muito mais do que os governos. Às forças espirituais e culturais, sobretudo, caberia reformular os valores que sempre foram dignos da juventude — e que não são o ódio, nem a violência, nem a agressão, nem a facilidade, nem o dinheiro, mas aqueles onde os jovens possam encontrar maneira de exercer dignamente a generosidade, o entusiasmo e a confiança, que acredito continuarem a permanecer no coração de cada um."

Tudo isto me foi dito com calor, como quem sente a importância dum problema que diagnostica e localiza, mas cuja resolução em grande parte dele não depende.

Eu devo dizer que sinto, ainda que murmuradamente, uma sadia reacção a tudo isto e que essa reacção talvez possa vir de pequenos núcleos que conheço, que já descobriram a facilidade e o engano em que os meteram, e que não é pelo retorno a fórmulas que se provaram cansadas, que podem encontrar resposta às suas aspirações.

Já tive ocasião de ver e conhecer jovens para quem a razão de estar no mundo está a ser procurada em formas exigentes de vida espiritual, na tentativa de criar com as pessoas e com o mundo que as rodeia relações certas e verdadeiras. Que, em entregas totais a formas de serviço, conseguiram autênticas roturas com os esque-

mas que espiritualmente nos destroem. Vejo algumas pessoas, capazes de sair da comodidade e da facilidade dos esquemas não vividos, da demissão perante responsabilidades que têm, na procura duma coerência que vai para além das frases e das vozes. Será isto suficiente para recriar um universo de valores e de razões dignas de viver? Não sei. Sei é que a generosidade, a serenidade, a tolerância, a paz, o amor e as formas concretas e reais de amar, são realidades cujo conteúdo continua muito longe de estar esgotado. Que esse é um mundo onde os governos quase não têm entrada e que tudo isso será talvez capaz de obrigar o homem ao inadiável retorno a si próprio.

Poderíamos ficar indefinidamente a falar sobre a juventude, mas eu tinha outras perguntas a fazer. E fui eu, com a consciência do muito que não ficara dito, que mudei para outro assunto:

– *"Quase me ia esquecendo duma pergunta a que dou muita importância e que, no meu entender, se prende fundamentalmente com a cultura: queria que falássemos do Brasil. Já algumas vezes tenho dito o que este país e a sua cultura significam para mim, exactamente naquela especifica zona de me sentir português: de me sentir irremediavelmente imerso numa realidade que realizo ser aquela em que as minhas solicitações interiores encontram uma adequada expressão. Também tenho dito, e gosto de o repetir, que o meu contacto com o Brasil foi causa e razão dum processo de reencontro com tudo o que eu aqui julgo importante, e que vai duma melhor compreensão dos nossos escritores e artistas, às maneiras de ser específicas duma comunidade que se exprime por palavras e por maneiras de existir. O Brasil, culturalmente, faz-me muita falta e julgo que os brasileiros,*

preocupados com a sua expressão profunda, sentem igualmente a falta de Portugal. Não é possível a gente libertar-se, se alguma vez o encontrou, dum clima existencial que pode dar saída às nossas secretas e escondidas aspirações. Quando penso em concretizá-las, tenho dificuldade em explicar quantas e quais são, mas há uma para a qual me sinto especialmente predisposto: é para o encontro das raças. Sabe como estou longe de formas de patriotismo agressivo, como sou incapaz de viver climas imperiais ou triunfais, e como a minha aproximação com os outros povos e culturas é muito mais motivada por aquilo que eu desejaria receber e aprender, do que por verdades que eu tivesse para dar. É aqui que eu julgo que o encontro mutuamente valorizado das raças é um elemento decisivo para sairmos do impasse a que nos levou uma civilização que se fechou sobre si própria e que com isso se destruiu e empobreceu. No Brasil, pela primeira vez, me foi dado constatar um natural encontro de raças, e não pude deixar de me impressionar com o facto desse encontro se realizar através da língua portuguesa e por formas de "viver em português". Se, como me parece, caminhamos decisivamente para uma civilização de cultura, julgo inevitável a formação da Comunidade Luso-Brasileira e a formulação dum destino comum."

—"A realidade luso-brasileira é um dos tais fenómenos sociais que se impõem com tanta força que a nossa primeira atitude mental para com ela está exactamente em reconhecê-la, procurando tomar consciência da sua grandeza e da importância das consequências criadoras que daí podem resultar para o futuro dos dois povos.

O português chega pela primeira vez ao Brasil e nada aí lhe é estranho. O brasileiro que vem a Portugal sente-se

na sua própria casa. E não é só uma questão de língua: é qualquer coisa que vai ao encontro do nosso profundo ritmo de viver.

As zonas intelectualizadas sentem esse fenómeno mais especificamente através da expressão literária e artística da cultura: os elementos mais representativos da cultura viva de qualquer dos povos encontram o património histórico e cultural de Portugal e do Brasil como um património comum, indispensável à sua própria e pessoalizada expressão cultural. É nesse sentido que os historiadores da cultura se deveriam debruçar sobre este todo cultural, como uma só realidade que globalmente deveria ser interpretada e reflectida. E então poderíamos darmo-nos conta que aquilo que aparentemente aparece sob a forma de divergências e contradições, outra coisa não é do que a expressão dos vários caminhos possíveis com que, naturalmente, um mesmo tronco comum prova e justifica a sua vitalidade. Mas acontece é que isso, a meu ver, não é mais do que o reflexo duma realidade muito mais profunda, que é a imersão de ambos os povos numa mesma estrutura cultural que, nas várias partes do mundo, se vai exprimindo com as riquezas e as virtualidades que os vários condicionalismos vão procurando.

Esta é, no meu entender, a realidade profunda da Comunidade Luso-Brasileira, aquela que não vem da vontade dos governos nem da construção artificial dos técnicos ou dos ideólogos. E é também aquela que, mesmo que a quiséssemos destruir, não poderíamos, porque nasce irreprimivelmente das raízes da vida.

É sobre ela que os governos e as instituições devem trabalhar, para tomarem consciência das suas grandes riquezas, para provocar a sua imediata comunicação a fim de que todos delas possamos beneficiar, e para

que a pronta interacção das suas várias expressões mutuamente as enriqueça e possa contribuir para o aproveitamento integral dum grande património comum. Finalmente, para criarem um suporte de instituições que naturalmente promovam essas formas de aproximação, que progressivamente definam e concretizem as nossas aspirações comuns.

Os governos de ambos os países estão conscientes dessa realidade que, de nenhum modo, limita ou afecta a sua soberania. Quando se fala em Comunidade há algumas vezes a preocupação de a ligar a formas de soberania, mas isso é um tremendo equívoco. Os governos de ambos os países terão necessariamente as suas políticas próprias que, sem se hostilizar, nem sempre poderão coincidir. Mas se uma Comunidade não vive nem subsiste para lá das opções concretas dos governos, é porque ela não tinha, afinal, a importância e a força que lhe atribuíramos.

Qual a contribuição específica que a Comunidade Luso-Brasileira pode no futuro dar à história, faz parte da profecia e eu não me tenho por profeta. Mas o que é inegável é que o Brasil é o maior exemplo de convivência racial que existe no mundo e que brota espontânea da igualdade e da fraternidade em que vivem os homens de todas as raças e de todas as cores, e não das declarações dos políticos, quase sempre para disfarçar as graves situações racistas, os guettos e as discriminações, que subsistem dentro das suas próprias fronteiras.

O povo brasileiro e a sua exemplar convivência racial pode servir de exemplo para todas as comunidades onde surjam situações análogas: é que mostra que a chamada "democracia racial" não significa uma distribuição percentual dos poderes pelas várias raças que habitam um determinado espaço geográfico, consagrando dessa

maneira a autonomia dos grupos étnicos, mas uma situação declarada e efectiva de sociedade aberta a todas as pessoas que a habitam, independentemente da sua raça ou da sua cor, e a responsabilidade de livremente optarem por aquilo que consideram essencial na sua presença no mundo, e que nem sempre se exprime, e quase nunca nobremente se exprime, pela conquista do poder político ou económico.

Responsável há cinco anos pela política portuguesa, sei do interesse e do desejo do Governo brasileiro em estruturar a Comunidade, como também tenho consciência da lealdade e da compreensão que sempre tem mostrado para com a política portuguesa.

Sei que, neste campo, muito há ainda a fazer. Que teremos que intensificar a criação das infra-estruturas que correspondam à força e à pujança duma Comunidade que encontrará em formas cada vez mais prontas e fáceis de contacto e colaboração a expressão dos seus desejos e das suas aspirações. É nisso que nos cabem grandes responsabilidades: aos Governos, às instituições e às pessoas. Porque se é grave passarmos sobre o mundo sem nada construirmos, muito mais grave me parece deixarmos de corresponder, pelo nosso desinteresse, pela nossa ignorância, pela nossa incapacidade de distinguir o essencial do efémero, ao apelo da força criadora duma cultura comum."

Eu fiquei confortado com o que ouvi. Porque, fatalmente interessado há muito no mundo das relações luso-brasileiras, tantas vezes senti precisamente isso: a ignorância, o desinteresse, a incapacidade de distinguir o essencial do efémero, a criar uma imensa barreira à volta de tantas boas vontades, a destruir o entusiasmo de tantos que, nos mais diversos lugares, na diplomacia

e nas letras, no intercâmbio cultural e até nas actividades económicas, tinham consciência do apelo evidente da nossa cultura comum.

Não tenho as responsabilidades do Professor Marcello Caetano e posso por isso arriscar-me no campo das profecias. Julgo que um dia, para lá dos condicionamentos com que a aplicação da razão prática à política e à economia têm retalhado os corpos dos povos e as almas dos homens, uma comunidade humana, que intensamente se exprime por uma forma de cultura, criará naturalmente as suas próprias formas de viver. E, talvez nesse dia possamos descobrir que a nossa específica forma de viver estará condicionada pela maneira como naturalmente as raças se aproximam no Brasil, onde sou capaz de ver desenharem-se muitos dos problemas que afligem as sociedades contemporâneas, mas onde não posso conceber que algum dia um homem possa estar separado do outro pela cor da sua pele.

Está a fazer-se tarde e eu sem dizer ainda a primeira pergunta que trazia: a imprensa e a censura. Estou consciente da minha condição de escritor português com parte da sua escrita sujeita a "Exame Prévio", já que escrevo habitualmente para a imprensa periódica. Analiso esta minha situação com a serenidade e a frieza possíveis e, simultaneamente, não deixo de ter presente que, em situação mais grave, com consequências que vão muito para além da palavra cortada, se encontram muitos escritores do mundo. Falar com um escritor da Europa de Leste, refectir sobre a situação dos escritores no mundo socialista, é uma prova dolorosa que não quero disfarçar nem tenho o direito de esquecer. Mas também é essa reflexão que quase me obriga a concluir que isso nada desculpa nem atenua, antes nos

deve fazer tomar uma mais aguda consciência da necessidade social de salvaguardar a liberdade da imprensa e da expressão literária e artística, pelo muito que contribui para a sanidade da vida duma comunidade.

Estou consciente ainda que esta é uma das tais zonas sociais onde se reflecte com relevo a constante patológica, para a qual tantas vezes tenho chamado a atenção, de criarmos, à margem da vida, um mundo onde, sobre as estruturas frágeis e irresponsáveis das frases, vamos construindo as "vidas" que não nos deixam ou não somos capazes de viver: enquanto não tomarmos consciência do absurdo que significa formular opções pessoais e juízos intelectuais completamente separados da vida, e abandonarmos uma ligação responsável com o pulsar quotidiano do real, desencadeamos um absurdo universo de "necessidades públicas", onde o "Exame Prévio" pode encontrar, não digo justificação, mas argumentos.

Procuro escrever para a imprensa periódica sem a consciência do "Exame Prévio", mas Ele lá está, num segundo degrau da minha consciência, a comandar-me naquilo que ponho no papel. De cada vez que vejo o lápis azul procuro passar à margem da minha "indignação", o que quero confessar que nem sempre consigo. Faço esforço para poupar essa energia, inútil, mas tenho que reconhecer que esse peso existe e funciona com a fatalidade dum bloqueio que atribuo muito mais à natureza das sociedades que criámos do que aos homens que as comandam.

Não sei o que é que o "Exame Prévio" produz nos outros escritores. No meu caso é um poderoso elemento de redução de mim próprio e de redução aos mais diversos nivéis,e que vai até ao ponto de sentir inibições quando se trataria de aplaudir os poderes nas coisas

que mereceriam o meu aplauso, ou de criticar a oposição naquilo que mereceria a minha crítica. É a incomodidade de sentir a expressão dos que escrevem condicionada a critérios pessoais quase sempre discutíveis, sem esquecer um outro aspecto da verdade que fica também nebulosa e não esclarecida: porque é preciso também retirar este alibi cómodo para certos "génios" suspensos, que desculpam com a falta de liberdade da imprensa o facto de não revelarem a sua "genialidade".

Falei sobre este assunto com a liberdade com que costumo falar e quase que me atrevo a dizer que vejo um Marcello Caetano dividido entre o intelectual e o Presidente do Conselho, num exemplo de que talvez seja possível ser contra o "Exame Prévio" e decretá-lo.

– "Você vive este assunto com muito calor e compreendo-o, mas gostaria que reflectisse comigo e que também compreendesse a situação em que está quem tem responsabilidades de Governo, perante certas condições sociais que lhe são dadas e que tem que enfrentar.

A Imprensa, juntamente com os outros modernos meios de comunicação social, é uma forma poderosíssima, com incidências diversas de que podemos considerar como mais importantes a informação dos acontecimentos e a formação da opinião pública.

Em teoria nada mais desejável do que pretender que a informação seja "verdadeira e objectiva". Mas o que é informação "verdadeira e objectiva"? Os acontecimentos são muitos para o tamanho das páginas dos jornais e, consequentemente, terão que ser seleccionados conforme o que se considera mais importante. Logo aqui encontramos uma primeira dificuldade em fazer uma informação verdadeira e objectiva, porque a selecção dos acontecimentos, mesmo verdadeiros, pode ser feita

de tal maneira que as notícias dadas não respeitem a verdade e a objectividade da informação sobre uma determinada realidade social. Senão repare: no mesmo dia um governo, por uma qualquer medida tomada, resolve a situação de milhares de trabalhadores ou satisfaz-lhes aspirações legítimas e, numa qualquer unidade fabril, cem trabalhadores fazem uma paralisação de trabalho. A tentação da imprensa é de dar a esta última notícia um grande relevo e de minimizar as medidas governativas que foram tomadas. Põe-se em funcionamento uma unidade hospitalar que resolve a cobertura sanitária duma determinada região e, no mesmo dia, num determinado hospital, morre um doente por falta da assistência médica e hospitalar devida. A imprensa, do mesmo modo, é tentada a dar das duas notícias um tratamento que não corresponde à verdade e à objectividade da situação sanitária duma dada sociedade. Nos jornais reina o preconceito de que, ao noticiarem as medidas governativas, fazem propaganda; quando dão conta dos erros da administração, fazem informação verdadeira e objectiva.

Esta é uma realidade de que temos de tomar consciência, independentemente de sabermos se isso se pode modificar ou não. Dir-me-á que, além da informação, a imprensa exerce também uma função de vigilância sobre toda a vida colectiva e que, nesse quadro, aquelas notícias menores têm, para o exercício dessa função, uma importância maior. Respondo que sim, mas isso não significa que a informação, naqueles casos, tivesse sido verdadeira e objectiva. E, não desejando de modo nenhum que a imprensa deixe de exercer essa vigilância sobre a vida colectiva, entendo que uma imprensa que se limitasse a ser sistematicamente crítica para com os actos de administração não prestaria à sociedade o seu

melhor serviço, antes contribuiria para a generalização dum clima criado nas sociedades modernas que, além de anormal e injusto, prejudica grandemente o equilíbrio e a harmonia da vida social: os governos assumindo o encargo geral das responsabilidades públicas e as outras forças sociais a tomarem como função o exercício duma sistemática crítica aos actos da administração, quase sempre traduzida, na prática, numa sistemática obstrução à acção governativa.

Mas não são só condicionamentos "ideológicos" que hoje dificultam a objectividade da informação. A Imprensa, pelas dimensões que tomou, exige estruturas empresariais vultuosas que a obrigam a estar normalmente ligada a grandes grupos económicos. E, mesmo quando ela não defende os interesses concretos dos grupos a que está ligada, ela terá que obedecer a um esquema de rentabilidade.

Ora, as notícias e as ideias são hoje passíveis de análises de mercado, pois há notícias e ideias que fazem "vender" mais do que outras. O mundo da imprensa está hoje sujeito também a condicionamentos económicos e a razões do próprio mercado que afectam decisivamente a sua objectividade e a sua qualidade.

Vejamos agora a questão da "opinião pública". Uma análise dessa realidade leva-nos a ter que reconhecer que a opinião pública, hoje, quase se não revela pela imprensa e que aquilo a que se chama opinião pública é cada vez menos "opinião" e cada vez menos, também, representa a expressão duma maioria.

Na verdade, quando hoje queremos avaliar o que será a expressão duma maioria, quando se trata de tomar deliberações que concretamente tocam na vida dos cidadãos, acabamos por ter que concluir que eles defendem egoisticamente os seus interesses. Já lhe disse mais do

que uma vez que os governos, quer da direita, quer da esquerda, quer do centro, dificilmente poderão esperar outras motivações sociais que não estejam determinadas pela satisfação dos interesses materiais das pessoas, pela construção exaustiva dos meios da sua segurança, pela realização duma sociedade de bem-estar material.

À maneira que esta situação se vai concretizando surge um fenómeno colectivo – que os psicólogos decerto explicarão melhor – e que se traduz no seguinte: quanto mais as pessoas tratam dos seus interesses materiais, mais necessidade têm de compensar esse seu egoísmo com declarações generosas e desinteressadas, de modo a dar aos outros, e a si próprios, a sensação de que as preocupa grandemente o interesse colectivo.

Este fenómeno sociológico, independentemente doutras consequências que produz na sociedade de hoje, reflecte-se sobretudo no duplo aspecto da formação e da expressão da opinião pública. E julgo que nisso a chamada classe intelectual teve algumas responsabilidades.

Como já tive ocasião de lhe dizer, os intelectuais, pelas próprias condições em que nas sociedades ocidentais exercem as suas funções, estão normalmente desligados da responsabilidade directa dos acontecimentos e das consequências que provocam. Daí que é muito fácil escrever sobre a injustiça do mundo e sobre a necessidade de construirmos um mundo melhor e mais justo.

Acontece é que essas ideias generosas encontram nas sociedades ocidentais, onde as pessoas estão quase exclusivamente preocupadas com o seu bem-estar material, um grande acolhimento, já que nada impede que tomem como suas essas ideias e essas posições desde que, no plano concreto, em nada sejam prejudicados, e justificando com elas o egoísmo em que efectivamente vivem.

Esta atitude determinou quase completamente as características da chamada "opinião pública", que é afinal o mercado da palavra escrita, nomeadamente da imprensa, e que acabou por se transformar no contrário da expressão pública: enquanto as eleições revelam que toda a Europa Ocidental tem uma evidente vocação centrista e conservadora, verificamos que a imprensa não traduz de modo nenhum essa realidade. O sucesso da imprensa da chamada esquerda vem desta necessidade criada às pessoas, de compensarem uma vida egoísta e mesquinha com posições ideológicas que julgam mais inteligentes e mais generosas.

Você disse que "se pensa à esquerda e se vive à direita". Do mesmo modo é possível dizer que "se lê à esquerda e se vive à direita".

Esta realidade criou um grande equívoco nas relações ideia-público que, neste momento, exerce uma acção reflexa e que era naturalmente consequente: o "mercado das ideias" impõe agora as suas exigências, e se ocorrer a alguém, que vive habitualmente da palavra escrita, alguma construção intelectual que se opõe ou contraria as "ideias que têm colocação no mercado", nem sempre arranja coragem para a escrever e, se a escreve, nem sempre encontrará quem a publique, porque ela não será aceite por um público que deseja continuar de consciência tranquila a tratar dos seus interesses.

Julgo que aquilo a que chamam "opinião pública" deixou de ser "opinião" — expressão duma opção determinada por um juízo livre e consciente duma pessoa — para passar a ser um narcótico para a má-consciência duma sociedade. É uma droga que o público engole sem formular qualquer juízo de valor e que o leva, como há pouco li num escritor, "a aprovar, com a mesma passividade, a distribuição de terras na América do Sul e a sua

colectivização na Ucrânia, a democracia parlamentar na Grécia e a ditadura do partido no Vietname do Norte, o fim do apartheid na África do Sul e o separatismo do Poder Negro nos Estados Unidos, a autodeterminação na Argélia e a intervenção armada na Rodésia,a destruição das Universidades e a extensão dos seus serviços sociais, a elevação dos salários para as massas e a condenação dessas massas quando elas se tornam suficientemente prósperas para votar em favor da estabilidade". É que, atrás de todas estas realidades, está um mundo de problemas sobre os quais seria preciso reflectir e formar opinião, mas é isso que as pessoas não estão dispostas a fazer.

Fiz todas estas considerações para lhe explicar que a supressão do "Exame Prévio" não traria necessariamente e de imediato a informação verdadeira e objectiva nem conduziria à expressão exacta da opinião pública, que tão necessário é formar e conhecer, e que, consequentemente, a manutenção do "Exame Prévio" não tem por objectivo evitar a objectividade e a verdade da informação e a livre expressão da opinião pública."

Eu objectei:

– "Tenho consciência dessas distorções e desses condicionamentos e, nesta matéria, impressiona-me especialmente a extensão e a força do "mercado das ideias e das notícias" que, em termos de marketing, provocaram uma progressiva baixa de qualidade dos "produtos intelectuais" e uma forma de conformismo na vida intelectual que passou a ser ditada muito mais pelas exigências desse mercado, do que pela importância ou pela novidade da produção intelectual. Creio que esse é o mais grave bloqueio para a vida da cultura, de que as pessoas ainda

se não aperceberam devidamente. Numa intervenção que tive ocasião de fazer na Filgráfica procurei chamar a atenção para a importância desse bloqueio e para a necessidade que previa, para salvaguarda da liberdade do escritor, de retomarmos formas artesanais de composição e impressão — o "samizadt" na União Soviética e a imprensa paralela nos Estados Unidos me parecem já indícios dessa reacção. Mas, nestes assuntos, os meus argumentos são quase sempre os mesmos: com todos esses condicionamentos, a imprensa funciona nalgumas sociedades ocidentais sem estar sujeita a exame prévio e aí exerce, no meu entender, uma insubstituível função."

—"As minhas respostas também não são muito diferentes: quando uma sociedade integrou uma instituição habitua-se a conviver com ela e defende-se naturalmente das consequências perturbadoras. Acresce até que, em certos casos como o que lhe disse quando lhe falei da opinião pública, isso pode servir de meio de compensação das anomalias profundas duma sociedade. Você veja o que acontece com a imprensa de esquerda nas sociedades ocidentais: o homem comum sai do seu trabalho onde esteve a assegurar o seu bem-estar material e compra um jornal ou uma revista que defende a revolução imediata e a necessidade de pegar nas armas e de abrir as barricadas. Essa leitura não o leva, de maneira nenhuma, a fazer o que ali se diz. Não. Chega a casa, instala-se comodamente num sofá, lê a apologia da revolução armada e não pensa, de modo nenhum, em alterar no dia seguinte os seus comportamentos sociais. Mas, nas sociedades que não integraram ainda certo tipo de instituições, o seu aparecimento súbito pode ter consequências altamente perturbadoras.

Porém, estou certo que nada disso retira as vantagens da existência duma imprensa não sujeita a exame prévio. E aqui, como no uso das demais liberdades, entendo que o único caminho a seguir é o de procurar que as pessoas se habituem a usar as liberdades duma forma responsável e que tenham consciência da contribuição que cada informação pode dar para a verdade e a objectividade duma determinada realidade social.

Eu não desejaria que a imprensa fosse a favor do Governo; desejaria que fosse objectiva: que, no importante sector da informação, partilhasse das responsabilidades que todos temos uns para com os outros e para com uma vida social harmónica e equilibrada.

Se você me pergunta se eu considero o "Exame Prévio" uma instituição normal na vida duma sociedade, respondo-lhe imediatamente que não, mas precisamente pela importância que os meios de comunicação tomaram nas sociedades modernas é que não podemos, nesta matéria, tomar decisões de ânimo leve.

Qual é a situação da expressão pública em Portugal? Tivemos muitos anos de censura, e isso trouxe graves inconvenientes à pedagogia da palavra escrita. No meu entender, o seu mais grave inconveniente não foi aquilo que impediu de se dizer mas o de ter atirado o exercício duma tão importante actividade humana para uma zona de total irresponsabilidade. Ao pé desta realidade, todos os outros ataques à censura ficam à volta do anedotário. Criou-se uma situação de grande comodidade, numa matéria já de si extremamente ambígua como é o uso da palavra: uma realidade ao mesmo tempo criadora e libertadora, mas igualmente dispersiva, dissolvente e destruidora. Falar e ligar constantemente a palavra a uma responsabilidade não é fácil, mas é a única maneira de lhe dar a sua verdadeira digni-

dade. "Prender os homens pela palavra", diziam os antigos, e com inteira razão.

Nunca defendi, nem podia defender, uma passagem repentina do regime de censura para uma liberdade total. Procurei que se fizesse um alívio progressivo que, simultaneamente, fosse criando zonas de responsabilidade. Era assim que eu gostaria que a Lei de Imprensa fosse interpretada: como uma lei de transição para um sistema de liberdade responsável. Estou convencido que, nesse ponto, se fizeram grandes progressos, e quem honestamente analisar as condições em que hoje funciona a liberdade de expressão e as que antigamente a limitavam, não pode deixar de o reconhecer. Basta comparar os jornais de hoje e os de há alguns anos atrás.

No entanto, também lhe quero dizer que o factor que, neste momento, impede a extinção do "Exame Prévio" é a situação do Ultramar. Quando qualquer país, mesmo o mais democrático, se encontra a braços com uma guerra, cria imediatamente sistemas de controlo da informação. Porque o esforço de guerra exige que lhe dediquemos todas as nossas energias materiais e morais. Apesar disso, procurou-se, aqui como nos outros sectores da nossa vida pública, que a imprensa fosse minimamente afectada com essa situação. Mas a guerra existe e faz as suas imposições. As instruções que foram dadas à Comissão de Exame Prévio reduzem quase a sua intervenção à guerra do Ultramar e à subversão. Aqui, mais uma vez, o regresso à normalidade não depende só do Governo, mas do retorno à normalidade da vida social."

Deixei a casa da Rua Duarte Lobo quando já era noite. Lembro-me que, nesse dia, não invejei a vida dos governantes e que tive a consciência de que deixara

naquela casa um homem prisioneiro, ainda que prisioneiro de responsabilidades. E que isto de entrar no automóvel e seguir depois, pela noite da cidade, até à minha casa, sem ter que tomar grandes decisões, me deu uma imensa sensação de alívio e de liberdade.

– VII –

Naquele dia, depois duma pequena conversa vaga, já não me lembro sobre quê, falámos do Ultramar. Não é que tivéssemos ficado os dois muito solenes mas a verdade é que foi uma das poucas vezes que vi o Presidente do Conselho tomar algum calor. Aquela bonomia do Professor de Direito, aquele sorriso habitual com que normalmente enfrenta as minhas observações – porque se eu dificilmente me liberto do professor também reparei que lhe não é muito fácil libertar-se do aluno – tudo isso esteve suspenso por quase toda a conversa de hoje.

Falei sobre os problemas de África sem quaisquer inibições e não pude deixar de lhe significar que lhe devemos alguma coisa nesta necessária retirada do problema do Ultramar do contexto mítico e sagrado em que o envolveram, um contexto onde os portugueses, sob pena de terríveis excomunhões e anátemas, não podiam levantar o mais pequeno véu da mais pequena interrogação, como se o simples uso da inteligência fosse já um crime de lesa-Pátria.

Incomodam-me sobremaneira todos os climas que recusam a entrada às armas frágeis da razão do conhe-

cimento nos problemas que estamos a viver e verifico que, normalmente, essa atitude revela um grave estado de tensão social que dificulta, quando não impede, a análise séria e serena das dificuldades que a todos cabe enfrentar.

Procuro ver os problemas de África e, nomeadamente, a situação de Portugal face aos problemas africanos, com a serenidade que me é possível e muito gostaria que me mostrassem os erros do meu raciocínio. Sinto-me perante uma situação onde a comunidade de que faço parte está implicada em termos de guerra e de morte e, se isso pode dificultar a frieza da minha aproximação, cria, por outro lado, um clima duma exigência intelectual e moral que tento assumir com todas as consequências, ainda que incómodas, que daí me possam advir.

Sou daqueles para quem, há doze anos, o problema da África Negra parecia simples e claro. Tratava-se, mais uma vez, de explicar o inexplicável, pela construção habitual dum esquema onde uma minoria, com acesso às fontes e ao uso dos vários poderes, explorava uma maioria indefesa e sacrificada. Não tenho dificuldade em recordar as teses que então eram as minhas e que justificavam o despertar dos nacionalismos africanos como uma exigência da liberdade e da justiça na sua ascendente marcha pela História. Basta-me puxar pela memória, pois eu próprio me sentia receptivo a toda essa argumentação. Era todo o peso da opressão capitalista, na sua expressão mais degradada, que eu sentia ser a razão da miséria e da exploração de todo o continente africano. As correntes ideológicas, as grandes forças morais, o exemplo doutras nações, tudo se juntava como exautoração colectiva da soberania portuguesa em África. Neste contexto, coisas como o sagrado direito de autodeterminação dos povos opunham-se à permanência das situa-

ções coloniais que só encontrariam solução certa e digna pela renúncia da nossa soberania e pelo simultâneo reconhecimento dos chamados movimentos de libertação a quem se deveriam entregar, por via democrática, os destinos daqueles povos.

Pensadores a quem devo grande parte da minha formação intelectual – e penso especialmente em Emmanuel Mounier e tudo o mais que ele apoiou e encorajou: a *Prèsence Africaine,* dos Diop, dos Senghor e de toda uma plêiade de intelectuais africanos – vinham dar ao humanismo cristão a que me sinto ligado uma nova cor e uma nova dimensão, onde a independência da África era ponto de partida, alimento e razão de ser da sua libertação.

Penso nalguns negros, meus amigos, com quem vivi alguns momentos de grande solidariedade humana e espiritual, de quem procurei estar perto nalguns momentos difíceis, de quem tive ocasião de testemunhar com satisfação e com honra, a pureza das intenções e a generosidade das almas. Penso em tudo isso e nada rejeito. E julgo que é ainda por uma procurada fidelidade a tudo quanto com eles vivi, com a consciência da minha solidariedade profunda às suas pessoas perante as provas a que alguns estão sujeitos, que recuso uma visão simplificada perante coisas tão importantes e tão respeitáveis como esta, em que vidas humanas se enfrentam e se jogam.

É evidente que não posso aceitar também a posição dos defensores indiscutidos da nossa presença no Ultramar e das suas razões indiscutíveis. Quando disse que recuso visões simplificadas é porque as recuso todas, dum e doutro lado, mas sinto-me obrigado a reflectir sobre os dados concretos das situações e dos acontecimentos, na procura duma solução que nas con-

tingências trágicas da História, assegura a todos os homens um caminho digno para a sua liberdade.

Vejo que os processos da nossa aproximação com os outros e, muito mais ainda, os da aproximação dos povos e das civilizações, têm dado lugar a graves situações de injustiça e opressão. A vida humana é um estranho mundo de exploração do homem pelo homem: uma geral vocação carnívora permanece e preside tragicamente aos nossos encontros.

Sobre todo esse intrincado mistério se debruçaram por anos e anos filósofos, sábios e santos, que pouco mais fizeram do que reconhecer o grande mundo de perguntas e contradições que saía ininterruptamente da ambiguidade da condição humana, da complexidade e do mistério dos seus problemas e que de tudo isso e algo mais era feita uma existência histórica: um trama de experiências boas e más. Pois parece que, de repente, para tudo se encontrou a fonte e a origem: o acidente, que um dia fora pátria de liberdades, passara a ser afinal o grande fautor da injustiça e da destruição da história humana. Tudo o que constituira outrora o tecido duma sociedade: as tradições e as leis, as formas de servidão e as libertações que se arrancaram, as empresas e os sofrimentos comuns e as ocasiões em que até foi possível viver colectivamente a alegria, tudo isso devia desaparecer e parece que deve ser substituído por uma construção que uniformemente interpreta as relações sociais e humanas, imaginada e proposta, não exactamente para explicar e resolver as situações sociais que nos afligem, mas para dar uma certa boa consciência aos incomodados duma civilização. Uma pesada má consciência tomou conta da vida intelectual do Ocidente, passou para a opinião pública e fez de tudo isso um corpo sagrado onde, sob pena de sacrilégio e excomunhão, nos proi-

biram de tocar: os complicados mecanismos interiores do mundo ocidental procuraram, neste masoquismo expurgatório, as justificações para viver sossegadamente o seu bem-estar.

O Ocidente saíu da África e confiado fiquei no alvorecer da experiência prometedora de se poder começar do zero: de partir sem os vícios duma sociedade onde séculos e séculos de racionalismo estéril tinham criado situações opressivas integradas definitivamente em estruturas imodificáveis, que criaram em nós uma segunda natureza.

Passaram dez anos e o que aconteceu? Em todos os novos países africanos a liberdade do homem em nada beneficiou. Na maior parte deles, o arbítrio tirânico, na sua forma mais primitiva e descricionária, aparece como forma normal de conduzir os povos. Em treze nações o poder instalou-se através de sucessivos golpes de estado a que se seguiram cruéis massacres e depurações. As lutas tribais tomaram nalguns casos a forma de genocídios autênticos. Em raros países poderemos encontrar vestígios de princípios democráticos e de elementar respeito pelo homem. Em pleno século vinte, pudemos assistir a um decreto de Karumé, em Zanzibar, que obriga todas as raparigas maiores de catorze anos a casarem com os membros do governo. O General Amine, entre outras mal-aventuras, dá o prazo de três meses para que oitenta e cinco mil asiáticos saiam do Uganda.

As organizações internacionais, os intelectuais do ocidente, tão ciosos da defesa dos direitos do homem quando se trata de vigiar e denunciar as instituições políticas ocidentais, ficam indiferentes e insensíveis a estes e outros crimes, como se tudo isso fizesse parte do folclore africano e a vida humana não tivesse qualquer valor quando se trata de países autodeterminados.

Escrever isto não me é nada cómodo. Sinto que o reaccionarismo mundial, todos aqueles para quem os povos do terceiro mundo eram a coutada dos seus interesses, o mercado normal das suas matérias-primas pagas a preços vis, os grandes campos de trabalho escravo, todos aqueles para quem as relações com a África só podem ser compreendidas através do colonialismo opressivo e explorador, ainda que titulado algumas vezes de missão evangelizadora, todos aqueles que através da defesa dos seus interesses imediatos fazem a mais poderosa barreira à construção das sociedades multirraciais, onde se pudessem dissolver as sequelas trágicas do racismo e da opressão dos antigos domínios coloniais, pela conquista da cidadania para os homens de qualquer cor, sinto que lhe são oferecidos aqui os melhores e mais convincentes argumentos.

Mas acho que estas coisas não podem ser caladas nem esquecidas. As formas como nos novos países africanos se exerce o poder político não são episódios anedóticos e circunstanciais a resolver mais dia menos dia, mas são a consequência natural de concepções pessoais e arbitrárias do uso do poder, numa sociedade que desconhece o respeito essencial que devemos à vida e à pessoa de cada ser humano.

Talvez tenhamos que ter a coragem de aceitar que o Ocidente, à custa de tanto conhecer os esquemas de opressão do homem, foi quem ao mesmo tempo melhor conheceu e preparou as técnicas da sua defesa. Sou obrigado a verificar que, ao longo da história das relações entre as potências ocidentais e os territórios africanos, se manteve sempre uma ténue mas constante corrente em que os governos centrais, pressionados pelas forças humanistas da Europa, constituiam, através das administrações ultramarinas, o único meio de de-

fesa dos mais fracos contra a violência inesgotável dos poderosos.

Pareceria que as instituições internacionais poderiam ter tomado a seu cargo essa importantíssima missão mas perdem-se no jogo complicado dos interesses que consentem e que as dirigem e de tudo isso se demitiram; o fim do colonialismo teve esta consequência paradoxal: os fracos ficaram inteiramente desamparados perante o arbítrio tirânico dos novos poderosos.

Também vejo que as circunstâncias em que se processa o caso português são diferentes de quase todos os outros. É possível, embora me custe, que eu não tenha que me preocupar com o destino dos homens a quem dão noventa dias para deixar a terra onde vivem e procurar o resto do mundo, mesmo que sejam oitenta mil. É possível que eu não tenha que me preocupar com o destino das meninas de catorze anos, requisitadas pelas leis de Zanzibar para a cama dos poderosos. É possível que eu não tenha nada que ver com tudo o que se passa nos novos países africanos. É possível, mas custa-me: alguns séculos de civilização tinham-me habituado a sentir e a sofrer com as injustiças que se praticavam em qualquer ponto da terra, mas talvez isso faça parte do grande sonho romântico-humanista de que a nossa civilização pragmática se quer despojar, esquecendo-se que é aí que, sempre que lhe é necessário, vai buscar as razões da sua grandeza e do seu brilho. É possível, mas para os portugueses trata-se de saber que existem nos territórios ultramarinos alguns milhares de brancos que ali nasceram e vivem, que têm a nossa língua, que estão marcados com a nossa cultura, que têm connosco laços intensos e profundas afinidades. E que temos que nos preocupar com soluções que atendam aos seus legítimos direitos e inte-

resses, antes de os sacrificar precipitadamente àquilo que chamam com alguma comodidade "as exigências da oportunidade histórica".

É isto que penso, foi isto que disse. Marcello Caetano ouviu-me e comentou:

– "Você diz que eu dei alguma contribuição à análise da nossa situação ultramarina fora dum contexto emocional. Eu sei que nem sempre nos conseguimos libertar da nossa sensibilidade quando, como neste momento acontece, vivemos problemas que tão pessoalmente nos tocam, mas eu gostaria que as razões da nossa política africana fossem analisadas com a frieza possível, pois não me aponta a razão e a consciência outro caminho do que aquele que vimos prosseguindo.

De há doze anos para cá os acontecimentos só vieram dar-nos razão e a maneira como os problemas africanos têm vindo a evoluir comprovam que não nos tínhamos enganado.

Ora vejamos com serenidade como é que o problema africano se foi desenrolando.

A Europa aproxima-se da África pelo descobrimento e pela colonização. Este fenómeno, que hoje tantas críticas levanta nos intelectuais do Ocidente, existiu e existiu assim. Não sei se valerá a pena fazer considerações sobre se haveria uma melhor maneira de fazer a colonização. É um facto histórico que não é possível modificar e que não se verificou só na forma como a Europa se encontrou com a África. Infelizmente a História mostra-nos que os povos contactaram uns com os outros muito mais por formas de agressão e de conquista do que pela via da amizade e da colaboração. Não há exemplo na História duma colonização asséptica e virtuosa mas podemos orgulhar-nos de que, ao longo da história de Portugal em África, não faltaram exem-

plos de generosidade e desinteresse que muito contribuiram para humanizar as formas habituais como os povos se encontraram.

Parece que há a preocupação de lembrar só os aspectos negativos desse encontro e querem fazer-nos esquecer os benefícios que daí resultaram para os próprios africanos. Com a presença europeia e com as formas de vida que aí se implantaram a África conheceu pela primeira vez todos os benefícios do progresso técnico com tudo aquilo que ele proporcionou no domínio da saúde, da higiene e do próprio bem-estar.

Teríamos o direito de o fazer? perguntam os teóricos. Teríamos o direito de perturbar a existência "paradisíaca" do negro africano, de que vemos talvez os aspectos mais poéticos mas esquecemos as precárias situações de sub-humanidade material e moral em que viviam?

Não tenho dúvidas em afirmar que os povos africanos beneficiaram do contacto europeu e que apesar de todas as acusações que hoje são feitas ao progresso técnico, nomeadamente por aqueles que não prescindem dos seus benefícios, o certo é que ele teve a sua pujança nas civilizações europeias e que foi um factor decisivo e determinante na luta contra a miséria. Creio que a solidariedade mundial contra a miséria chegaria para considerarmos benéfica a presença europeia em África. É essa solidariedade que não permite que deixemos alguns povos fora do circuito mundial do aproveitamento dos benefícios da ciência e da técnica na promoção de todos os homens e no bem-estar das populações.

É possível admitir, em teoria, que os benefícios da ciência e da técnica poderiam ter chegado à África doutra maneira, mas na prática sabemos os poucos que respondem ao apelo da generosidade e da filantropia. Se tivéssemos deixado unicamente às organizações espi-

rituais e filantrópicas o encargo de levar à África as aplicações da ciência e da técnica ao serviço do homem estou certo que bem mais longe estariam hoje os africanos de fruir esses benefícios.

Os que foram para África nem sempre foram santos nem filantropos. Foram no desejo de encontrar melhores condições de vida, e algumas vezes a aventura, os grandes motivadores da presença europeia em África. Os pioneiros, os homens de fronteira, constituiram o grupo mais numeroso dos portadores da presença branca. Mas até a contribuição que esses homens deram à civilização muitas vezes se esquece. Estou certo que um dia se fará justiça ao espírito de fronteira e ao que ele exige de riqueza humana para que se possa permanecer e sobreviver nos confins da civilização sem qualquer espécie de ajuda. Nós temos hoje a nossa vida facilitada pelos vários esquemas de segurança colectiva: da segurança física, da saúde, da escola, dos benefícios que resultam da complementaridade dos esforços humanos numa vida em comunidade, dificilmente podemos conceber o esforço, apagado mas heróico, de tantos que escolheram viver uma vida sem outro auxílio que não viesse das suas mãos, da sua inteligência ou da sua imaginação, perante os perigos de toda a ordem a que quotidianamente estão sujeitos. A facilidade dos nossos esquemas de solidariedade organizada, o mundo de equipamentos que rapidamente nos fornecem os serviços colectivos, prontos para acudir às nossas mais pequenas dificuldades, fazem-nos cometer grande injustiça: a de esquecer essa extraordinária prova humana que nos foi e nos é dada pelos homens de fronteira, cujas qualidades poderiam servir de exemplo à geral demissão a que as sociedades modernas nos levaram".

Objectei:

— *"Parece-me evidente que isso se passou assim; mas a verdade é que todos os aspectos negativos da presença europeia em África começaram a pesar na política mundial e talvez as resistências dos europeus em conceder a cidadania e os seus consequentes direitos a todas as populações tivesse levado a que uma cada vez maior parte dos novos quadros africanos considerasse que a independência política seria o único caminho para a libertação dos povos".*

Prontamente me respondeu:

— *"Essas situações verificaram-se e verificam-se, mas julgo que a situação é muito mais complexa e que a solução deve ser procurada, não pela sistemática acusação dos pretos contra os brancos, mas através da análise da situação latente em toda a vida social, que é a criação de instituições de defesa dos mais fracos contra os mais fortes. A maneira como evoluiram os novos estados africanos constitui a demonstração acabada do que acabo de lhe dizer mas, na própria África, tínhamos já elementos para isso: na Libéria, onde os negros governavam há mais de cem anos, os fenómenos de escravatura e de exploração do homem pelo homem puseram-se com igual ou maior intensidade e gravidade do que nas situações coloniais europeias. Julgo que se tivessem procurado resolver a situação da África na óptica da criação das instituições de defesa dos mais desprotegidos teríamos chegado a soluções menos espectaculares mas que teriam respondido melhor aos problemas, que estavam a ser postos e assim se teriam poupado graves experiências.*

Mas é importante que aqui se diga que o apoio que foi dado à independência dos povos africanos não foi unicamente motivado pelos sentimentos e ideais generosos dos humanistas e dos políticos europeus. Na verdade, após a segunda guerra mundial, a atitude dos novos quadros africanos teve o imediato apoio duma parte dos intelectuais do ocidente e da opinião pública que formavam, mas o que aqui foi decisivo foi o apoio que lhes foi dado por certos governos que, embora por motivos diversos e algumas vezes contraditórios, foram nisso coincidentes. Uns, completamente alheios às realidades das situações africanas, fizeram-no na ingénua crença de que estavam apoiando uma causa generosa; outros através de compromissos partidários, não perderam essa ocasião para alargar o campo da sua interferência ideológica e material; outros ainda, porque não participando de qualquer influência em África, entenderam que era essa a ocasião para aí fazerem penetrar os seus interesses; finalmente, alguns governos houve que, não estando dispostos a contrariar as correntes dominantes da opinião internacional e completamente alheios e indiferentes aos destinos do continente africano, optaram por essa forma de comodidade.

E, como é que se realizou a autodeterminação? Pela afirmação específica duma cultura de que a Europa e o mundo poderiam aproveitar? Não. Infelizmente não. Se foi através da Europa que a África conheceu os benefícios da sua cultura, foi ainda através da Europa e nem sempre pelo melhor da sua cultura, que ela tentou a sua autodeterminação.

Como disse não podemos esquecer o papel dos quadros africanos e, podendo algumas vezes compreender a sua atitude, temos que ser realistas ao fazermos a sua análise.

Os novos quadros africanos olharam para a cultura europeia com deslumbramento e, por isso, foram naturalmente levados à rejeição da sua própria cultura, nomeadamente naqueles valores que poderiam contribuir para uma civilização comum. Como muitos daqueles indivíduos que, saídos dos meios modestos, venceram na vida e olham com algum desprezo para as suas origens, o deslumbramento da cultura europeia levou muitos dos dirigentes africanos a verem só superstição e atraso no povo donde tinham saído mas, simultaneamente, entenderam que a melhor maneira de se afirmar perante a Europa era através da acusação de atribuir aos europeus todo o seu atraso. A psicologia estudou sobejamente esta situação. Daí que a sua forma de relação se processe através dum novo racismo. Ora, será possível progredir através do racismo negro? Estou certo que não. A civilização ocidental, digam o que disserem, continua a ter grandes responsabilidades na História, pois ela continua a ser a principal portadora dos recursos materiais, científicos e técnicos, sem os quais as nações não poderão progredir. Esta atitude de acusação duma cultura que ao mesmo tempo se pretende imitar, leva à manutenção duma forma de racismo que será sempre impeditivo do progresso dos povos e do encontro da sua complementaridade global. O progresso dos povos nunca poderá resultar duma luta de raças mas da luta contra as situações de injustiça, espirituais, naturais e sociais, que só com o esforço conjunto de todos e com as específicas capacidades de cada raça, um dia poderemos debelar.

A que conduziu depois a chamada autodeterminação?

Começaram por copiar as instituições parlamentares europeias — um governo, um parlamento, os partidos

políticos, — e a democracia europeia através dos seus aspectos mais formais e menos eficazes: os discursos, as influências, a corrupção, o caciquismo, a demagogia. A vida pública africana sofre um imediato regresso às divisões tribais e às lutas de clãs. Certa unidade que a presença europeia ia conquistando, desapareceu. Uma espécie de idade-média que se julgava terminada, voltou: em pouco tempo, os quadros melhores e mais capazes, política e tecnicamente mais preparados e em melhores condições para irem criando as estruturas políticas e económicas indispensáveis à existência duma nação, foram afastados. Os golpes dos mais fortes, daqueles para quem o uso do poder não tem o sentido duma função mas constitui atributo pessoal de poder e discricionarismo, depressa tomaram conta da maioria das nações africanas, com o cortejo consequente dos arbítrios, das opressões, do poder pessoal na sua forma mais primitiva.

Esta situação está sendo explorada, e de que maneira, sob formas de colonialismo irresponsável, por aquelas nações que, através dos novos "governantes", encontraram uma maneira óptima de estabelecer as suas influências e os seus interesses materiais sem a contrapartida das responsabilidades.

O que hoje constitui a vida política da maioria das nações africanas não é a preocupação do bem comum e da procura das melhores condições de progresso e bem-estar desses povos, mas todo o drama do poder pessoal, do verbalismo, do dispêndio ineficaz de energias, que seriam poucas ainda se postas ao serviço directo dum povo.

Ora, não se dá um regime a um País como se dá uma escola ou um hospital. A tradição das formas de poder em África não se apaga com uma cons-

tituição democrática certo dia oferecida pela "generosidade" das nações que pretendem administrar a História.

O direito de autodeterminação dos povos em África não pode consistir em compor apressadamente uma estrutura democrática e construir sobre esse simulacro um governo e um parlamento. Os que assim fizeram foram responsáveis pela regressão dos povos africanos a novas e mais duras formas de cativeiro.

O exercício do direito de autodeterminação dos povos em África, depende, por ora, de multiplicar as escolas e os hospitais. De equipá-los tecnicamente e de explorar as suas riquezas pondo-as ao serviço da comunidade. De dar a partilhar aos africanos, progressivamente e segundo as suas capacidades reais, o poder efectivo e não a demagogia, o caciquismo, a corrupção, o verbalismo e a arbitrariedade. O direito da autodeterminação dos povos, em África, prepara-se nos campos, pelo ensino e pela aplicação de formas de exploração agrícola, na aprendizagem dos ofícios, na escola, na formação de quadros técnicos e intelectuais que façam com que, progressivamente, todos vão ocupando e exercendo responsabilidades numa sociedade solidária de trabalho e criação.

Não me parece que a maneira como se entendeu aplicar a África o princípio da autodeterminação dos povos, consultando-os através dum sufrágio que não entendem, tenha sido a que melhor e mais rapidamente os pudesse encaminhar para uma sociedade livre. Estou convencido que muitos africanos já estarão desiludidos do processo a que os sujeitaram e que um dia escolherão outro caminho, mas até lá quanto trabalho, quanto tempo e quantas energias perdidas."

Marcello Caetano fala-me com grande segurança, como se tudo fosse exactamente assim, como quem não hesita em marcar erros à própria História, quando ela se desvia da justiça e da razão.

E, com a mesma segurança, continuou:

– *"Algumas vezes penso nas razões que levaram a Europa a tomar este caminho e creio que isso fundamentalmente se deve à fragilidade das relações que a ligavam a esses povos. Nós, os portugueses, porém, estamos demasiado ligados à África, aos brancos e aos pretos que lá vivem e que contam com a nossa solidariedade na construção duma sociedade multirracial, para que possamos sossegar a nossa consciência com algumas tiradas de retórica e ficarmos indiferentes perante opções destruidoras de muitos anos de vida, de trabalho e de progresso comum.*

Porque até nessa forma de aproximação com o continente africano a presença portuguesa se rodeou de circunstâncias bem diferentes das dos outros povos. Não é demais insistir neste ponto, pois ele condiciona toda a nossa atitude e toda a nossa determinação. Em relação às outras nações africanas poder-se-iam fazer considerações teóricas sobre a maneira pior ou melhor como evoluiram as relações Europa-África; no caso da presença portuguesa no Ultramar, há um factor que nos obriga a apreciarmos e julgarmos essa situação em termos dum compromisso concreto, que nos toca profundamente, nas respostas que são pedidas à solidariedade dos homens uns com os outros perante os perigos que concretamente os ameaçam.

As relações de Portugal com a África nunca foram relações artificiais de soberania. Na África portuguesa vivem, trabalham, escolheram como sua terra, centenas

de milhar de brancos. Muitos nasceram lá e muitos deles se reclamam de pais e avós de lá naturais e lá residentes há várias gerações. Juntamente com eles, milhões de pretos, que durante séculos só conheceram a vida tribal com os seus gregarismos e as suas rivalidades, à sombra da bandeira portuguesa encontraram uma vida comum, uma base de convívio social, uma ordem e uma lei, e as condições para evolutivamente irem adquirindo as possibilidades de enfrentar os problemas e de utilizar os recursos próprios dos territórios onde convivem.

Estes brancos que estão no ultramar não são aventureiros de ocasião, não são mandatários dos grandes interesses internacionais que pousam pelas várias partes do mundo à procura das riquezas sem nada terem que ver com a vida, a terra e a história dos lugares onde ocasionalmente se encontram. Como lhe disse, a grande maioria dos brancos do ultramar está enraizada nos territórios africanos e deles fez sua terra e sua pátria. Criaram cidades que são as suas cidades. Trabalharam nos campos onde viram trabalhar seus pais e avós. Levantaram indústrias e obras que não poderão perdurar sem eles e sem o espírito que as implantou. Para a maioria deles foi ali o espaço onde viveram a sua história pessoal: ali morreram os pais e ali os enterraram, ali viram nascer os filhos. Ali viveram as suas dores e foi ali que conheceram as suas horas felizes. Ali fizeram as suas relações, ali conheceram seus amigos e vizinhos com quem construiram obras comuns.

Se isto não chega para definir uma Pátria não sei o que essa palavra possa significar. Em qualquer parte do mundo, fora do contexto emocional que se vive, problemas tão importantes como este, em que se trata da vida e da sorte de seres humanos, seriam exemplos duma situação que a todos devia merecer respeito.

Esta forma de presença portuguesa é um facto com implicações suficientemente pesadas na análise da situação ultramarina para poder ser esquecido ou disfarçado. É um facto e um facto legítimo: os portugueses fizeram uma ocupação pacífica, plurissecular e efectiva daqueles territórios que escolheram para viver. Não há princípio de direito ou de moral que o condene. Seria o mesmo que recusar a todos os povos do novo mundo o direito de aí viverem e de aí decidirem dos seus próprios destinos. E o que me parece importante é que, ao contrário do que tanto se afirma, a posição que defendemos é aquela que mais se coaduna com os princípios da convivência social e com as exigências prospectivas duma civilização para que temos que caminhar. Uma sociedade não pode construir a sua vida normal, prosperar e satisfazer a vida quotidiana dos seus membros, através dos ódios rácicos, de distinção de raças ou de credos políticos ou religiosos. O fundamento normal das sociedades é a vizinhança. É o convívio continuado e plurigeracional das pessoas que habitam o mesmo território, que têm interesses comuns e para cuja vida colectiva têm que encontrar estruturas de paz, de progresso e de justiça social, na coexistência e no respeito de todas as raças, crenças e ideias".

Aqui, eu interrompi:

– "Considero os direitos dos brancos no Ultramar, sobretudo os daqueles que dali fizeram sua terra e sua Pátria, realidades profundamente respeitáveis que, como acabou de me dizer, não podem ser disfarçadas nem esquecidas. Mas também me parece importante reflectir sobre a forma como esses direitos são exercidos. Quando analisamos uma sociedade no tempo, é triste verificar

que os mais fortes abusam naturalmente dos mais fracos e que aquilo que tão eloquentemente e com tanto calor aqui defendemos como o "sagrado direito dos homens à sua terra e à sua Pátria", na prática, pode estar montado sobre um sistema de exploração do mais forte sobre o mais fraco. Como é que podemos evitar isso?".

– "É evidente que isso pode acontecer em qualquer sociedade e que, neste caso, a presença de diversas etnias põe problemas específicos. Queria contudo chamar-lhe a atenção para o facto do problema fundamental estar para além da existência das etnias: as formas de exploração do homem pelo homem põem-se hoje, nas novas nações africanas, com muito maior gravidade do que nas antigas situações coloniais. Na Libéria, como lhe disse, não foram as etnias que determinaram as condições de opressão: foi uma minoria negra, com acesso às formas de poder, que as exerceu sobre os seus irmãos de cor.

Não podemos apagar os defeitos da natureza humana e o convívio e o bem-estar social são, em qualquer sociedade, a resultante dos vários interesses em conflito, de modo a que o mais fraco não seja preterido pelo mais forte e a sociedade possa beneficiar da contribuição diversificada de todos os seus membros. Os conflitos duma sociedade não podem resolver-se com justiça pela exclusão forçada de um dos seus componentes. Mas também é verdade que, se os mais fortes impedem intransigentemente o acesso de todos à mesma cidadania e à igualdade perante a lei, não tenham ilusões: podem, de imediato, beneficiar nos seus interesses, mas cavam, na história, a sua própria ruína.

Assim, não me parece possível resolver os problemas da presença portuguesa no Ultramar fora das soluções que temos procurado aplicar: a construção efectiva duma

sociedade de pretos e brancos que convivam pacificamente, que igualmente se promovam, onde cada um contribua para o progresso e para a civilização com aquilo que as suas culturas, os seus recursos, as suas aptidões científicas e técnicas possam dar. Temos que caminhar por aquilo a que chamei o progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas. É essa a solução que o País aprovou e é essa que temos que seguir".

– "Fala-me da "crescente autonomia das províncias ultramarinas". Vejo a importância desta medida e tenho que reconhecer que já foram dados alguns passos nesse domínio e que alguns deles se deram vencendo grandes obstáculos. Há um fragmento do discurso que fez na Assembleia Nacional que sobre este aspecto considero muito significativo e que aqui apontei e vou ler: "O Governo Central conserva, juntamente com os encargos da defesa nacional, o dever de zelar pelo respeito dos direitos individuais de todos os elementos da população do Ultramar, sem descriminação.

À igualdade jurídica de todos os portugueses tem de corresponder, sempre e em todos os lugares, a compenetração social. Se localmente se manifestarem tendências de segregação, elas serão inexoravelmente debatidas pela intervenção do Poder Central, caso venha a ser necessário. Não desistiremos da nossa política de fraternidade racial, não renunciaremos ao nosso intento de prosseguir na formação de sociedades multirraciais, não transigiremos quanto à manutenção dum estatuto único para os portugueses de qualquer raça e de qualquer cor".

Será que esta autonomia não poderá ser acelerada? Não existirão forças que impedirão o Governo de caminhar com mais audácia neste caminho?"

— "A política da crescente autonomia das províncias ultramarinas foi aprovada pela Nação e nada fará recuar o Governo na sua aplicação. Para ela foram já dados sucessivos e significativos passos que as pessoas de boa fé podem verificar estarem decididamente no caminho dessa sociedade autónoma, aberta e plurirracial de que a cultura portuguesa é elemento aglutinador, mas receptivo à riqueza cultural das diversas etnias.

As intervenções do Poder Central irão sucessivamente diminuindo mas não abdicaremos delas enquanto se mantiver uma situação de crise que, muito naturalmente, poderá levar a posições simuladas ou declaradas de formas de segregação. Temos que prever o perigo — nomeadamente pelo clima emocional que as situações de conflito podem originar — de que camadas de mais forte poder económico ou social sejam tentadas a exercer esse poder em prejuízo da justiça e da igualdade da sociedade que queremos realizar. Por paradoxal que isso possa parecer é ainda em homenagem ao princípio de autodeterminação dos povos que o Poder Central não pode abdicar dessa intervenção. Não tenhamos ilusões: se, em conformidade com as resoluções da ONU, abandonássemos o exercício da nossa soberania, essas camadas sociais de maior poder económico seriam naturalmente levadas a imitar experiências vizinhas que estão fora da nossa forma tradicional de presença em África, com políticas raciais distintas, sob pena de perdermos irremediavelmente a sociedade multirracial que defendemos e estamos a construir.

Os homens, quando em situação de ameaça ou de conflito, são, muitas vezes, levados a opções que não estariam naturalmente na sua índole e nos princípios por que pautam a sua conduta. Nestas ocasiões é extraordinariamente vantajosa a permanência e a actividade

das pessoas que vêm de fora das zonas naturalmente sujeitas às situações de emotividade. Elas podem levar preciosos elementos de imparcialidade, ponderação e justiça, não só quando no exercício de funções públicas mas muitas vezes até nas próprias actividades privadas.

As medidas que estamos tomando quanto ao Ultramar aparecem como a única solução política para a situação criada. É uma solução difícil, dispendiosa, nada espectacular, mas é a única que está de acordo com as responsabilidades que devemos aos brancos e aos negros que vivem nos territórios ultramarinos, e aos princípios da moral e do direito que regulam a formação e a existência das sociedades. Seria bem mais cómodo ceder às pressões da opinião pública internacional e a tudo o mais mas a natureza daquelas responsabilidades não permite que lhe possamos responder com a comodidade.

Enquanto mantiver as responsabilidades do poder e enquanto for esse o mandato da Nação, não renunciarei à defesa do Ultramar, como não renunciarei à promoção duma civilização luso-africana que um dia há-de encontrar o seu equilíbrio. Os pretos terão muito que beneficiar da presença e da acção dos europeus, do seu condicionamento intelectual que naturalmente os levou a interrogar, a descobrir, a forçar, a modificar a natureza e de que resultou a ciência, a técnica e a construção jurídica do Estado moderno. Estes factores são imprescindíveis a uma civilização, mas ela não pode ficar por aí. Os evidentes sinais de fastio, de desencanto e de náusea de que dá mostras a civilização europeia vêm dessa sua quase exclusiva preocupação de conhecer e descobrir este mundo virando costas a tudo o mais. Se julgarmos a cultura negra através das nossas motivações ocidentais, somos levados a julgá-la injustamente: o africano não tem gosto pelo trabalho e tem um rendi-

mento medíocre, o africano não inventou nada que esteja na base da técnica humana nem dá muita importância à relação causa e efeito. Mas tem um mundo de valores que talvez possa compensar a desumanização e o tédio das nossas civilizações: a grande riqueza da sua vocação comunitária, a sua quase insensibilidade ao valor e à propriedade dos bens. A sua capacidade de fantasia, de ritmo, de festa. A sua sensibilidade aos valores poéticos. Uma civilização que resulte da integração de todos estes valores estará de certo mais próxima do destino dos homens. Estamos vivendo a perturbação dos tempos intermédios, pois uma civilização para construir-se necessita de possibilidades de amadurecimento. Tenhamos consciência da dificuldade e da dureza dessa perturbação mas devemos ter esperança em que ela prepare um futuro melhor e mais criador".

Eu ia pensando nisto: na grandeza e na importância duma raça para quem a ciência, a técnica e o estado moderno, e com eles as indústrias, os comércios, os grandes modelos económicos, são coisas secundárias e de como para nós tudo isso é essencial e essencialmente condiciona as nossas vidas. De como vivemos todos com os nossos sonhos mutilados e atrofiados, reduzidos a valores menores por esta acutilante vocação cartesiana do europeu que nos fez conhecer o mundo mas que talvez nos tenha impedido de nos conhecermos a nós mesmos. E de como até nisso estavam erradas as novas independências africanas, a condicionarem-se pelos nossos gastos modelos, a abafarem mais uma vez a riqueza de tantos valores que surpreendo na vida vaga e leve dos negros do Brasil, a deixarem aos brancos os trabalhos "menores" de tratarem das políticas, das administrações e das infra-estru-

turas e a guardarem para eles a iniciativa da alegria, da cor e da grandeza daquela grande festa tropical.

Pensei isto mas guardei-o para mim. Adivinhava já o sorriso com que normalmente responde às minhas divagações "poéticas". O que disse foi o que a seguir pensei: uma queda na evidência do nosso real imediato.

– *"Infelizmente, tudo o que me disse não fica na harmonia desta nossa conversa. As circunstâncias determinaram que essa posição, que eu considero mais do que defensável porque a considero justa, só possa ser defendida com as armas na mão. Admito que ela seja suficientemente importante para que lhe sacrifiquemos muita coisa: as limitações do nosso desenvolvimento económico, a comodidade da nossa vida internacional uma mais intensa colaboração com os organismos internacionais. Mas pergunto-me em que medida temos o direito de sujeitar toda a nossa juventude à perspectiva duma guerra e das suas inevitáveis implicações, onde o trágico risco da morte não é talvez a situação mais grave..."*

– *"Quero dizer-lhe que, desde a primeira hora, considero a guerra do Ultramar e a situação da juventude os problemas mais graves e mais preocupantes que se põem à minha consciência de governante. E não se esqueça que dos meus catorze netos, dez são rapazes Tudo o mais, com maior ou menor importância na vida nacional, são problemas que não se revestem da gravidade profunda dos dois que enumerei. Você põe, no fundo, o problema da legitimidade da guerra. Eu admito que haja pacifistas se bem que tenha muita dificuldade em conceber como é que um pacifista puro reaja a uma concreta situação de violência que lhe tenha sido criada Como é que um pacifista puro reage perante uma ameaça*

presente à sua vida, à vida e honra dos seus. Não sei como é que essas situações são vividas pelos pacifistas. Considero que a paz é uma virtude que deve ser procurada a todo o custo, a começar no coração de cada homem. Também como governante, considero que a preocupação da paz deve ser constante mas não é possível a um governante ser pacifista e ficar indiferente e indefeso perante agressões efectivas à paz e à tranquilidade dos cidadãos. Não tenho problemas de consciência quanto à legitimidade e à justiça da guerra que mantemos no Ultramar. Vivíamos uma situação pacífica na convivência procurada de todos os portugueses daquelas regiões e essa situação foi perturbada pela violência a que não podíamos nem devíamos deixar de reagir.

Dizia-me você ainda se seria legítimo sujeitar toda a nossa juventude à perspectiva duma guerra e à condição igualmente grave de morrer ou de matar. Se é legítimo o nosso direito de defesa, a questão está em saber se será igualmente legítimo exigir aos portugueses da Metrópole a solidariedade com os nossos irmãos do Ultramar. E quando penso nos portugueses do Ultramar não penso, como muitas vezes somos acusados, nos grandes interesses e nos seus detentores. Já uma vez lembrei que os grandes interesses arranjam sempre maneira de se defenderem de se entenderem com os triunfadores; os seus detentores, se quiserem, conseguem meios fáceis de sair das zonas do perigo. Penso é naqueles, que são a grande maioria, cuja vida é a sua pequena fazenda, o seu pequeno comércio ou a sua pequena indústria. Nos que têm uma vida que não pode ser transplantada e que dificilmente pode ser vivida fora da terra e da casa que os viu nascer ou que escolheram como sua. É com esses portugueses que eu sinto o dever de sermos solidários. Se, nestas circunstâncias, a solidariedade

humana não se aplica, não sei quando é que essa palavra tem aplicação. Na última guerra, todos achávamos natural que povos dos mais distantes pontos da terra, da América do Norte, do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, do Brasil e da África do Sul, acudissem à Europa e estivessem solidários com os povos que Hitler invadira. Não havia nem razões de sangue, nem razões de língua, nem razões de história. Diria que eram bem precários os laços que uniam todos esses povos, comparados com aqueles que nos ligam aos portugueses de África, mas todos se sentiram solidários com os que tinham sido vítimas duma agressão injustificada e ninguém pôs em questão esse auxílio e esse apoio. Então que dizer duma situação como aquela que foi criada aos portugueses do Ultramar, dum momento para o outro, perturbados no seu trabalho pacífico, na legítima segurança das suas vidas e haveres e vendo a sua Pátria em grave risco de violenta espoliação e destruição?

Bem gostaria de podermos dar à nossa juventude as perspectivas e os caminhos da paz mas creio também que a juventude não nos perdoaria se essa paz fosse obtida pelo preço da renúncia, como se não contássemos com a sua generosidade para estar ao lado de quem muito justamente defende a sua vida, a sua terra e o seu pão.

Alguns têm dado a vida em África. Outros regressam de lá mutilados. Corta o coração? Sem dúvida. Mas que males piores evitou o seu sacrifício? E será o facto de se correrem riscos de perdas de vidas justificação suficiente para cortar o mal pela raiz? Olhe para o que se passa nessas estradas: as vidas jovens que todos os dias são sacrificadas em estúpidos desastres, as situações dolorosas criadas a tantos sobreviventes reduzidos a mera sombra do que foram... E vamos

por isso fechar as estradas? Proibir o tráfego? Suprimir os automóveis?

A luta por uma causa nobre, ao menos, é uma justificação que não existe quando a morte e a mutilação resultam dos desastres da estrada."

Continuei a argumentar:

–"Eu não posso esconder que sou especialmente sensível à guerra. É um fenómeno que nunca fui capaz de integrar em mim e, felizmente que Deus me poupou até hoje a ter que assumir pessoalmente uma situação de violência colectiva porque não sei, francamente, como reagiria. No entanto, sinto que, perante uma concreta ameaça aos que me estão próximos não me repugnaria usar da violência. Mas tenho filhos e gosto deles vivos. Tenho algumas ilusões do que eles poderão fazer e criar e disso posso tirar algum orgulho. Não sei se serei capaz de os tirar da sua morte ou de os sujeitar à experiência da violência, para a qual, de modo nenhum, foram feitos os homens. Não estou a tomar posições pacifistas porque sei que são demasiado teóricas mas, de qualquer modo, a guerra, mesmo a guerra justa, não me tranquiliza. Pergunto-me porquê. E a primeira pergunta que me faço a mim próprio é se, sobre a cobertura edificante da nossa solidariedade com os portugueses do Ultramar, nós não estaremos a defender interesses materiais e formas específicas de exploração capitalista. Reconheço que esta frase é demasiado fácil e quase demagógica mas, como disse, procuro as razões por que sinto resistências interiores a aderir a uma guerra, mesmo quando, como neste caso, ela se apresenta justificada por razões que não posso nem quero pôr em questão".

— "Se bem compreendo o que me acaba de dizer, as razões que apresentamos para justificar a nossa presença em África, dispostos a defendê-las pelas armas, traduzir-se-iam afinal na defesa e na aplicação dos esquemas de exploração capitalista e nas formas de opressão específica que ela naturalmente acarreta.

Em primeiro lugar, faço questão que fique bem claro, não considero que tomámos as armas para defender sistemas económicos. Fizemo-lo para defender pessoas e só isso justificaria que o tivéssemos feito. Os portugueses não estão em África para implantar o capitalismo. Há portugueses que nasceram em África. Há portugueses que vivem em África. São esses que defendemos. Claro que esses portugueses para lá viverem tiveram que desbravar terras, abrir estradas, fazer portos, erguer fábricas, construir cidades, e tudo isso é motivo de orgulho e sinal de civilização, no sentido de criação de uma infra-estrutura de vida social com aproveitamento das técnicas modernas. Tem isto algum mal? Seria melhor se ali tivessem chegado e ficassem a viver em economia de subsistência?

Eu sei que seria diferente se, nos territórios do Ultramar, estivessem governantes socialistas — embora a administrar estruturas capitalistas. Não haveria moções na ONU, nem na OUA, nem na Comissão dos Direitos do Homem. Os intelectuais do Ocidente não fariam protestos e os que nos atacam não teriam armas. As verdadeiras e graves situações coloniais verificam-se hoje na Estónia, na Letónia, na Lituânia, no Tibete, mas parece que isso não incomoda ninguém... E todavia, nestes países é que intencionalmente se está a implantar um sistema político-económico, contra a vontade dos habitantes e com o emprego da força. Não nas províncias portuguesas de África.

Os portugueses vivem em África e a estrutura económica da sua presença segue o modelo da economia de mercado, corrigida com as intervenções que temos julgado convenientes para uma melhor realização do bem comum. Os homens não descobriram ainda nem creio que venham a descobrir, um modelo político-económico que faça o paraíso na terra, mas o que a experiência da história nos tem ensinado também é que nos países onde, a pretexto da sua libertação, o modelo socialista foi imposto aos povos, eles ficaram sujeitos a maior e mais dura opressão.

A nossa presença em África adopta o modelo que reconhece ao homem o direito à propriedade, à livre iniciativa empresarial, à livre promoção e exploração das riquezas e à livre disposição dos resultados do seu trabalho. Há irregularidades e injustiças resultantes da aplicação pura do modelo capitalista? A nossa administração não descura de fazer as necessárias correcções, intervindo, nomeadamente através da legislação do trabalho, da regulamentação do ensino e da saúde, da promoção do bem-estar social, da criação de instituições donde resultam formas de melhor justiça e segurança social.

Você falou na gravidade de sujeitarmos a juventude à experiência da violência. Lembro-lhe o que há pouco lhe disse: há situações na vida das pessoas e na vida dos povos em que não podemos evitar o recurso à força para nos defendermos de violentos e injustos ataques. Mas repare ainda, e não pondo em dúvida a sua sensibilidade especial às situações de violência, que assistimos infelizmente, sobretudo nos meios de juventude, a um clima de violência gratuita, de violência como fim. Ora, ajudar a defender aqueles que estão em perigo é talvez a única forma de bom uso da força. Nessas

circunstâncias, os problemas de consciência teriam surgido se, perante os ataques de que os portugueses do Ultramar foram vítimas, nós os tivéssemos abandonado. Cobardemente. Egoistamente. Cedendo sem resistir aos ataques de meia dúzia.

– "Eu sei que o clima de violência está generalizado e acontece até que alguns psicólogos fizeram, à volta da agressividade uma "construção científica" com que pretendem justificar muita coisa que me parece injustificável. Mas temos que admitir que haja alguns para quem esse problema existe e existe duma maneira extrema: aqueles a quem o uso sistemático da violência perturba as suas estruturas profundas duma forma muitas vezes irreparável. Não seria possível prever para esses casos o estatuto do objector de consciência, não, evidentemente, para os libertar pura e simplesmente dos seus deveres de solidariedade, mas pela colocação em serviços sociais civis que visassem a saúde, a educação, a acção social?".

– "A consciência das pessoas é muito respeitável mas o reconhecimento dum estatuto de objector de consciência pode dar lugar, em concreto, a grandes injustiças. Repare que, em tempo de guerra, esse reconhecimento significa também retirar essas pessoas das zonas de maior perigo e poderíamos assim dar lugar a situações moralmente mais graves: que a coberto de verdadeiros ou imaginários problemas de consciência individual uns obteriam tratamento de excepção, enquanto os outros arriscam a vida.

É muito difícil definir com justiça essas situações alegadas por cada um quando avaliadas perante o facto imediato da guerra. Diferente é já o caso daqueles, que, como os sacerdotes e frades, optaram por

dedicar toda a sua vida a uma missão de serviço e devoção a Deus e ao próximo. Esses, como sabe, têm estatuto próprio.

As circunstâncias que estamos a viver obrigam-nos a estabelecer a prioridade da defesa e afectar a ela todos aqueles que mostrem ter possibilidades físicas para o fazer. À autoridade militar cabe, em concreto, determinar quais os que devem estar destacados para os serviços de acção social civil. Não é possível estabelecer critérios que não estejam sujeitos à prioridade da defesa".

– "Outra pergunta que faço a mim próprio para explicar as resistências a que atrás referi é se, paralelamente à acção militar, nós nos teremos empenhado suficientemente numa acção diplomática que vise negociar condições de paz, nomeadamente através de negociações com os chamados "movimentos de libertação"?

– "Temos correspondido a iniciativas diplomáticas e continuamos abertos a todas aquelas que visem o restabelecimento da paz nos territórios do Ultramar mas é evidente que essa paz não pode ser obtida através de negociações com os chamados "movimentos de libertação", núcleos minoritários que de nenhum modo poderão ser considerados representativos das populações locais. A sua importância vem do apoio que lhes é dado pelos organismos internacionais e por alguns países que, como já lhe referi, procuram com isso a penetração dos seus interesses materiais ou ideológicos, normalmente os dois em conjunto. As negociações com os "movimentos de libertação" implicariam o reconhecimento duma importância que não têm e seria uma grande injustiça para a grande maioria das populações

de cor que acreditam na sociedade multirracial que propomos, na representatividade que, progressiva mas aceleradamente, lhes está aberta, na autonomia que estamos a construir. É esta representatividade que, em boa justiça, poderá e deverá intervir, juntamente com os brancos, nos destinos dos territórios do Ultramar".

— "No entanto, apesar desse carácter minoritário, são esses movimentos que mantêm uma guerra que já fez dez anos...".

— "Isso é desconhecer a natureza da guerra de guerrilhas. Um pequeno núcleo, num território grande e ainda insuficientemente povoado, com simples acções de surpresa que partem de territórios estrangeiros onde têm as suas bases, pode exigir a mobilização e a permanência dum exército de milhares de homens.

E não julgue que esta atitude significa uma teimosa intransigência e uma imposição em bloco das teses que entendemos traduzirem os princípios da razão e da justiça que julgamos que se devem aplicar. Eu sei que muitas vezes, perante a impossibilidade de realizar a Justiça, somos tentados a procurar formas de justiça relativa. Mas elas não poderiam deixar de partir, pelo menos, do reconhecimento, da defesa e das garantias de exercício dos direitos cívicos, patrimoniais e políticos dos brancos que habitam os territórios do Ultramar e os tomaram como sua verdadeira Pátria. Ora o que os acontecimentos contemporâneos nos têm provado é que os acordos que previam a salvaguarda e a defesa desses direitos nunca foram cumpridos pelos chamados movimentos de libertação. Sendo assim, quem se atreve a tomar perante a História de Portugal a responsabilidade de deixar alguns milhares de portugueses inteiramente desamparados? Eu não".

— "Nesse caso, que acção diplomática nos resta? Que espécie de colaboração poderemos esperar obter da vida internacional no sentido de restabelecermos o mais breve possível, os caminhos da paz?".

— "A acção diplomática que insistentemente temos mantido para defender, explicar, esclarecer e convencer a comunidade internacional das razões que nos assistem e da impossibilidade de obtermos a paz por outros caminhos, tem tido resultados, para o que contribuiu também a evidência dos acontecimentos em que se desenrola grande parte da vida pública dos novos estados africanos.

Mas temos que estar certos de que muitas nações, que vêem contrariados os seus interesses, redobrarão na sua acção contra nós e não podemos esperar que a vida internacional nos seja fácil. Os organismos internacionais funcionam tendo por órgãos supremos assembleias onde prevalece o voto da maioria — e esta hoje está nas mãos dos afro-asiáticos. Essas maiorias conduzem-se irracionalmente, guiadas por mitos e slogans, e são incapazes de reconhecer que a autonomia por nós adoptada se aproxima mais do espírito que devia presidir à vida internacional do que a abdicação da defesa das populações daqueles territórios. Certas forças espirituais e morais hão-de continuar a cair na tentação de conquistar as simpatias dos novos estados africanos mesmo com prejuízo da realização das soluções que, nas circunstâncias que estamos vivendo, melhor parecem servir a verdade e a justiça. Não se modifica dum dia para o outro uma opinião pública a quem habituaram a ver no "colonialismo" a fonte de todos os seus males.

Não, a vida internacional não nos vai ser fácil e, no entanto, se cessasse a ajuda que certas potências

estrangeiras dão aos movimentos que nos atacam, sobretudo os que lhes fornecem armas e lhes abrem as suas fronteiras permitindo que nos seus territórios se estabeleçam as bases e as iniciativas de acção contra os nossos, a paz em pouco tempo seria restabelecida.

Sabe que, enquanto todos os países hoje se recusam a vender-nos armas, munições e até equipamentos que possam servir para fins militares (e isto em consequência de deliberações das Nações Unidas) – os chamados movimentos de libertação dispõem do armamento mais moderno, obtido de graça e em quantidades ilimitadas?

Estamos abertos a toda a acção diplomática que possa contribuir para o fim da guerra mas essa acção terá que compreender que não nos é possível aceitar soluções que de imediato ou a prazo, signifiquem o abandono de portugueses, das suas vidas, dos seus bens, da sua Pátria.

Se você me pergunta o que é que eu mais veementemente desejo dir-lhe-ei que é a paz no Ultramar. Não são os encargos da defesa, nem as menores possibilidades para intensificar o nosso desenvolvimento, nem as dificuldades da nossa vida internacional que me levam a essa atitude: é que os homens vivem para trabalhar na paz e só nela é possível construir a sociedade multirracial que desejamos. Mas essa sociedade não pode nascer duma paz artificial que apressadamente construíssemos para corresponder à comodidade da nossa vida internacional e até da nossa vida interna e da nossa vida pessoal, porque ela criaria à consciência dos homens, à consciência e até à economia da Nação maiores e mais graves problemas. A paz não pode nascer de cedência a uma chantagem internacional que, numa base racista, entregasse aos movimentos subversivos a soberania sobre os territórios do Ultramar de

modo a, mais tarde ou mais cedo, os brancos serem expulsos da África. Perante esta ameaça compreende-se a atitude dos rodesianos.

A paz só é possível se corresponder à existência duma sociedade onde todos os seus membros, sem distinção de raça, religião ou credo político, vivam em igualdade de direitos, no progresso e na justiça.

Se eu tenho problemas de consciência! A guerra no território nacional causa a qualquer governante responsável grandes e graves preocupações, mas estou certo que os meus problemas de consciência seriam muito maiores se, pela nossa renúncia, pela nossa incúria, pela nossa abdicação, abandonássemos à sua sorte os brancos e os pretos que em nós confiaram e com quem tínhamos o dever de estar solidários".

A conversa foi muito longa. Eu ouvi, ouvi e quase não falei. Não escondo que senti o peso de muito de quanto me disse e lembro-me de, naquele momento, ter realizado que por detrás das nossas palavras se levantava a grandeza e a importância duma das tais situações que ultrapassam a dialéctica incólume das vozes e se vivem e se decidem em forma de sangue humano.

Saí de sua casa e tento refazer a insatisfação que senti, a impotência perante uma guerra que há dez anos quase mansamente nos rói, se infiltra nos nossos projectos e interrompe as nossas vidas. Que vai pondo cruzes espaçadas por esses cemitérios e lágrimas isoladas nos olhos dos que choram os que vão morrendo.

E dei-me conta da sua dificuldade e do seu drama: o de quem entende que só uma solução digna pode estar à altura da dignidade e da importância de muitas coisas que neste momento ali se jogam.

Vejo como a minha geração analítica tem dificuldade em refazer situações com as quais, ainda há bem poucos anos atrás, se construiam epopeias e de como somos capazes até de dar solenidade e grandeza a algumas das nossas recusas. Pergunto-me também se eu teria problemas de consciência se, a pretexto dos ventos da história, dentro de dois anos os pretos e os brancos de Angola e Moçambique estivessem à mercê dum General Amine...

Sei que estou perante uma daquelas situações que a literatura não chega para poder redimir, mas não posso deixar de pensar em Albert Camus, que nasceu na Argélia, onde foi capaz de viver em irmandade com os árabes e onde imaginou um futuro feito dessa irmandade colectivamente vivida. Penso nele e nas palavras que disse aos estudantes da Argélia que um dia o procuraram:

"La réparation que l'on vous doit est immense, peut-être surhumaine. Mais la solution passe aussi par les Français d'Algérie. Il y a une patrie algérienne et deux peuples qui y sont enracinés avec désormais la même intensité. Une Algérie exclusivement arabe sacrifierait l'un des deux peuples. Ce serait répondre à une injustice par une injustice. Il y a des hommes qui s'y résignent au nom de l'históire. Je ne crois pas à la nécessaire coïncidence entre l'histoire et la justice. Eux non plus d'ailleurs. Mais en ne le disant pas, ils abandonnent leur qualité d'intellectuels".

É isto o que eu sinto. É isto que eu acho que também devo dizer.

– VIII –

Isto, da Economia, ficou para o fim. Por minha causa, evidentemente. Muitas vezes, durante estas nossas conversas, senti a preocupação do Professor Marcello Caetano de me fazer descer da estratosfera para os tais problemas comezinhos que fazem o dia-a-dia do governante: os salários, os preços, as habitações, tudo aquilo que constitui afinal o mundo das exigências imediatas, que fazem sair as leis pelo "Diário do Governo", os requerimentos entrar nos Ministérios e o despachar dos Ministros a toda a hora: concordo, deferido, indeferido, faça-se.

Confesso que tenho uma recusa interior a falar nisto porque acho que, no fundo, o destino dos povos tem pouco que ver com as várias economias. Acho, mas sinto que estou a funcionar contra a própria evidência. Na verdade, é à volta dela que os políticos se justificam ou se comprometem e que os governos fazem a sua prova. Aos mecanismos económicos vemos reduzidos os elementos dinamizadores das sociedades modernas. Debalde os pensadores e outros preciosos das ideias construirão esquemas, mas vejo que terão que os sujeitar a esta prova bem simples: ou as pessoas vivem bem ou vivem mal.

Se vivem bem, não tenhamos ilusões, qualquer governo lhes serve. Se vivem mal, não adianta justificarmos as nossas propostas com grandes fundamentos "humanistas": elas ficarão com aquela meia dúzia que nelas acredita e os governantes terão que procurar outros meios mais eficazes, para conterem o descontentamento dos súbditos.

Forço-me um pouco para falar de economia mas sinto que tenho que o fazer. Não sei se, em tudo o que já deixei escrito, eu terei deixado entender que não me entusiasmam quaisquer dos modelos económicos "aprovados oficialmente" para uso dos governos de hoje e que, no meu entender, o modelo neo-capitalista como o modelo socialista, são duas propostas falhadas de organização económica da comunidade humana e que teremos que inventar qualquer coisa de novo que possa repor o homem dentro do equilíbrio da natureza que o gerou, e que nos possa libertar desta corrida desenfreada às coisas que afinal nos destroem.

Mas, quem sou eu para falar assim? Quando o Senhor Sicco Mansholt, que era o Senhor Sicco Mansholt, levou a sua carta a Malfatti, quem se importou com isso? E poderá hoje, seriamente, um governante deixar de responder à temática dos níveis de vida e de tudo o mais de que é feita a indústria do bem-estar e a produção dos "teres"?

Acresce – e disso eu tenho consciência – que as sociedades não podem, dum momento para o outro, deixar de depender do macro-sistema que as organiza. É preciso levar muito longe a nossa ingenuidade, quiçá a nossa incapacidade de abordar o real, para nos convencermos que os sistemas económico-sociais podem ser radicalmente alterados, da noite para a manhã, por um golpe de magia dos donos do poder. As sociedades modernas são sociedades extraordinariamente pesadas

e quem não conta com a grande força da inércia arrisca-se a enfrentar Golias sem ter sequer na mão a funda de David.

Eu estava certo que teria de falar de economia e pensei até em meter "explicador". Pensei em pedir a um dos meus amigos economistas que me acendesse umas luzes de modo a que eu pudesse ver as dez ou vinte perguntas-chave que entrassem nos dez ou vinte pontos-fechadura da nossa vida económica, mas depressa pus a ideia de parte porque me pareceu mais importante substituir-me ao modesto cidadão que, sem saber dos porquês da conjuntura, verifica que o dinheiro é cada vez menos e as suas necessidades cada dia maiores. Foi isso que tentei fazer.

Nesse dia, com um ar de quem não tem muita preocupação de esconder o seu pouco interesse, disse que tínhamos que falar de economia pois se o não fizéssemos ninguém me perdoaria, mas que eu – e dei algumas razões das que atrás escrevi – ainda não estava muito certo da sua importância.

Estou convencido que, para Marcello Caetano, felizmente, a política é qualquer coisa mais do que a aplicação dum sistema económico a uma sociedade, pois fala-me como se os problemas económicos, não obstante a sua premência, fossem mais um dos muitos problemas de que um Governo tem que cuidar.

– *"Pois é"* – disse-me – *"todos se interessam pelos problemas económicos mas aí está um domínio onde é muito difícil à generalidade das pessoas ter opiniões fundadas. O mundo vive na aspiração da sociedade da abundância... e do ócio. Todos querem ter tudo com o mínimo de esforço pessoal. Há uma insatisfação generalizada: tudo o que se consegue parece pouco e todos tomam*

por direito próprio o que recebem e aquilo que desejam, sem se importarem com as possibilidades de satisfação desses desejos. Os Governos vivem sob a permanente pressão das reivindicações. Mas toda a economia internacional, parecendo em maré de prosperidade, sofre de doenças graves. Sobretudo da doença da moeda."

Eu tinha uma pergunta a fazer mas queria fugir aos termos técnicos pois, como disse, gostaria de me colocar na óptica dos desejos e carências do cidadão vulgar. Pensei na "inflação" mas estava quase a pô-la de parte, pois fora em tempos uma palavra secreta, para manipulação de especialistas, quando me lembrei que ela passou para o vocabulário comum e que, detrás do primeiro balcão, se se discute o preço do retrós, qualquer empregado se sente autorizado a explicar "que vai p'raí um surto inflacionista que não se sabe onde iremos parar" Por isso perguntei:

– *"É um facto que existe inflação em todo o mundo, mas não haverá causas específicas da inflação no nosso país? Ouço dizer que a alta dos preços em Portugal é fruto do desajustamento entre a oferta e a procura, sobretudo quanto aos produtos alimentares e à habitação, que é, no fundo, aquilo de que as pessoas não podem deixar de precisar..."*

– *"Quantas vezes mo têm repetido! Mas será assim? A inflação monetária traduz-se na alta dos preços mas consiste em, num dado mercado, se verificar a desproporção entre os meios de pagamento existentes e o volume de bens e serviços susceptíveis de ser transaccionados. Essa desproporção pode resultar da injecção constante dos meios de pagamento, sem que correspondentemente*

cresça o volume dos bens transaccionáveis, ou da escassez destes bens em relação a uma circulação monetária estável. Ora, no nosso caso, como em geral em todos os países europeus, o que se tem verificado é a aceleração do crescimento dos meios de pagamento em ritmo muito superior ao da produção e oferta dos bens e serviços. Não há escassez de bens — salvo num ou noutro caso, como o da habitação, a que já nos referiremos: o que sucede é serem os mercados constantemente inundados de moeda. As pessoas têm crescente capacidade de compra. Procuram aplicar ou gastar o seu dinheiro. Não há oferta que sacie essa procura. E o valor da moeda — medido pelo nível médio dos preços — decai".

— "Disse que me ia falar da habitação: Não será esse um caso típico de escassez de oferta?"

— "É, nas cidades. Sobretudo nas grandes cidades. Já tive ocasião de observar que, muita gente, com a sua casa nas vilas e nas aldeias, e nem sempre má, acorre às cidades para viver nelas e nelas reclamar habitação. E tenho dito o que me não parece discutível: que a reivindicação de um direito ao lar não pode ser aceite nos termos de cada qual escolher o local que mais lhe convenha para residir. É dos tais direitos que só se concebem numa sociedade socialista estritamente sujeita a planos para tudo. Cada cidade, cada vila, cada aldeia, com a sua população calculada e permitida e não mais..."

— "Mas, não haverá medidas indirectas para fixar as populações de modo a travar o afluxo urbano?"

— "Há, mas, como já algumas vezes lhe tenho dito, temos que aceitar as desvantagens menores das opções

que tomámos quando as fizemos porque as julgámos melhores.

Não faltam estudos nem opiniões sobre os afluxos urbanos e sobre a necessidade de os travar, promovendo a fixação das populações nos pequenos centros de província e até nos meios rurais. É evidente que, em teoria, uma solução socialista resolveria o problema: o grande plano preveria a densidade populacional dos diversos núcleos, distribuiria as indústrias, fixaria obrigatoriamente as populações. As rendas seriam possivelmente mais baixas mas duvido que os homens vivessem melhor. Os afluxos urbanos são motivados por um conjunto de causas que provocam a vinda em massa para as cidades. Por um lado, são os quadros mais qualificados que acodem às grandes cidades porque aí estão, normalmente, os centros de decisão que deles necessitam e onde esses quadros melhor e mais capazmente poderão fazer render as suas qualidades. Os quadros, os centros de decisão, os nós de comunicação, levam por sua vez à fixação das indústrias sempre que não existem razões naturais que aconselhem a sua fixação noutros locais. As grandes cidades transformam-se assim em grandes mercados de trabalho onde naturalmente afluem as populações. Por outro lado, há todo um mundo de serviços, nomeadamente a educação dos filhos, que fazem com que muita gente se queira fixar nas grandes cidades. Como se sabe, a grande cidade cria graves problemas, entre os quais a carestia das rendas de casa não é certamente o mais importante e, por isso, há todo o interesse em evitar o gigantismo urbano.

A solução que pareceria indicada seria a de descentralizar as indústrias e a de criar as instituições e os serviços nos núcleos do interior. No entanto, e quanto às indústrias, não me parece que seja indicado sujeitar a

sua implantação a um plano rígido já que, muitas vezes, interesses atendíveis justificam a sua existência nos grandes centros. Quanto aos serviços, eles só poderão ser criados quando se verifica um mínimo de condições que os justifiquem.

O Governo tem procurado promover e apoiar o desenvolvimento regional e incentivar a implantação das indústrias e de outros meios de desenvolvimento, fora das grandes cidades. Por outro lado, a rede escolar brevemente cobrirá todo o país. Com o funcionamento próximo das novas Universidades, o equipamento hospitalar regional e a descentralizaçaao progressiva dos diversos serviços, as populações passam a poder usufruir, fora dos grandes centros, dos benefícios dessa actuação.

A acção progressiva desta série de factores fará de certo atenuar o afluxo para as grandes cidades mas, evidentemente, não o evitará. O problema só teria resolução se pudéssemos proibir as pessoas de viver nas grandes cidades, mas essa é uma solução que não se pode tomar".

– "De qualquer modo parece-me que, mesmo em condições normais de desenvolvimento das populações existentes, a oferta de casas para habitação é escassa e as rendas são demasiado caras".

– "O problema não é só nosso. Nos grandes centros, aliás, existe um factor de encarecimento das rendas a considerar: a multiplicação de escritórios de empresas que se instalam em casas destinadas a habitação e não discutem a renda a pagar. Há bairros em Lisboa quase já só ocupados por escritórios. Temos que multiplicar as casas unicamente destinadas a alojar pessoas e barateá-las, sobretudo diminuindo o custo dos terrenos. Adop-

támos para isso uma solução muito drástica que estamos a pôr em prática: a da chamada "expropriação sistemática" dos terrenos para prédios de habitação pelas entidades públicas. São grandes espaços cujo solo é nacionalizado, evitando-se a especulação nas transacções. O Estado toma conta dos terrenos mas não os revende: quando muito cede temporariamente direitos de superfície aos construtores."

– "Porque não constrói só o Estado?"

– "Porque não se consegue, por muito esforço que se faça, substituir a acção da iniciativa privada, que neste domínio é tão grande: actualmente, oitenta por cento dos edifícios são de construção particular."

Não que eu sentisse que, no meu papel de homem da cidade, ficassem esgotadas as minhas carências urbanas mas, nado e criado numa cidade de província, fui um menino de quinta e árvores e bichos amigos e sinto hoje uma tremenda nostalgia do campo e de tornar a sentir no corpo da terra a marca das quatro estações do ano. Não é uma nostalgia sentimental, acreditem. Tenho muito medo dos grandes bucólicos, dos Antónios Nobres da organização social, que imaginam um mundo manso e agrário, à medida da sua própria tísica, e com isso se defendem da dificuldade de enfrentar o outro, quando clama e reclama um lugar ao sol. Não é isso, não. É uma aguda consciência de que a cidade é a expressão visível do grande condicionamento antinatura que estamos todos vivendo e que nos vai, festivamente, devorando. E, dêem as voltas que derem, a terra continua a ser quem nos pode matar a fome. É quem nos dá o pão e o vinho, os cereais e o gado, as maçãs e as uvas, como

ensinavam os livros de leitura da instrução primária. É do forte ventre da terra que o homem recebe quotidianamente a força que o trás de pé.

Quem assim pensa e hoje vai ao campo fica necessariamente triste. Passo pela minha Beira e vejo as aldeias despovoadas. Velhos, mulheres e algumas crianças constituem, por assim dizer, uma população que sobeja no sistema normal do viver. Uma gente que está ali por uns dias: até morrer para descer à terra; até crescer para seguir para a Europa, para os fundos das fornalhas que fazem funcionar o Mercado Comum.

Os campos quase que voltaram ao que eram no princípio do mundo. Revestem-se de tojos e cardos. As árvores crescem despenteadas, sem as carícias das podas e dos tratos e deixam cair as frutas mortas porque não tiveram quem as colhesse. Acabou-se o verde das hortas, trocados pela formatura cinzenta dos eucaliptos, que aguardam guia de marcha para irem fazer a pasta do papel.

Tudo isto e alguma coisa mais me faz perguntar porque, tendo-se falado tanto da nova política industrial, se não prógramava também uma nova política agrária.

O Presidente respondeu-me:

– *"Não seja demasiado exigente nesta conversa. Primeiro porque estes problemas são tão vastos e complexos que exigiriam muitas horas para serem explicados. Depois porque eu não posso substituir-me aos Ministros das diversas pastas que, aliás, têm repetidamente falado sobre todos estes problemas. Tenho de ficar em apontamentos breves, nos apontamentos duma conversa entre amigos, que vai fluindo ao sabor das curiosidades do momento, não é assim?"*

– "Eu compreendo as suas reservas mas, de qualquer modo, gostaria que me dissesse alguma coisa sobre este assunto que realmente me preocupa."

– "Vamos lá ver se consigo ser breve e claro.

Só o que me admira é que sendo você dum meio rural não tenha dado ainda pela formulação dessa política agrária...

Essa política assenta em quatro bases: reconversão, mecanização, industrialização, associação.

A reconversão consiste em tomar em conta a aptidão dos solos e a rentabilidade das culturas para abandonar as que estão a ser feitas em terrenos inadequados e com resultados económicos indesejáveis, substituindo-as por culturas mais indicadas e rentáveis ou pela florestação e pela pecuária. Para essas mudanças o Estado concede estímulos diversos, incluindo subsídios.

A falta de mão-de-obra acelerou o emprego das máquinas na lavoura, emprego que o Estado também fomenta através de subsídios para a sua compra. Desde a grande máquina ao pequeno motocultivador, as explorações agrícolas portuguesas dispõem hoje de parques consideráveis, quer da propriedade privada, quer de Grémios e Cooperativas que alugam aos agricultores.

Depois, deseja-se levar a lavoura, sempre que possível, a proceder às operações tecnológicas destinadas à conservação e transformação dos seus produtos para mais fácil colocação nos mercados. Está a ser montada a rede do frio e são numerosas já as câmaras frigoríficas que permitem conservar produtos para os lançar no comércio, fora das épocas da sua produção. As conservas vegetais e de carne são preparadas já em grande número de organizações cooperativas ou privadas. E, sempre que possível, deve a lavoura proceder às operações industriais que enriqueçam as suas matérias-primas.

Finalmente, a associação. Hoje a produção agrícola, para conquistar os mercados e ser lucrativa, não pode ter lugar em pequenas explorações, mas os emparcelamentos são demorados e caros. Os pequenos proprietários têm de associar-se, inclusivamente para a exploração em conjunto das suas parcelas na chamada agricultura de grupo. *Por outro lado, já se não pensa, como dantes, no parcelamento das grandes propriedades. Precisamos da grande exploração: só que ela não pode ser dominada apenas por factores económicos e tem de ser conduzida também em obediência a razões sociais."*

Ouço esta resposta e, como acontece às vezes no cinema, vejo sobreposta a imagem dum mundo a desaparecer. "Reconversão", rentabilidade", "mecanização", "operações tecnológicas adequadas" – palavras que traduzem a invasão dum novo esquema que vai retirando o homem da sua profunda relação com aquilo que o rodeia.

Nascia um ser humano na falda duma serra, com uma encosta de mato à sua frente e, sem cuidar das rentabilidades e da aptidão química do solo, arroteava aquilo, fazia muros de pedra para segurar a terra da força das águas, plantava as árvores de esguelha ao sabor da lomba do monte, esburacava a mina, naquele sítio preciso que lhe indicara um compadre, dos que tinham "poderes", e fazia daquele monte de pedras o milagre do vinho e do pão. Tinha o seu mundo construído sobre a sua subsistência, naquele lugar e com aquilo que tinha nas mãos, e era tão absurdo medir a rentabilidade do que fazia como absurdo é saber da rentabilidade dos meses que gasta um esquimó para caçar aquele urso que vai dar a carne, a luz, a manta e a vida aos pequenos esquimós que deixou no iglu.

Era um mundo marcado por isto. Por sentimentos pequenos, por ansiedades nascidas das chuvas e das secas,

da geada que queimava os alfobres, da água roubada de noite ao vizinho de cima, das bulhas e das zangas, das cabeças rachadas com a enxada e com o mangual das malhas, dos homicídios à foice roçadora. Era desta água roubada que, nos anos de seca, viviam as fracas colheitas, os escrivões e os meirinhos, delegados e juízes, e os guardas das cadeias comarcãs. E a própria Justiça era uma coisa que andava entre aquilo e o vinho transbebido nas feiras, com pouco que ver com os Beccaria, os Assúa e os demais penalistas insignes, que tentavam explicar os universos estranhos dos delitos, das penas e das responsabilidades...

Era um mundo que tomava conta dos homens, que o traziam assim, simbólico e mágico, para o alcatrão das cidades, e que fazia um homem do Registo Civil, ali da Sétima, dizer-me pesaroso quando, numa tarde de Novembro, o granizo tamborilava nos vidros da janela e saltava, pesado, no chão da Fontes Pereira de Melo:

– Lá se vai o azeite...

Era um mundo triste, injusto e pesado, era sim senhor. Mas era de qualquer modo um tecido social que definia e marcava um pedaço de terra onde vivia um povo, com sua língua e suas crenças, com seus gestos e ritos, com suas lendas e costumes, que lhe davam um ritmo de viver.

Vejo este tecido inevitavelmente rasgado, primeiro pela irrupção desordenada e selvagem da emigração, agora, pela textura anodina e indiferente da técnica, a justificar com contas e gráficos, adaptáveis a qualquer parte do mundo, a relação do homem com aquilo que o rodeia.

Tudo isto é inevitável e justo, se justo é tirar o homem da leve prisão da terra para o prender à pesada engrenagem que o faz partir todas as madrugadas do

dormitório suburbano e o faz passar em cadeia pelos vários pontos da fábrica, até que o deixa, já noite fechada, no pequeno buraco onde a mulher o espera e os filhos dormem já. Este o pesado preço do salário certo e nunca suficiente para as várias necessidades que lhe vão criando e que àquilo tudo o amarram até morrer.

Deixo esta pergunta e outra mais: como poderá definir-se um povo, com tristeza e alegria de pessoa viva, neste itinerário uniforme de caminhar sobre a terra pelo tempo duma vida. E outra: se haverá uma lógica do homem e uma ainda desconhecida forma de justiça, que lhe dê um pouco de tempo para viver e amar...

Mas acabou a imagem sobreposta do meu cinema imaginário. Retomo a lógica do nosso discurso e, inevitavelmente, pergunto:

— "Nessa política agrária insere-se a melhoria da condição dos trabalhadores do campo?"

— "Se quiser. A extensão aos camponeses do regime da previdência social resultou de razões de justiça. Mas decerto terá efeitos benéficos na própria economia."

— "Será possível, assim, produzir os alimentos de que necessitamos sem recorrer à importação?"

— "Porque é que não havemos de importar produtos que os outros produzem melhor e mais barato, se nos comprarem aqueles que formos capazes de fornecer, por nossa vez, em melhores condições do que eles possam produzir? Não voltemos à preocupação da autarquia... O que é preciso é produzirmos aquilo para que tivermos maior capacidade e que consigamos produzir e exportar

em condições óptimas de preço. Não se aflija com as importações se soubermos aumentar substancialmente as exportações."

– "Parece que desse modo a nova política agrária vem completar a nova política industrial..."

– "Deixe as "novidades" de parte. Temos uma política agrária. E temos uma política industrial. Esta deseja o Governo que se encaminhe cada vez mais para a livre concorrência. Nem pode deixar de ser. Quando começaram as negociações no quadro da então chamada OECE, para a criação duma zona europeia de livre câmbio, e surgiu o mercado comum, logo se previu que a indústria portuguesa, forçada a aceitar a competição no terreno europeu, não podia ficar subtraída a ela dentro das fronteiras do País. Por essa altura realizou-se, com a inauguração das novas instalações da Feira das Indústrias, o Congresso da Indústria Portuguesa, em cuja sessão inaugural discursei a dizer isso mesmo. Já lá vão uns dezassete anos... Desde então não cessaram os industriais de ser prevenidos de que, no período transitório obtido na nossa adesão aos acordos da EFTA e agora com a CEE, teria de se preparar para competir dentro e fora das fronteiras. As nossas unidades fabris têm de ter, para isso, gestão competente, dimensão suficiente, técnica moderna e produtividade elevada. Só que, pelas razões que já uma vez lhe disse, são condições que o Governo dificilmente pode impor."

– "No entanto, pelo que tenho percebido do que vou ouvindo, os industriais queixam-se de que o seu esforço de modernização e crescimento tem sido prejudicado nos últimos anos pela alta dos salários. Mas eu compreendo

perfeitamente que tenha de se reduzir o desnível existente entre os nossos salários e os da Europa desenvolvida, sem o que não cessará a emigração. Por outro lado, como se há-de combater a inflação deixando subir os salários à vontade? Como resolver esta contradição, pelo menos aparente?"

– "Para nos entendermos vamos recordar a distinção que vem nos livros, entre salário nominal e salário real. Como sabe, chama-se salário nominal à expressão em unidades de moeda do que se paga em retribuição do trabalho. E salário real ao poder de compra que essas unidades monetárias conferem ao trabalhador. Se o francês ganhar trezentos escudos por dia e o português apenas cem, mas a vida estiver quatro vezes mais cara em França, o português ganha mais em salário real do que o francês. Mas esse desequilíbrio pode ser falseado se o mesmo trabalhador em Portugal quiser viver como gente, mas ao emigrar para França tiver a preocupação apenas de poupar e a isso sacrificar todas as condições da sua vida, gastando o menos possível.

Isto é um exemplo para demonstrar a distinção formulada: não é a tradução da realidade. A vida em França é muito mais cara do que em Portugal, mas admito que haja vantagem para o trabalhador, em termos de salário, mesmo nas condições normais de vida.

O que sucede é que a economia do norte da Europa foi, e continua a ser, mais rica do que a do sul. E faminta de mão-de-obra. Daí que tenha atraído a gente que abundava nos países do sul. Da Espanha franquista, da Itália democrática, da Jugoslávia socialista, como da Grécia ou da Turquia, acorreram centenas de milhares de trabalhadores aos países do norte, antes de chegar a vez a Portugal. A emigração não foi, nos últimos anos,

um fenómeno especificamente português, mas um fenómeno do sul da Europa e da bacia do Mediterrâneo. Antes dos portugueses emigrarem em massa, para a Europa Central e Setentrional, trabalhadores de outros países do sul."

– "Evidentemente, à procura de salários que não encontraram na sua própria terra..."

– "Claro que não foram para tomar ares. Mas quero sublinhar a existência de economias mais desenvolvidas no Centro e no Norte da Europa, não por virtude dos sistemas praticados nesses países, mas em consequência da concorrência de condições naturais específicas. Não sei, por isso, se alguma vez os países do Sul conseguirão igualar-se em riqueza e possibilidades aos do Centro e do Norte.

Quanto ao aumento dos salários em Portugal, todo o problema estaria em estabilizar o custo de vida e para isso travar a inflação. Os trabalhadores estão tão interessados nisso como as outras classes sociais. Senão, os salários nominais podem subir, mas os salários reais estarão sempre em risco, na medida em que mingue constantemente o poder de compra. A actualização automática dos salários parece, à primeira vista, justíssima mas, de facto, se o aumento não é travado em certa altura, nunca mais estabilizaremos os preços porque se entra no chamado "círculo infernal": a alta do custo de vida puxa pelos salários, a subida dos salários dá novo empurrão ao custo de vida, e assim sucessivamente."

– "Mas, no meio de tudo isto, há uma coisa que flagrantemente me impressiona: é o desequilíbrio quase

escandaloso da repartição dos rendimentos em Portugal. Que meios estão previstos para o corrigir, se é que se pensa corrigi-lo?"

– "Esse problema da repartição dos rendimentos tem sido agitado nos últimos anos como uma das armas de ataque ao sistema social existente e em particular ao sistema corporativo. Vamos a ver, porém, o que se passa. Se considerarmos os casos individuais, sim, há pessoas que ganham muito mais que outras e essas não são só os capitalistas: são também hoje, em grande número, os técnicos superiores. Mas isso passa-se em todo o mundo. Só que, num país pequeno como o nosso, sabemos os nomes de toda a gente e espreitamos facilmente pelas janelas a ver como vive cada um.

Todavia, essas diferenças não justificam o que as estatísticas apresentadas dizem, de ser a remuneração globalmente recebida pelo trabalho inferior a cinquenta por cento do produto nacional bruto. Embora dos outros cinquenta por cento saiam muitas outras despesas, além da retribuição do capital, isso escandaliza os doutrinários. Mas não se pensa que, nas nossas estatísticas, figuram como proventos patronais os recebidos pelos pequenos comerciantes, industriais e agricultores. Estes são, de facto, proprietários dos bens com que ganham a vida mas trabalham, às vezes, sós, outros com a família, outros ainda com um ou dois empregados: de qualquer maneira os seus lucros são predominantemente (e até muitas vezes em termos insuficientes) remuneração do trabalho.

Temos estado, de qualquer maneira, a procurar melhorar a repartição dos rendimentos, não só através dos salários como mediante o incremento dos benefícios da previdência social. E os resultados são já visíveis."

– "E a organização corporativa não terá sido responsável pela estagnação dos salários e pela desequilibrada repartição dos rendimentos?"

– "Porquê? A organização corporativa teve largo e decisivo papel na introdução e na prática da legislação social no nosso país, sem luta, sem que isso custasse sofrimentos, perdas de salário, ódios. de classes aos trabalhadores. Mas não se esqueça que, durante muitos anos, o nosso problema foi de excesso de gente a sustentar por uma economia pobre. Excesso de gente que originava desemprego e subemprego. E fazer chegar a todos alguma coisa, permitir a todos que vivessem e tivessem condições para melhorar a sua vida, não era tarefa fácil. Lembre-se de que, na Assembleia Nacional, o que se discutia era a colocação dos "excedentes demográficos".

– "Mas, dados os diferentes condicionamentos económicos que hoje já vivemos, por que não se fixou um salário mínimo nacional, interprofissional?"

– "Temos fixado nos contratos colectivos os salários mínimos de cada profissão. Mas, de há três anos para cá, o Ministério das Corporações tem zelado por que nunca se desça abaixo de determinado limite fixado pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. Vamos assim a caminho do salário mínimo nacional, que não se decretou já porque havia ainda sectores onde era preciso fazer subir bastante os mínimos praticados e não convinha fazê-lo de chofre."

– "E agora um outro assunto: durante muito tempo tive uma grande fé nos Planos. Considerei até que um Plano era fundamentalmente um programa de Governo

que deveria ser conhecido, discutido, participado. Hoje já não penso assim mas julgo ainda que ele é uma peça importante no desenvolvimento programado duma sociedade. Ora, vamos ter em breve o IV Plano de Fomento..."

– *"Sim, em fins de Julho entregaremos o projecto na Câmara Corporativa. E a Assembleia Nacional, a eleger em Outubro, terá de ocupar-se da proposta de lei de autorização para aprovação do IV Plano entre os primeiros trabalhos da legislatura."*

– *"E ficará por aí o debate?"*

– *"A Nação tem representantes justamente para que discutam e decidam sobre os projectos que interessam à sua vida e traçam o seu destino. Mas isso não impede que as pessoas competentes, fora das Câmaras, se pronunciem também. Note que, como aconteceu nos Planos anteriores, houve larga participação das entidades interessadas na preparação do Plano. Desta vez alargada a todo o País através das comissões consultivas de planeamento regional que mobilizaram muitas centenas de pessoas e elaboraram excelentes relatórios preliminares."*

– *"Olho com alguma curiosidade o trabalho dessas comissões consultivas. Não prevê que através delas se poderá iniciar e alargar a participação do País nos trabalhos de planeamento económico e social?"*

Marcello Caetano percebeu onde eu queria chegar e respondeu-me, sem alterar o tom da nossa conversa:

– *"Assim o espero"*. E acrescentou: *"As comissões consultivas regionais podem desempenhar fecundo papel*

se souberem manter-se no seu âmbito de estudo, esclarecimento e informação – quer na fase de elaboração dos planos, quer durante a execução."

Eu não esgotei, evidentemente, a Economia, mas esgotei o tempo de que dispunha. O Professor Marcello Caetano continuava atento e disponível, disposto a prosseguir a conversa, mas eu tinha que sair e pouco mais poderia adiantar, a menos que fizesse outro livro.

Como disse já, sinto que, na sua concepção, a vida económica, como toda a vida política, é mais uma coisa que a gente tem que trabalhar a partir duma dada estrutura social, que deve ser modificada, sem dúvida, mas com o mínimo de dor. E que os "novos dogmas" dos papas da economia não têm a infalibilidade que querem atribuir-lhes. Está inteiramente consciente de que os homens são muito menos sensíveis aos atentados aos dogmas do que às carências efectivas que vão sentindo na pele. E que grande parte dessas carências começam por ser artificiais antes de serem vitais.

Caminhamos indiscutivelmente para as economias europeias que não contradizem nem anulam a nossa vocação tropical, mas a ideia que, aqui nesta ponta da Europa, uma situação especial, bucólica e campestre, mantinha o homem numa certa beatitude paradisíaca, – sobretudo para os que acreditavam no Paraíso e na beatitude, – julgo que acabou.

A máquina europeia ajeita-se e nós ajeitamo-nos para ligarmos as suas correias a este "rectângulo ocidental da península" e, possivelmente, mais ano menos ano, a nossa estrutura económica trabalhará ao ritmo uniformemente acelerado das sociedades ocidentais.

As consequências que daí virão trazem-lhe, no meu entender, algumas interrogações: as interrogações de

quem pensa que, no fundo, a Economia é a triste ciência do "ter" e que ela não pode anular a riqueza e a essencialidade da desprezada ciência do "ser".

Porque, quando as coisas estão mal em qualquer reino da Dinamarca, a questão é só uma, a que propunha o seu Príncipe:

"Ser ou não ser, eis a questão".

– IX –

Tenho que terminar estas conversas porque um livro sempre tem que ter um fim. Aqui deixei escrita uma parte do muito que ouvi e disse, por aquelas tardes de sábado, em que as palavras livremente sairam sobre os acontecimentos, as ideias e os livros, sobre as coisas daqui e do resto do mundo, sobre o que se passou e sobre o que estará para vir, num diálogo sereno e amigo entre a minha distância um pouco vaga e a sua inexorável proximidade com a corrente seguida da vida desta Nação.

Fiquei insatisfeito e satisfeito, como quase sempre se dá comigo. Insatisfeito, porque muito ficou por escrever, e porque nem sempre as palavras chegam para darmos a exacta conta das coisas. Satisfeito, porque estas conversas com o meu antigo professor continuaram a cordialidade duma relação há vinte e cinco anos começada no Campo de Santana, e que os acasos de duas vidas tão diferentes pareciam que deviam afastar.

Também seria injusto se não lhe agradecesse, não tanto o tempo que gastou comigo, que foi muito, mas a oportunidade que me deu de, tendo as responsabilidades do poder, conversar sobre tudo isso comigo, sem limita-

ções nem entraves e, a acrescer a tudo o mais, a paciência que mostrou para com o meu feitio desorganizado e desigual, para as vezes que eu não aparecia e nada dizia, para com os altos e baixos da minha irremediável condição de boémio de espírito, que o Professor Marcello Caetano serenamente atendia, como se tudo fosse normal e em nada afectasse o rigor cronometrado duma vida como a sua, que é um programa tecido a ponto apertado de tempo e de trabalho.

Aconteceu-me aqui o que sempre me acontece com os projectos: que depressa pus de parte o que planificara para, despreocupadamente, deixar correr as conversas pelos acontecimentos e pelas ideias que ocorriam. Mais tarde, já em casa, retomava apontamentos e notas, procurando resumir e selecionar o que, de tudo isso, me parecia essencial.

Procurei, nessa escolha, dar a conhecer o que este homem pensa, que é uma maneira de sabermos aquilo com que da sua parte poderemos contar. Se bem que muitas vezes tivesse sido sensível ao peso dos seus argumentos, verdade é também que eles nem sempre me convenceram, mas não me quis demorar a tirar a limpo o fundo de certas questões para não prejudicar o que aqui julgava importante: um panorama do seu pensamento e da sua atitude, perante os acontecimentos e as coordenadas da política portuguesa.

Sei que as considerações que hoje faço, sobre a vida colectiva em geral e sobre a que vamos vivendo neste nosso país, estarão possivelmente influenciadas pela minha própria experiência, marcada pela solidariedade e a proximidade que puder sentir ao nível da relação e da amizade de pessoas concretas, e onde as iniciativas que me poderiam ter revelado específicas formas de com-

promisso em acção e solidariedade colectivas, ligadas a ideologias, não me deixaram grandes recordações. E sei também que essa mesma experiência me ensinou que os comportamentos, as intenções e a coerência das pessoas têm muito mais que ver com as maneiras como concretamente agem perante as situações que se lhes deparam na vida, do que com os ideais mais ou menos generosos que dizem defender. E que, neste contexto, a relação que me liga ao Professor Marcello Caetano pode ter influenciado também essas minhas considerações.

Espero é que tenha sabido distinguir o que, dessa experiência, tinha exclusivamente que ver comigo, e o que ela continha de dado importante e constante duma realidade que vivi e que veio perturbar esquemas e sistemas que aceitava, mas que não suportaram, afinal, a prova, pequena mas irrecusável, dos factos.

Antes de fazer quaisquer juízos sobre alternativas ideais ou reais que nos ofereça a vida colectiva contemporânea, cabe-me dizer porque, dentro dos condicionalismos dificilmente movíveis da vida pública portuguesa, a presença de Marcello Caetano no vértice das responsabilidades políticas nacionais me traz alguma tranquilidade.

Sinto, na sua visão dos acontecimentos e da vida pública, a preocupação de desdramatizar uma função que o mundo moderno nos habituou a ver rodeada de mitos maiores e de poderes quase mágicos, que fazem de cada chefe um novo Messias e, de cada projecto de acção, uma nova cruzada de redenção do homem decaído e de salvação do mundo. E isso é já para mim muito importante, pois nada me custaria mais do que ver-me metido à força, neste resto dos anos em que ainda posso viver, nalguma aventura dum homem a cavalo num cavalo ou numa ideia redentora, dessas

que fizeram do nosso tempo "este tempo de cruzes e forcas desfraldadas..."

Olho para a galeria dos modernos ditadores da "felicidade humana" e não deixo de sentir um certo conforto. Porque não lhe vejo nenhuma "missão transcendente" – daquelas marcadas pelo destino –, nem as cóleras grandiosas, nem as imprecações proféticas aos homens ignaros e aos apocalípticos futuros, nem a preocupação inquisitorial de abrir processos, descobrir bodes expiatórios, de condenar e vexar adversários ou competidores. Falta-lhe, de todo, aquele bocadinho de chefe de "gang", que está na base das famosas guardas pessoais. A sua cultura nunca lhe permitirá escrever o *Mein Kampf.* O seu sentido de humor põe-no ao abrigo do estilo "elevado", do gosto das formas e dos ritos, do sentido da "grandeza" próprio da paranóia dos épicos de sua vida, pessoa e missão. Para ser um ditador da direita falta-lhe uma absoluta descrença no progresso e o culto dos altos destinos e dos orgulhos heróicos. Para ser um ditador da esquerda... falta-lhe tudo. E, não porque o poder o incomode ou o seu uso lhe traga qualquer embaraço, mas porque uma importante parte de si próprio se realizara como intelectual e professor, falta-lhe aquele fundo de ressentimento, aquela necessidade de tirar vingança dum mundo que não o recebeu logo à nascença como devia e merecia. Porque, quando as pessoas acham que o mundo lhes deve alguma coisa, pagam-se, sempre que a oportunidade chega, conforme a cifra que elas próprias arbitram, acrescida de juros que, todos os dias, infinitamente se multiplicam.

Gosta mais do trabalho que do poder, mas usará sempre e sem hesitações a autoridade que julgar necessária para manter a força e o prestígio do Estado. A sua tolerância para com os adversários terá sempre um pouco

daquela tolerância que tinha para com os seus alunos... quando não sabiam as lições. Os seus colaboradores quase sempre serão executantes e muito excepcionalmente inovadores, já que as "novidades" serão sempre melhores para conversar do que para aplicar.

Sinto que, para Marcello Caetano, a política é muito mais uma "arte" do que uma "ciência": uma estratégia de conter o real que resulta das concretas motivações dos homens num determinado tempo da história, no pressuposto inabalável de que eles, neste domínio, quase nunca se movem segundo as "rectas intenções". Daí que, desgraçadamente, o fenómeno político reflicta, afinal, o denominador comum da nossa humana banalidade. Donde, a consequência duma dualidade inevitável: de um lado, um universo pessoal povoado de valores tradicionais que se reflectem num comportamento pessoal à base das "antigas virtudes": trabalho, exigência interior, vida espiritual, honestidade pessoal, austeridade; do outro, um universo social cujas virtudes são as "virtudes" da guerra, perante um inimigo que, no seu entender, está disposto a tudo, e a quem não podemos oferecer a vantagem dos nossos princípios pessoais. E que seriam esses princípios, de que o homem completamente se desinteressou, que, a serem colectivamente vividos, poderiam modificar um dia as regras dum jogo que, ainda no seu entender, os outros quiseram assim.

Uma vez, já de pé, a caminho da porta, no fim duma conversa em que eu argumentara que, no fundo, estaria a defender a persistência duma sociedade burguesa, com todos os seus vícios, disse-me, quase num desabafo:

– *"O drama do liberal do século XX, quando tem responsabilidades do Poder, é esse mesmo... Possuir a consciência de que há certos valores indispensáveis ao*

equilíbrio da sociedade onde a burguesia tem o seu lugar e que ela devia defender, e verificar que a burguesia não acredita nesses valores ou não está para se sacrificar por eles... O dinheiro tornou-se para os nossos burgueses a razão suprema da vida e a solução única dos problemas. Julgam que cumprem a sua função social ganhando dinheiro, sempre mais dinheiro. E que se desoneram dos seus deveres para com os outros — quando são capazes disso... — gastando dinheiro, pagando contas, dando donativos. Mas espírito combativo, gosto das responsabilidades, capacidade de comando, sacrifício de comodidades, amor do risco, coragem pública de opiniões... isso é para os outros. Que há-de fazer um governo perante esta completa demissão?

Os governantes, perante os problemas que a cada passo se levantam na vida social, querem enfrentá-los e raramente encontram colaboração e resposta. Instituições que parecem sólidas e veneráveis, ruem ao primeiro sopro da contestação. Pessoas geralmente tidas por prestigiosas e com autoridade, escusam-se por comodismo a assumir posições de direcção. Desafiadas para a luta sindical, mesmo no plano jurídico, muitas empresas têm como primeira reacção apelar para o Governo.

Para quem tivesse a aspiração de ser o único a mandar, o panorama talvez até nem fosse desagradável. Não assim para aqueles, como eu, cujo ideal de governo seria actuar numa sociedade equilibrada, onde pessoas e grupos tivessem o sentido das suas responsabilidades e limites, e as tensões inevitáveis entre eles fossem normalmente compensadas. Mas não pense que a sociedade portuguesa só agora tem estes defeitos... Há defeitos constantes na nossa maneira de ser. E alguns se foram corrigindo nos últimos decénios: mas não o bastante..."

Na verdade, estou consciente que este é um dos muitos sintomas reveladores da crise da burguesia, crise que no meu entender, está na base do próprio mal-estar das sociedades ocidentais, capitalistas ou socialistas.

No entanto, julgo que foi a burguesia quem fez a Europa moderna, e julgo também que o racionalismo, no seu apogeu, nela encontrou o grande instrumento de penetração na estrutura social, que acabou por ficar construída através duma certa capacidade de iniciativa e uma certa concepção de organização científica: elementos só obviamente aplicáveis à realidade finita e mesurável. O reino organizado do mesurável, ao serviço da segurança do homem, talvez tenha sido o triste balanço da epopeia burguesa...

Pobre nos seus resultados últimos, ela soube ser forte e eficaz na sua penetração, já que as motivações da sociedade burguesa acabaram por servir de modelo a todas as modernas sociedades avançadas, que tomaram como tematização global da vida colectiva o conhecimento e a interpretação "científica" da estrutura social, de modo a melhor poderem organizar as condições de segurança material do homem. As experiências socialistas outra coisa não vieram provar, desinteressando-se do mais que não fosse criar para todos os homens o mesmo esquema de segurança que a burguesia criara para alguns, e que esta, aceitando o desafio, talvez com maior liberalidade está prestes a estender também a todos.

Mas a burguesia não só forneceu às sociedades modernas a sua global tematização, como a todas elas generalizou o seu específico processo de intervenção no conhecimento e nos comportamentos: o condicionamento cartesiano, e o processo dialéctico que lhe foi naturalmente consequente, ficou "aprovado oficialmente" como único meio idóneo de descoberta da verdade

científica e da "verdade geral", e como motor e construtor do progresso individual e social.

A crise das sociedades modernas veio descobrir como eram escassos os instrumentos que usávamos e como eles eram impotentes para atingir realidades que, mais do que nunca, se revelaram, para o homem, necessárias e essenciais. "Après Descartes, nous pensons contre-nature" – diagnosticava, ainda há bem pouco tempo, Edgar Morin. E não tenhamos receio de interpretar que este "contre-nature" se não refere unicamente à construção mental que está por detrás das estruturas competitivas das sociedades industriais, mas que se estende, com a mesma verdade, à que organiza, até à mais pequena molécula, as estruturas totalitárias das sociedades socialistas.

Pareceria que seria ainda a burguesia quem melhor poderia tomar consciência deste diagnóstico e quem melhor poderia reformular os valores necessários à passagem para outro tipo de sociedades – consequentemente, quem deveria procurar defender aqueles que, nesse processo, pareceria necessário conservar, por se terem já revelado conquistas indispensáveis ao homem e ao equilíbrio da vida social. E isso porque, se das motivações burguesas sairam quase todos os elementos que determinaram a esclerose e o peso duma vida motivada pela segurança material (com que, em seu seguimento, os totalitarismos sociais justificam as suas várias opressões), por outro lado, à burguesia seria mais fácil e mais possível enfrentar a sociedade com desinteressados juízos intelectuais e morais, já que uma certa habituação de cultura e segurança a poderia defender do proseletismo interessado duma e doutra, que caracteriza o "novo-riquismo" intelectual e social daqueles que ela tematizou,

e que estão sôfregos por reivindicar, ainda que tentando enobrecê-las, as motivações com que, afinal, construiu uma estrutura e definiu uma sociedade.

E, no fundo, creio que é ainda de certos elementos duma burguesia qualificada, que partem dum enquadramento vital mais liberto das forças de motivação da estrutura, que poderemos esperar a formulação de alguns valores de criação: uma reflexão desapaixonada sobre o substracto burguês dos grandes libertadores – nas artes e nas letras, na política e na santidade – poderia talvez ajudar a esclarecer essa situação, nomeadamente quanto à capacidade de passagem libertadora da burguesia da segurança para a "aristocracia" da inteligência e do comportamento.

Mas não. A burguesia, como força social, encontra-se completamente impotente perante a História, e as consequências dessa impotência e dessa demissão foram exemplarmente diagnosticadas por Denis de Rougemont, já em 1933:

"Assim como o princípio central, a virtude decisiva e primeira da sociedade feudal foi a honra – a verdade da força e da confiança jurada –, do mesmo modo, o fundamento do regime e da mentalidade burguesa é a razão: a verdade "geral", hostil a toda a forma de Fé, naturalmente misteriosa e incontrolável. Penso que todos os historiadores estarão de acordo em reconhecer que a arma da burguesia, nas suas lutas sociais e morais, científicas e religiosas, foi sempre a razão raciocinante, desconfiada e organizadora. Não a razão que os Gregos sabiam misteriosa mas, ao contrário, uma razão inimiga de tudo o que o séc. XVIII devia difamar com o nome de obscurantismo, e de que a "Filosofia das Luzes" é famosa ilustração. É ela que está na origem da Revolução Francesa, que, por seu lado, tinha que prestar um culto à razão deificada.

"Mas esta razão, inimiga de toda a situação singular e definida pela sua hostilidade a tudo o que se funda sobre o mistério (criador, humano ou cósmico), esta razão do racionalismo – que não é a de Platão, nem a de Aristóteles, nem a de Tomás de Aquino e ainda muito menos a de Espinoza –, vê-se submetida a uma dupla fatalidade, que a história da burguesia no último século veio revelar.

"Nascida do esforço do homem contra as coisas e os mitos tirânicos, não pôde libertar-se das recordações desta origem. Venceu as coisas, organizando-as, reduzindo-as às medidas de utilidade geral.

"Foi nesta milenar guerra de usura que a razão se formou, se clarificou e se organizou a si mesma. Foi nela que aprendeu os seus hábitos, o seu brilhante desfilar geométrico e esta grave capacidade de passar através dum caos sombrio ou de uma subtil situação espiritual, sem reparar na diferença. Há sempre, nas imposições da razão prática, qualquer coisa de "sargento tarimbeiro".

"Hostil às coisas concretas, pela sua própria função não acredita senão nas suas leis: são estas que a provocam aos combates que só ela pode vencer e onde pode recrear-se no movimento que a fez nascer. A razão faz suas as leis de que soube forçar o segredo e não quer, de modo nenhum, conhecer outras. Mais ainda: a isso, tudo quer reduzir. E é aqui que podemos pressentir uma primeira fatalidade da sua natureza: a da sua "grosseria" essencial, que a faz estatelar-se sobre as coisas, isto é, sobre os seus mecanismos, sempre que é provocada a avançar para o lado de lá: para o mundo da invenção criadora. Fatalidade "coisista", dirá uma certa linguagem filosófica. Digamos um termo menos exacto e bastante equívoco, mas mais corrente e acessível: fatalidade materialista.

"Este aspecto, ao mesmo tempo cómodo e grosseiro, não é visível na origem: a razão, quando entra em acção,

facilmente toma a dignidade duma força revolucionária. Seduz pela sua insolência. O "bom senso", cheio de leveza e de sã vulgaridade, de que se armava o burguês conquistador – digamos, Diderot, para fixarmos as ideias, – pode triunfar sem custo das convenções duma elite mundana completamente desejosa de que lhe viessem demonstrar que não acreditava já na sua força. Por outro lado, esta elite aborrece-se e vai, por instinto, para aqueles que se divertem a abaná-la. Estas "coquetteries" mórbidas duma sociedade "doente de novidades", estas maneiras de se oferecer à violência dos "libertadores", são sinais que nunca enganaram: as damas romanas nos combates dos gladiadores, as marquesas enciclopedistas e as nossas senhoras da sociedade, excitadas com os "meetings" comunistas, simbolizam, com algum pitoresco, o impudor duma casta impotente que se entrega a curiosidades fatais. Os mais vibrantes panegíricos da URSS são-nos pregados, hoje, pelas mundanas emancipadas, e se a gente se atreve a fazer uma crítica do marxismo, somos imediatamente tratados de reaccionários: o comunismo dos burgueses é uma mística, um lirismo, ou uma crença numa devastação libertadora.

"Compreende-se, de certa maneira, este apelo ansioso à saúde perdida: o mito que domina uma classe neurótica e dissoluta é, possivelmente, o mito de Anteu, a menos que se trate de qualquer coisa de menos sublime, mais parecida com a atracção que um guarda florestal exerce sobre Lady Chaterley... Mas será preciso muito cinismo, ou simplesmente um pouco de lucidez, para distinguir a verdadeira natureza dum movimento que, libertino, se quer fazer passar por libertador?

"É a paixão que compromete os homens e que seduz a sua generosidade ou a sua mediocridade e, porque a

razão veste por vezes uma máscara apaixonada, é que pode enganar a nossa fé. Mas não está na sua natureza coabitar por muito tempo com as ilusões que soube utilizar durante o período da conquista. Diderot diverte, mas no que ele diz não se quer ver nada que vá para além da sua ironia leve. Mas não é essa sua leve ironia, é a "chata" razão organizadora, que lhe está subjacente, que prepara os amanhãs revolucionários.

"O sentimentalismo a que Rousseau se entrega pode enganar os frívolos ou os ingénuos que não repararam que esta falta de sentimentalismo profundo das coisas, de poder poético e de ternura viril, é o preço do seu orgulho racionalista.

"Certa elite francesa, entusiasmada pelo lirismo épico do ideal de exportação da URSS, está à beira de cometer um erro semelhante sobre a *razão* final do comunismo e sobre a fatalidade morna que ele encerra: a redução do homem à quantidade, à medida numerada."
(Denis de Rougemont-*Penser avec les mains,* Idées, Gallimard, p. 41 a 43).

Assim está a burguesia perante o mundo, quarenta anos depois: inquieta e insegura, enamora-se agora do "gauchismo" e, através dele, procura decorar uma vida triste e estéril com a nobreza e a distinção duma força revolucionária. Deixa-se seduzir pela sua insolência, pelo seu atrevimento ou pela sua agressão, e em tudo isso se compraz, o que vem ao encontro do fundo masóquico duma sociedade, a braços com tremendos complexos de culpa. E, de igual modo, multiplica o artifício de calar a sua consciência na insuficiência e na insignificância das palavras e dos ritos, enquanto, inabalavelmente, mantém as suas acções nos seus cansados modelos de segurança. A burguesia encontra-se hoje na situação paradoxal

de quem sente o erro duma condição exclusivamente baseada no dinheiro, mas a que a sua estrutural falta de imaginação e de coragem não deixa ver outra saída do que a acumulação do dinheiro, para conseguir sobreviver no que vier depois. É enternecedor ver as "novas damas enciclopedistas" defenderem o "gauchismo", nos serões mundanos, para depois, logo no caminho de casa, seguirem criticando os maridos pelo pouco dinheiro que ganham, e por não assegurarem devidamente a competição obsessiva do consumo com os amigos mais ricos.

Não me preocuparia muito este jogo, se ele não fosse mais do que um inocente e frívolo jogo de salão. Mas não estou disposto a colaborar nele, porque há muito adquiri a convicção de que com a palavra "revolução" se disfarça e se entretém a consciência social duma comunidade e, com ela, a mesma comunidade inteiramente se desmobiliza para qualquer iniciativa criadora: com as jaculatórias revolucionárias, com as leituras, os comentários e as citações da sua "vulgata", com as suas orações e os seus ritos – em flagrante contradição com a vida quotidiana –, a tal ponto que, se Marx viesse hoje ao mundo, poderia dizer com verdade: "A revolução é o ópio do povo".

Entrar hoje em certo mundo "revolucionário" é ter que reconhecer que estamos em pleno universo de "alienação religiosa", com as suas leituras espirituais e seus directores de consciência, as suas catequeses e suas assexuadas catequistas, com os seus cónegos sabidos e seus ingénuos párocos de aldeia, com os monsenhores iniciados nos "segredos" da cúria e da doutrina, com os seus protonotários apostólicos e seus prelados domésticos, com as suas missas, as suas santas inquisições e seus zeladores da ortodoxia. Com as suas esconjura-

tórias ladainhas e seus infalíveis responsos. Com a sua "boa imprensa", as suas santas imagens, as suas pagelas devotas, as suas cantigas paroquiais e suas preces "ad petendam pluviam".

Não estando nos meus hábitos recorrer a habilidades intelectuais, pergunto-me se os comportamentos revolucionários contemporâneos não serão passíveis da análise marxista da "alienação religiosa". Se não estaremos, efectivamente, perante "um conhecimento de tipo especulativo, quer dizer, perante uma actividade de espírito que não está directamente virada para a acção" e se isso não constituirá uma forma de "idealismo" como perversão fundamental do conhecimento, que se traduz "em fazer depender o real concreto de conceitos elaborados pela consciência". Na verdade, só esta interpretação pode explicar como em *La guerre est finie,* é possível, ao detentor da ortodoxia, ao senhor do aparelho, da sua redoma de Paris, admoestar com toda a naturalidade o pobre militante – que timidamente lhe contrapõe a prova, que julga irrecusável, dos "acontecimentos reais" que, lá longe, em Madrid, lhe passaram concretamente pelas mãos – com esta acusação absurda:

– Tu estás deformado pela realidade!

Pergunto-me se a "alienação revolucionária", como para Marx a "alienação religiosa", não será "o resultado duma situação económica e social (eu diria, neste caso, dum condicionalismo social e psicológico), que impele a consciência a imaginar uma libertação conciliadora, completamente desligada da praxis em que está imersa"; se a "ideologia revolucionária" não se terá tornado, hoje, "num sistema de ideias destinadas a justificar e a compensar uma situação concreta de incomodidade vital" e se, finalmente, ao consolidar-se a revolução em muitos países, com a detenção de formas de poder, a per-

versão deste pensamento não traduz a efectiva defesa dos interesses duma "classe dominante".

Creio ainda que a "perversão idealista" dos comportamentos neo-revolucionários não significa uma deturpação prática da análise e da construção de Marx, porque, no fundo, esse "idealismo" a uma e outra está subjacente, quando projecta a comprovação das suas teorias num futuro ideal, que determina que as suas previsões se baseiam muito mais num profetismo "messiânico" do que num socialismo "científico".

Gostaria que a análise marxista da alienação religiosa me servisse ainda para não cair no erro em que Marx caíu de, – ao fazer observações penetrantes e pertinentes sobre o fenómeno religioso, ao denunciar reais caricaturas da vida religiosa, nem todas provenientes da ignorância mas muitas delas duma iniludível má fé –, não ter sabido distinguir da patologia religiosa uma autêntica religião, o que o iria levar a uma concepção do homem essencialmente produtor e predestinado construtor do seu destino, e que, uma vez liberto, naturalmente ficaria inacessível à inquietação religiosa, que de nenhum modo lhe seria essencial.

Assim, julgo que uma actividade individual e social viciada por graves anomalias que afectam a consciência do homem na sua dimensão individual e colectiva, e as graves tensões que acentuadamente perturbam os seus comportamentos pessoais e comunitários, são indisfarçáveis sintomas duma sociedade doente, que não se explicam com o diagnóstico da patologia neo-revolucionária e que justificam talvez a necessidade de encarar uma revolução real.

Entendo, porém, que essa revolução não pode ser procurada nas análises, nos diagnósticos, nos métodos,

nas motivações, quase diria, nos climas em que se colocam hoje os movimentos revolucionários.

Do mesmo modo, quero acrescentar ainda que a reflexão sobre a patologia das sociedades contemporâneas me leva também a não me poder interessar pelas propostas políticas que, aqui e lá fora, hoje são formuladas pelas forças tradicionais, salvo, e não sei se pelas mesmas razões, no que diz respeito à reivindicação e estruturas políticas que procurem aproximar-nos daquilo a que chamam a democracia burguesa.

Sinto que os problemas que cruamente se levantam ao homem contemporâneo pouco ou nada têm que ver com as interpretações que decorrem das análises dos chamados mecanismos económico-sociais, mesmo quando directamente não partem da aceitação da "luta de classes" como motor da história.

Vejo é que, ao contrário daquilo que as várias linhas de libertação, – que depois do iluminismo mobilizaram e motivaram os melhores espíritos –, pareciam prometer, o mundo começa a dar-se conta dum pesado mal-estar, duma trágica incomodidade, que a civilização que construímos afinal nos veio dar. Quando nos julgávamos empenhados na nobre epopeia da libertação do homem, quando pensávamos prosseguir a nossa saga tenaz, da tristeza para a alegria, da inquietação para a serenidade, do ódio para o amor, do velho peso do mundo para a leve e branda juventude das manhãs, vamos tomando consciência de que andámos construindo a nossa própria prisão, de que o nosso dia-a-dia se tornou extraordinariamente corrosivo e estéril, de que a desconfiança e a agressão disfarçam a fraqueza fanfarronada dos seres débeis e inseguros que nos tornámos, incapazes de impedir a petrificação progressiva das sociedades onde vive-

mos e o empobrecimento entristecedor da nossa vida quotidiana.

Uma observação da sociedade moderna, ainda que conformada com os quadros analíticos que nos condicionaram, não poderá deixar de reconhecer que as carências que hoje profundamente marcam o homem pouco já têm que ver com aquelas que deram às doutrinas de Marx sua glória e seu êxito, e que a solidão e a tristeza, a angústia e o desencanto, a insegurança e a fragilidade, a desconfiança e o ódio, a mecanização de todas as horas, fizeram de cada homem um ser aflito e ansioso, com uma vida inteiramente incapaz de poder estar referida a quaisquer valores que passem para além da medida numerada.

Estamos na presença dum novo proletariado, muito mais carecido de calorias de afecto e convivialidade que de quaisquer outras.

A situação deste novo proletariado deve obrigar-nos a reflexões que vão muito para além das considerações sentimentais que nos podem acudir aos corações "generosos" quando passam ocasionalmente por um bairro de lata, porque, a meu ver, ela resulta da aplicação das concepções que construímos para realizar o sistema geral de segurança burguesa a que reduzimos a felicidade humana.

Herdámos modelos sociais e esquemas de interpretação mas, por ingenuidade, comodidade e falta de imaginação, esquecemo-nos de requerer sobre essa herança o "benefício de inventário" e, muito ao contrário, dignos herdeiros de Don Corleone, nos mesmos moldes tudo explorámos e pusemos a render. Pois julgo que são eles os principais responsáveis por uma sociedade progressivamente coisificada e atomizada, onde, como já tive ocasião de dizer, um apare-

lho burocrático, cada vez mais poderoso, acaba por ser o único elemento unificador.

Foi o processo mental contra-natura, a que nos sujeitou o cartesianismo, que, no seu seguimento lógico, provocou esta nova proletarização. Como já escrevi uma vez, "a humanidade começou por tropeçar em Descartes, de trambolhão em trambolhão caíu em Auguste Comte, e acabou por se estatelar em Karl Marx". Foi a burguesa medida numerada das referências sociais, que o capitalismo e o socialismo tomaram como razão essencial, que provocou a "redução" de todos os valores que, enobrecidos, poderiam constituir para o homem uma razão digna e criadora de viver: verdade, justiça, paz e amor, passaram a ser passíveis de apuradíssimos cálculos e resultado de refinadas cifras.

Não tenhamos ilusões: se o amor aos outros pode estar tabelado e reduzido a um certo xis mensal, e a virtude da justiça pode estar arbitrada pela maior ou menor aproximação do "nível de vida do americano médio", é porque o homem inteiramente se demitiu da sua humana condição.

A reintegração do homem nas suas motivações naturais profundas e a sua imersão numa comunidade que respeite e desenvolva essas mesmas motivações, não pode, a meu ver, ser correctamente construída com os exclusivos instrumentos do processo analítico e do processo dialéctico que lhe foi consequente.

O processo analítico não é um processo criador e, ao decompor, para melhor conhecer, os vários fenómenos pessoais, muitas vezes matou o resto da vida que aí se encontrava e donde talvez se pudesse partir para a sua revitalização. Realmente, nada melhor do que um cadáver para conhecer a estrutura duma víscera,

mas talvez seja mais importante que ela exerça, viva, a sua função. Ora, o processo analítico foi responsável pela destruição de situações sociais e humanas que não podiam ficar esclarecidas com o seu conhecimento científico. A destruição dos símbolos, religiosos e profanos, das situações que se reclamavam da magia, de vivência poética e amorosa, da relação com o transcendente, e doutras realidades essencialmente "misteriosas", talvez seja responsável pelo clima de insegurança e ansiedade dos povos proletários, porque constituiam suportes naturais e indispensáveis à vida dos homens, e, por paradoxal que pareça, à sua liberdade criadora e existencial.

Do mesmo modo, o processo dialéctico perdeu, também no meu entender, toda a sua capacidade de criação, e julgo que a agressão verbal e a competição económica são hoje os seus parcos resíduos existenciais.

Julgo que a revolução necessária só será eficaz se for capaz de retomar as virtualidades criadoras da cooperação e da comunhão dos homens na construção do estofo humano duma comunidade.

Atrevo-me a dizer ainda que a perspectiva cristã da existência humana — que é uma procura da verdade na obscuridade criadora do mistério, com os instrumentos da Fé, da Esperança e do Amor — poderia ser retomada como condicionamento adequado desta reconstrução, não obstante a comodidade com que grande parte da vida religiosa das sociedades modernas se mantém e se compraz, como neo-exploradora entusiasta das cansadas motivações profanas dessas mesmas sociedades.

Talvez que estas considerações que fiz sejam demasiado pretensiosas, mas julguei-as necessárias para explicar a razão por que as minhas preocupações actuais sobre o homem e a sociedade pouco ou nada têm que ver

com as estafadas questões de esquerdas e direitas com que continuamos entretendo a nossa consciência social. Não sei se será essa a razão por que esse insólito diálogo se tenha transformado num diálogo de surdos e mudos, já que, dum lado e do outro, os que dizem certo dizem as mesmas coisas e os que dizem errado repetem os mesmos erros.

Isto não significa – afirmação que em qualquer parte do mundo me pareceria desnecessária mas que, neste país, não posso deixar de acrescentar – que não mantenha um grande respeito por muitas das pessoas para quem a reflexão sobre os modelos tradicionais constitui uma séria e exclusiva preocupação e muito me desgostaria se as posições que hoje assumo perturbassem a amizade que tenho por alguns. Conto com esse conhecimento e com essa amizade para que localizem, na zona da minha consciência, a origem e a razão destas minhas opções.

Ser-me-ia muito fácil, depois de todas estas considerações, retirar-me serenamente da contenda e, pilaticamente, lavar de tudo isto as minhas mãos. É essa, algumas vezes, uma tentação a que tenho de fazer frente e que me levaria àquela olímpica e asséptica distância onde se colocam todos aqueles que recusam o risco duma opção porque ele é, naturalmente, um risco de errar.

Espero que as minhas opções de hoje não estejam determinadas, na sua origem profunda, pela amizade que me liga ao Professor Marcello Caetano; mas julgo que, fora dela, a sua estrutural repulsa pelo mundo totalitário é para mim garantia objectiva de alguma tranquilidade.

Estou bem consciente da diferença que há entre Estado totalitário e Estado autoritário e se este, em

grande medida, me incomoda e perturba, se ele pode ser já um prenúncio e um germe do tremendo condicionamento escravocrata para que nos levam as Ordens Providenciais de qualquer dos modelos tradicionais, julgo também que o estado autoritário consente ainda formas de colaboração e cooperação que podem ir ao encontro das realidades que neste momento me preocupam.

Também a necessidade que sinto de construirmos uma sociedade fora das motivações da burguesia não aconselha, no meu entender, as roturas revolucionárias tradicionais.

As experiências revolucionárias, – para lá da violência que recuso, – sobre não terem resolvido e algumas vezes terem agravado o processo da nova proletarização, mostraram que, ultrapassado o breve surto inicial, nos conduziam a sociedades estáticas e esclerosadas, irremediavelmente inamovíveis, onde se comprometeu a força criadora e a vitalidade de várias gerações, e onde riquezas a muito custo conquistadas, e que considero indispensáveis ao processo humano e social, ficaram inteiramente perdidas ou muito dificilmente recuperáveis.

Insisto, no caso português, em que é necessário procurar formas que libertem as nossas instituições políticas, não obstante as dificuldades reais que isso nos possa trazer, nomeadamente pela correcção daquelas que, além da liberdade de imprensa, no capítulo quinto deste livro especialmente referi, e pergunto-me se o afrontamento sistemático das instituições políticas nacionais será o melhor meio de o conseguir.

Se, no contexto das sociedades contemporâneas, a palavra Democracia pode ter ainda algum sentido, ele deve ser procurado pela construção dum tecido social complacente que admita a livre reflexão e o livre confronto das nossas falhadas experiências, e a edificação,

livremente desejada e consentida, de novos corpos sociais que reconstruam uma comunidade e que com isso limitem a vocação faminta e omnipotente dos estados.

Se o progressivo alargamento das liberdades públicas em Portugal levaria a essa vivência da democracia, não sei, mas o que receio é que a persistência do seu bloqueio, na preocupação de conter os factores de subversão e de dissolução que ela poderia libertar, determine, por sua vez, a progressiva, atrofiante e esclerótica burocratização da nossa vida pública, de que podemos encontrar já alguns sintomas.

Se a prudência e a imprudência são grandes virtudes dos homens públicos, julgo que, neste aspecto, Marcello Caetano só tem usado a prudência...

É tempo de terminar.

Espero que, com aquilo que escrevi neste livro, não tenha fornecido um estatuto de boa consciência ao conformismo, mas que as pessoas de boa fé e de boa vontade nele possam encontrar alguns motivos para a nossa necessária inquietação. Creio que, neste momento, é ainda uma frase de Saint-Just a que, pertinentemente, devemos oferecer à nossa reflexão política: "On ne règne jamais innocemment..."

Que, ao menos, se reine o mais inocentemente possível, na esperança de que seja talvez a pré-história do homem tudo aquilo que o mundo ainda está a viver.

Setembro de 1973